

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Superintendência Federal de Agricultura na Paraíba – SFA/PB

**RELATÓRIO DE GESTÃO
INDIVIDUAL DO EXERCÍCIO DE
2013**

Cabedelo/PB - 2014

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Superintendência Federal de Agricultura na Paraíba – SFA/PB

**RELATÓRIO DE GESTÃO
INDIVIDUAL DO EXERCÍCIO DE
2013**

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63, de 01/09/2010; Instrução Normativa TCU nº 72, de 15/05/2013; Decisão Normativa TCU nº 127, de 15/05/2013; Portaria TCU nº 175, de 09/07/2013 e das orientações do órgão de controle interno: Portaria CGU nº 133, de 18/01/2013.

Seção de Planejamento e Acompanhamento – SePA/SFA/PB

Cabedelo/PB - 2013

MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
ANTONIO EUSTÁQUIO ANDRADE FERREIRA

SECRETÁRIO EXECUTIVO
JOSÉ GERARDO FONTELLES

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA - SDA
RODRIGO JOSÉ PEREIRA LEITE FIGUEIREDO

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA – SPA
NERI GELLER

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO – SDC
CAIO TIBÉRIO DORNELLES DA ROCHA

**SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DA PARAÍBA –
SFA/PB**

**SUPERINTENDENTE
LÚCIO AURÉLIO BRAGA MATOS**

**SEÇÃO DE PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO – SePA
MARIA DO SOCORRO NICULAU DA CUNHA**

**SEÇÃO DE APOIO OPERACIONAL E DIVULGAÇÃO – SAOD
LÚCIO FLÁVIO AYRES DE ALBUQUERQUE**

**DIVISÃO DE POLÍTICA, PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO –
DPDAG
VIRGÍNIO CARNEIRO DA SILVA**

**SEÇÃO DE SUPORTE AGROPECUÁRIO
MANOEL OCTÁVIO SILVEIRA DA MOTA**

**DIVISÃO DE DEFESA AGROPECUÁRIA - DDA
EDSON ARNALDO CAVALCANTI LOUREIRO**

**SERVIÇO DE INSPEÇÃO E SAÚDE ANIMAL – SISA
ANTONIO HYBERNON DA SILVA**

**SERVIÇO DE INSPEÇÃO E SANIDADE VEGETAL – SISV
JOÃO BERQUIMAS DE ANDRADE**

**SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA – SEFAG
CARLOS AUGUSTO FERREIRA DE CARVALHO**

**SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO - SAD
FERNANDA CABRAL TEIXEIRA DE CARVALHO**

**SEÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS – SGP
CARMEN BERTA C. D. MACHADO**

SEÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – SEOF
EDUARDO MARCELO MEIRA

SETOR DE MATERIAL E PATRIMÔNIO – SMP
ISABELLE ALVES DO NASCIMENTO

SETOR DE COMPRAS E CONTRATOS
MARIA ZILMA M. G. DA COSTA

SEÇÃO DE ATIVIDADES GERAIS - SAG
MARCOS ANTÔNIO BENJAMIM DA SILVA

NÚCLEO DE MANUTENÇÃO PREDIAL - NMAP
MARIA DO CARMO BARROS

SETOR DE PROTOCOLO – SPR
LUIZ ALBERTO MACEDO CAMPELO

SETOR DE TRANSPORTE – STR
JONAS FRANCISCO DE OLIVEIRA

EQUIPE DE ELABORAÇÃO:

Maria do Socorro Nicolau da Cunha – Coordenadora
Cristiane Eduardo Pereira Costa
Eny Soares Pereira de Souza Oliveira
Rita Laurindo Costa
Ary Bonifácio de Farias
Jamir Mascena de Souza

SUMÁRIO

Missão /Visão de Futuro/Valores Organizacionais	13
Apresentação	14
Introdução	15
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO	16
1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada	16
1.1.1. Relatório de Gestão Individual	16
1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade	16
1.3. Organograma Funcional	17
1.4. Macroprocessos Finalísticos	22
1.5. Macroprocessos de Apoio	22
1.6. Principais Parceiros	23
2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	23
2.1. Planejamento da Unidade	23
2.2. Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados	27
2.2.3. Ações	27
2.2.3.2. Ações/Subtítulos – Orçamento Fiscal e Seguridade Social -OFSS	27
Divisão de Defesa Agropecuária - DDA	29
Serviço de Inspeção e Saúde Animal - SISA	32
Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal - SISV	50
Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários - SEFAG	69
Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG	85
Serviço de Apoio Administrativo - SAD	104
2.3. Informações sobre outros resultados da gestão	108
3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	116
3.2. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	116
3.4. Sistema de Correição	117
3.5. Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU	117
4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	117
4.1. Execução das despesas	118
4.1.2. Movimentação de Créditos Interna e Externa	118
4.1.3. Realização da Despesa	120
4.1.3.5. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	120
4.1.3.6. Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	121
4.1.3.7. Análise crítica da realização da despesa	122
4.3. Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores	122
4.3.1. Análise Crítica	122
4.4. Transferências de Recursos	124
4.4.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	124
4.4.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	125
4.4.3. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse	125
4.4.4. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	126
4.4.5. Análise Crítica	126
4.5. Suprimento de Fundos	127
4.5.1. Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo	127
4.5.3. Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)	127
4.5.4. Prestações de Contas de Suprimento de Fundos	129
4.5.5. Análise Crítica	130
5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.	130

5.1. Estrutura de pessoal da unidade	130
5.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	130
5.1.1.1. Lotação	130
5.1.1.2. Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada	130
5.1.2. Qualificação da Força de Trabalho	131
5.1.2.1. Estrutura de Cargos e de Funções	131
5.1.2.2. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade	132
5.1.2.3. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade	132
5.1.3. Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	133
5.1.4. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	134
5.1.4.1. Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria	134
5.1.4.2. Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada	134
5.1.5. Cadastramento no SISAC	134
5.1.5.1. Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC	134
5.1.5.2. Atos Sujeitos à comunicação ao TCU	135
5.1.5.3. Regularidade do cadastro dos atos no SISAC	135
5.1.5.4. Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico	135
5.1.6. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	136
5.1.7. Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	136
5.1.8. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	137
5.2. Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários	138
5.2.1. Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão	138
5.2.2. Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados	138
5.2.3. Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada	139
5.2.4. Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	139
5.2.5. Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4	141
5.2.6. Composição do Quadro de Estagiários	141
6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	142
6.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	142
6.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário	148
6.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	148
6.2.3. Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ	149
6.3. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros	150
7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	150
7.1. Gestão da Tecnologia da Informação (TI)	150
7.1.1. Análise Crítica	152
8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	152
8.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	152
8.2. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	153
9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	154
9.1. Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU	154
9.1.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	154
9.1.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	154
9.2. Tratamento de Recomendações do OCI	154
9.2.1. Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício	154
9.2.2. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	154
9.4. Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	155
9.4.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	155
9.4.2. Situação do Cumprimento das Obrigações	155
9.5. Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário	155

9.6. Alimentação SIASG E SICONV	156
10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	156
10.1. Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.	156
10.2. Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade.	157
10.3. Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade	157
11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	157
11.1. Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	157
11.2. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	158
11.2.1. Declaração Plena	158
Resultados e Conclusões	158
Documentos e sistemas oficiais pesquisados na elaboração do Relatório de Gestão Individual da SFA/PB – 2013	158
12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	159
12.1. Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ	159
ANEXO I - Demonstrativo de Capacitação dos Servidores da SFA/PB - Ano 2013	160

LISTA DE QUADROS E TABELAS

1.1.1. Relatório de Gestão Individual	16
Quadro A.1.1 1- Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	16
1.3. Organograma Funcional	17
Ilustração 1 - Organograma	18
2.1. Planejamento da Unidade	23
Ilustração 2 - Mapa Estratégico	26
Divisão de Defesa Agropecuária - DDA	29
2.2.3.5 - Análise Situacional	29
Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS - PO – VIGIAGRO13	30
Tabela 01 Resultados alcançados da ação	31
2.2.3.5 - Análise Situacional	31
Serviço de Inspeção e Saúde Animal - SISA	32
Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS - PO – RESÍDUOS13	32
Tabela 02 - Resultados alcançados da ação	33
2.2.3.5 - Análise Situacional	34
Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS - PO – PCEANIMAL13	34
Tabela 03 - Resultados alcançados da ação	35
2.2.3.5 - Análise Situacional	38
Tabela 03.1 - Informações sobre AIE e MORMO - 2009 a 2013	38
Tabela 03.2 - Informações sobre Raiva e outras Encefalopatias – 2009 a 2013	39
Tabela 03.3 – Condensado dos Relatórios de Diagnóstico de Brucelose Animal - 2009 a 2013.	40
Tabela 03.4 - Condensado dos Relatórios de Diagnóstico de Tuberculose – 2009 a 2013	40
Tabela 03.5 – Outros Dados de Interesse do PNCEBT	41
Tabela 03.6 – Resultados alcançados da ação – PI VIGIZOO	41
2.2.3.5 - Análise Situacional	41
Tabela 03.7 - Guia de Trânsito Animal Emitida	42
Tabela 03.8 - Trânsito de Produtos e Subprodutos de Origem Animal - CIS Emitido – 2013	42
Tabela 03.9 – Fiscalização nos Postos Fixos – 2013	42
Tabela 03.10 – Fiscalização Volante – 2013	43
Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS – PO – FEBREAFTO13	44
Tabela 04 - Resultados alcançados da ação	45
2.2.3.5 - Análise Situacional	45
Tabela 04.1 - Vacinação contra a febre aftosa – 2013	46
Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS - PO – INPANIMAL13	46
Tabela 05 – Resultados alcançados da ação	47
2.2.3.5 - Análise Situacional	49
Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal - SISV	50
Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS – PO - VIGIFITO13	51
Tabela 06 - Resultados alcançados da ação	52
2.2.3.5 - Análise Situacional	52
Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS – PO – FISCORGEN13	54
Tabela 07 - Resultados alcançados da ação	55
2.2.3.5 - Análise Situacional	55
Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS – PO – IPVEGETAL13	57
Tabela 08 - Resultados alcançados da ação	57
2.2.3.5 - Análise Situacional	59
Tabela 08.1 – Atividades do PO IPVEGETAL13	60
Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS – PO – PADCLASSI13	60
Tabela 09 - Resultados alcançados da ação	61
2.2.3.5 - Análise Situacional	62

Tabela 09.1 – Demonstrativo de coleta de amostra pelo PNCR	63
Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS – PO – PCEVEGTAL13	64
Tabela 10 - Resultados alcançados da ação	65
Tabela 10.1 – Resultados alcançados da ação – SEDAP/PB	65
2.2.3.5 - Análise Situacional	67
Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários - SEFAG	69
Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS - PO – FISAGROT13	70
Tabela 11 - Resultados alcançados da ação	70
2.2.3.5 - Análise Situacional	71
Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS - PO – FISFECOI13	72
Tabela 12 - Resultados alcançados da ação	73
2.2.3.5 - Análise Situacional	73
Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS - PO – FISCALSEM13	74
Tabela 13 - Resultados alcançados da ação	75
2.2.3.5 - Análise Situacional	75
Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS - PO – FISCGENE13	76
Tabela 14 - Resultados alcançados da ação	77
2.2.3.5 - Análise Situacional	77
Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS - PO – FISCINAN13	78
Tabela 15 - Resultados alcançados da ação	79
2.2.3.5 - Análise Situacional	79
Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS - PO – FISPROVET13	80
Tabela 16 - Resultados alcançados da ação	81
2.2.3.5 - Análise Situacional	81
Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG	85
Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS – PO – INDIGRAF13	85
Tabela 17 - Resultados alcançados da ação	86
2.2.3.5 - Análise Situacional	87
Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS – PO – REGENAGRO13	88
2.2.3.5 - Análise Situacional	89
Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS – PO – FISCON13	89
2.2.3.5 - Análise Situacional	90
Tabela 18 – Contratos de Repasse 2012	90
Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS – PO – APOIOAGRI13	94
Tabela 19 – Resultados alcançados da ação	94
2.2.3.5 - Análise Situacional	95
Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS – PO – APOIOABC13	96
Tabela 20 - Resultados alcançados da ação	97
2.2.3.5 - Análise Situacional	97
Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS – PO – DESENORG13	98
Tabela 21 - Resultados alcançados da ação	99
2.2.3.5 - Análise Situacional	101
Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS – PO – CERTORGAN13	101
Tabela 22 – Resultados alcançados da ação	102
2.2.3.5 - Análise Situacional	103
Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS – PO – OPERASDC13	103
2.2.3.5 - Análise Situacional	104
Serviço de Apoio Administrativo - SAD	104
Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS – PO – MANUTSFAS13	105
Quadro A.4.6 – Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ - 2012	106
Tabela 23 - Informações Orçamentárias e Financeiras da Ação 2011	106

2.2.3.5 - Análise Situacional	107
2.3. Informações sobre Outros Resultados da Gestão	108
Indicadores de Desempenho da Área Finalística - 2013	108
Tabela 24 - Eficácia - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais – PCEANIMAL13	108
Tabela 24.1 - Eficiência - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais – PCEANIMAL13	109
Tabela 24.2 - Eficácia - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais – PCEVEGTAL13	109
Tabela 24.3 - Eficiência - Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais – PCEVEGTAL13	109
Tabela 24.4 - Eficácia - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos - VIGIFITO13	109
Tabela 24.5 - Eficiência - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos - VIGIFITO13	110
Tabela 24.6 - Eficácia - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal – IPVEGETAL13	110
Tabela 24.7 - Eficiência - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal – IPVEGETAL13	110
Tabela 24.8 - Eficácia - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal – INPANIMAL13	111
Tabela 24.9 - Eficiência - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal – INPANIMAL13	111
Tabela 24.10 - Eficácia - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais – PADCLASSI13	111
Tabela 24.11 - Eficiência - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais – PADCLASSI13	112
Tabela 24.12 - Eficácia - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal – FISCINAN13	112
Tabela 24.13 - Eficiência - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal – FISCINAN13	112
Tabela 24.14 - Eficácia - Fiscalização de sementes e Mudanças – FISCALSEM13	112
Tabela 24.15 - Eficiência - Fiscalização de Sementes e Mudanças – FISCALSEM13	113
Tabela 24.16 - Eficácia - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes – FISFECO13	113
Tabela 24.17 - Eficiência - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes – FISFECO13	113
Tabela 24.18 - Eficácia - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos – VIGIAGRO13	114
Tabela 24.19 - Eficiência - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos – VIGIAGRO13	114
Indicadores de Desempenho da Área Administrativa	115
Tabela 25 - Indicadores da Área Administrativa - 2013	115
3.2. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	116
Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	116
4.1.2. Movimentação de Créditos Interna e Externa	118
Quadro A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa	118
4.1.3.5. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	120
Quadro A.4.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	120
4.1.3.6. Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	121
Quadro A.4.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	121
4.3. Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	122
Quadro A.4.3 – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores	122
4.4.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	124
Quadro A.4.4.1 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência	124
4.4.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	125
Quadro A.4.4.2 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios	125
4.4.3. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse	125
Quadro A.4.4.3 – Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas Pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse.	125
4.4.4. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	126
Quadro A.4.4.4 – Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse.	126
4.5.1. Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de	127

Crédito Corporativo	127
Quadro A.4.5.1 – Despesas Realizadas por Meio da Conta Tipo “B” e por Meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	127
4.5.3. Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)	127
Quadro A.4.5.3 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador	127
4.5.4. Prestações de Contas de Suprimento de Fundos	129
Quadro A.4.5.4 – Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)	129
5.1.1.1. Lotação	130
Quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho Da UJ – Situação Apurada em 31/12	130
5.1.1.2. Situações que Reduzem a Força de Trabalho da Unidade Jurisdicionada	130
Quadro A.5.1.1.2 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ	130
5.1.2.1. Estrutura de Cargos e de Funções	131
Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)	131
5.1.2.2. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade	132
Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária – Situação Apurada em 31/12	132
5.1.2.3. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade	132
Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade Situação Apurada em 31/12	132
5.1.3. Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	133
Quadro A.5.1.3 – Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores	133
5.1.4.1. Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria	134
Quadro A.5.1.4.1 – Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação apurada em 31 de dezembro	134
5.1.4.2. Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada	134
Quadro A.5.1.4.2 – Instituidores de Pensão – Situação Apurada em 31/12	134
5.1.5.1. Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por Intermédio do SISAC	134
Quadro A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	134
5.1.5.2. Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU	135
Quadro A.5.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	135
5.1.5.3. Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC	135
Quadro A.5.1.5.3 – Regularidade do Cadastro dos atos no SISAC	135
5.1.5.4. Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico	135
A.5.1.5.4 – Atos Sujeitos à Remessa Física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)	135
5.1.8. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	137
Tabela 26 – Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos	137
5.2.1. Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão	138
Quadro A.5.2.1 – Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da Unidade Jurisdicionada	138
5.2.2. Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados	138
Quadro A.5.2.2 – Autorizações para Realização de Concursos Públicos ou Provimento Adicional para Substituição de Terceirizados	138
5.2.3. Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada	139
Quadro A.5.2.3 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	139
5.2.4. Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	139
Quadro A.5.2.4 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	139
5.2.6. Composição do Quadro de Estagiários	141
Quadro A.5.2.6 – Composição do Quadro de Estagiários	141
6.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	142
Tabela 26 – Programação Executada 2013	143
Tabela 26.1 – Atividades Executadas Relativas à Manutenção Automotiva	143
Tabela 26.2 – Discriminação dos Gastos de Combustíveis	144
Tabela 26.3 – Relação da Frota da SFA-PB por Grupo – 2013	144

Tabela 26.4 – Relação de Consumo de Combustível com Suprimento em 2013	145
Tabela 26.5 – Programação Executada em 2010 a 2013	146
Tabela 26.6 – Consumo de Combustível e Manutenção Mecânica por Veículo	146
Tabela 26.7 – Consumo de Pneus e Material de Expediente via Almoxarifado – 2013	148
6.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	148
Quadro A.6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	148
6.2.3. Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ	149
Quadro A.6.2.3 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ	149
6.3. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros	150
Quadro A.6.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	150
7.1. Gestão da Tecnologia da Informação (TI)	150
Quadro A.7.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada	150
8.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	152
Quadro A.8.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	152
8.2. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	153
Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	154
9.4.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	155
Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de entregar a DBR	155
9.6. Alimentação SIASG E SICONV	156
Quadro A.9.6 – Modelo de Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG	156
Quadro A.9.6 – Modelo de Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SICONV	156
11.2.1. Declaração Plena	158
Quadro A.11.2.1 – Declaração de que as Demonstrações Contábeis do Exercício Refletem Corretamente a Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Unidade Jurisdicionada.	158
12.1. Outras informações consideradas relevantes pela UJ	159
ANEXO I - Demonstrativo de Capacitação dos Servidores da SFA/PB - Ano 2013	160

Missão

“Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade Brasileira”

Visão de Futuro do MAPA para 2015

“Ser Reconhecido pela Qualidade e Agilidade na Implementação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio”

Visão da SFA para 2015

“Ser excelência na gestão pública nacional e no desenvolvimento sustentável do agronegócio brasileiro”

Valores Organizacionais do MAPA

Comprometimento - Eficiência e Eficácia
Estratégia - Ética
Foco no Cliente - Inovação
Liderança - Organização
Respeito - Trabalho em Equipe
Transparência

Princípios/Valores da SFA/PB

Gestão Participativa - Transparência
Legalidade - Agilidade
Credibilidade - Efetividade
Valorização das Pessoas - Cordialidade
Comprometimento – Impessoalidade

Apresentação

Este relatório de gestão da Unidade atende ao art. 70 da Constituição Federal, mediante chancela da Controladoria Geral da União e do Tribunal de Contas da União.

Descreve e analisa a vinculação sistêmica dos processos e produtos trabalhados pela Unidade e os respectivos resultados, associados à finalidade e competência institucional, macroprocessos finalísticos e de apoio, planejamento estratégico, parcerias realizadas, planos de metas e resultados alcançados, análise da eficácia e eficiência das ações e apresenta um conjunto de quadros e tabelas sobre a gestão de pessoal, financeira, patrimonial, licitações, contratos, convênios, dentre outros, exigido pela Portaria TCU nº 175/2013, Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e demais normativos que regem a matéria.

Mesmo diante do forte contingenciamento de recursos ocorridos durante o exercício, constata-se que a SFA/PB, consoante as categorias de análise desenvolvidas pelo MAPA, alcançou satisfatoriamente os seus objetivos, com relação à administração interna dos recursos humanos, materiais e financeiros, contribuição sócio-econômica e ambiental à agropecuária estadual e à segurança alimentar da sociedade.

É certo que a performance legal e operativa desta Superintendência é resultado do empenho e compromisso dos gestores e servidores da SFA/PB e das articulações e parcerias realizadas, em especial com a AGU/CJU, CGU e TCU, sediadas na Paraíba, entes federativos – Estado e Municípios – e setores organizados da agropecuária paraibana.

Lúcio Aurélio Braga Matos
Superintendente da SFA-PB

Introdução

Este relatório segue as orientações e procedimentos consubstanciados da Instrução Normativa TCU nº 63, de 01/09/2010; Instrução Normativa TCU nº 72, de 15/05/2013; Decisão Normativa TCU nº 127, de 15/05/2013; Portaria TCU nº 175, 09/07/2013 e da Portaria CGU nº 133, de 18/01/2013.

O Plano Plurianual – 2012/2015 (Lei 12.593/2012) e o Planejamento Estratégico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA são a matriz de referência do conjunto de objetivos estratégicos e operacionais, programas, planos orçamentários, metas e estratégias que pautaram a atuação da Unidade, no sentido de **Promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira**, que é a missão institucional do MAPA.

O relato e análise da estrutura organizacional da Unidade e dos trabalhos planejados e executados estão apresentados nos tópicos pertinentes deste relatório. Em síntese, as informações estão organizadas e contextualizadas considerando seguintes aspectos:

- a) Identidade institucional – informa sobre a finalidade e competência, organograma funcional, macroprocessos finalísticos e de apoio, parcerias realizadas, planejamento e resultados alcançados;
- b) Avaliação de desempenho – analisa, do ponto de vista quantitativo e qualitativo, os resultados alcançados dos programas e ações estratégicas, relacionado aos indicadores de eficácia e eficiência;
- c) Gestão administrativa – expõe um conjunto de quadros e tabelas sobre a gestão de pessoal, financeira, patrimonial, dentre outras exigidas pela na Portaria TCU nº 175/2013, Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e demais normativos do TCU/CGU vigentes.

Por fim, constatou-se que os itens 2.2.1., 2.2.1.1., 2.2.2., 2.2.2.1., 2.2.3.1., 2.2.3.3., 2.2.3.4., 3.1., 3.6., 4.1.1, 4.1.1.1., 4.1.3.1., 4.1.3.2., 4.1.3.3., 4.1.3.4., 4.6., 6.2.2., 9.3., e o Quadro A.4.1.2.2., constantes do Anexo da Portaria TCU nº 175/2013, não se aplica à natureza jurídica da Unidade e que são da competência direta do MAPA, razão pela qual não estão contempladas no relatório. E para os itens 4.2., 4.2.1., 4.5.2., 11.2.2., não houve fato gerador da informação requerida no exercício de 2013, na SFA-PB. No que se refere ao item 09 da Portaria nº 175, 9/7/2013, quando há evidência de no exercício é constituída uma portaria específica para atender a demanda, a exemplo da PORTARIA/GAB/SFA-PB Nº 0033, de 24/04/2012, que designou o FFA Jamir Mascena de Sousa para acompanhar o processo de auditoria interna da SFA/PB, realizada pela CGU/PB, exercício 2011, nos termos da DN Nº 117, de 19/10/2011.

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada

1.1.1. Relatório de Gestão Individual

Quadro A.1.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo/Legislativo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Superintendência Federal de Agricultura na Paraíba			
Denominação Abreviada: SFA/PB			
Código SIORG: 2796	Código LOA: Não se Aplica		Código SIAFI: 130024
Natureza Jurídica: Administração Direta do Poder Executivo			CNPJ: 00396895002098
Principal Atividade: Vide Tabela CNAE/IBGE			Código CNAE: 9999-9
Telefones:	(083) 3216-6300	(083) 3246-2123	
Fax de contato:	(083) 3246-2535	(083) 32462008	(083) 3246-1203
Endereço Eletrônico: gab-pb@agricultura.gov.br			
Página na Internet: www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Br 230, Km 14, Estrada de Cabedelo, Bairro Morada Nova, Cabedelo/PB, CEP: 58.109-303			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei Delegada nº 09 de 11/10/1962, publicada no DOU de 12/10/1962 e republicada em 03/01/1963; Decreto nº 4.629, de 22/03/2003, publicada no DOU de 23/03/2003.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portaria/MAPA nº 428, de 09/06/2010.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
-			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
130024	Superintendência Federal de Agricultura na Paraíba		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
130024		00001	

1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

O propósito essencial deste tópico, conforme a Portaria TCU nº 175/2013 é descrever a finalidade e competências da Unidade, ou seja, o fim a que se destina e as suas atribuições definidas em lei, estatuto ou regimento.

A finalidade do MAPA/SFA-PB, conforme preconiza a sua missão, é **promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira**, mediante a execução de ações de fiscalização/inspeção e políticas públicas de desenvolvimento da cadeia produtiva agropecuária.

As competências da SFA/PB estão definidas nos seguintes instrumentos legais e regimentais:

a) Decreto nº 7.127, de 4 de março de 2010 (Capítulo III, Seção III – Art. 36º), que aprovou a Estrutura Regimental do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e

b) Portaria nº 428, de 9 de junho de 2010 que aprovou o Regimento Interno da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento na Paraíba nos estados federativos.

A estrutura regimental do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento é composta de Órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, Órgãos específicos singulares, Unidades descentralizadas, Órgãos colegiados e Entidades vinculadas, tendo cada uma dessas instâncias as suas competências específicas.

A SFA-PB é uma Unidade Descentralizada da administração direta do MAPA, sendo as suas competências definidas no art. 36, Decreto nº 7.127/2010 – “As Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, consoante orientações técnicas dos órgãos específicos singulares e setoriais do Ministério, competem executar atividades e ações de: I - defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuárias; II - fomento e desenvolvimento agropecuários e da heveicultura; III - assistência técnica e extensão rural; IV - infraestrutura rural, cooperativismo e associativismo rural; V - produção e comercialização de produtos agropecuários, inclusive do café, cana-de-açúcar, açúcar e álcool; VI - administração e desenvolvimento de pessoas, bem assim de serviços gerais; VII - planejamento estratégico e planejamento operacional; VIII - programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados; IX - qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários; e X - aperfeiçoamento da gestão da Superintendência. Parágrafo único. - As Superintendências Federais têm jurisdição no âmbito de cada Estado da Federação e do Distrito Federal, podendo haver alteração desse limite, no interesse comum, para execução das atividades de defesa agropecuária e de apoio à produção e à comercialização agropecuárias, à infra-estrutura rural, bem como ao cooperativismo e ao associativismo rural, mediante ato do Ministro de Estado”.

Para operacionalizar as suas competências a SFA/PB dispõe da seguinte estrutura regimental, estabelecida pela Portaria nº 428, de 9 de junho de 2010 (Regimento Interno):

I - Unidade de Assistência Direta: composta de Serviços e Seções que exercem atividades de planejamento e acompanhamento – SePA, apoio operacional e divulgação - SAOD;

II - Unidades Centrais de Execução Finalística: composta de Divisão que exerce atividades de defesa sanitária vegetal e animal, fiscalização e inspeção de insumos agropecuários e produtos e subprodutos de origem animal e vegetal (Divisão de Defesa Agropecuária - DDA) e de Divisão e Seção que exercem atividades de suporte agropecuário (Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG/SFA).

III - Unidades Descentralizadas de Execução Finalística: Composta de Serviço e Seções que exercem atividades de vigilância e quarentena agropecuária;

IV - Unidades de Apoio Operacional: composta de Serviço, Seções e Setores que exercem atividades de gestão orçamentária e financeira, gestão de pessoas, compras, contratos, protocolo, material e patrimônio, transporte.

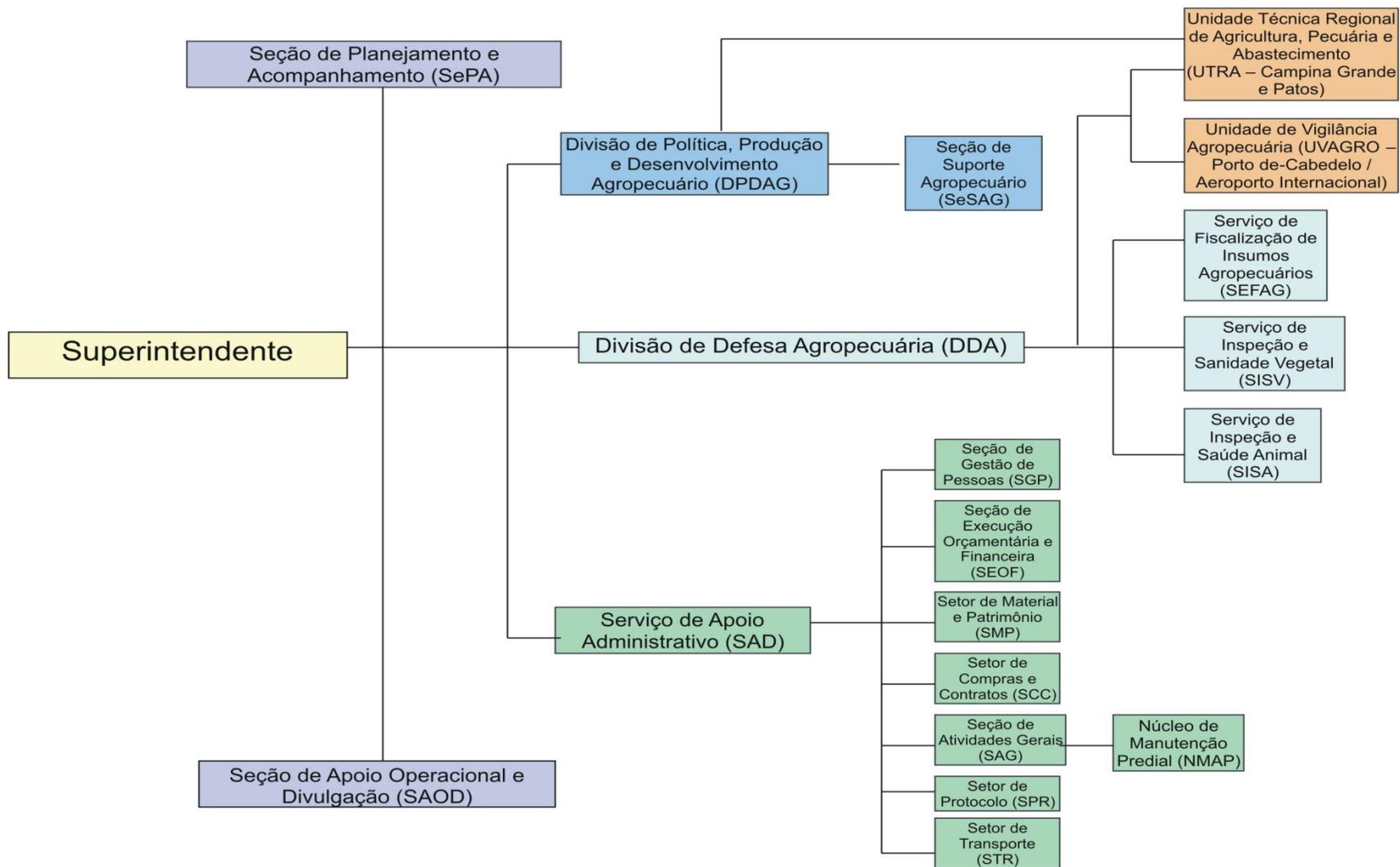
1.3. Organograma Funcional

Por orientação da Portaria TCU nº 175/2013 este tópico contém a estrutura formal da Unidade e a descrição sucinta das competências de cada área.

Segue o Organograma e o resumo das competências das diversas áreas da Unidade. As competências estão detalhadas na Portaria nº 428/2010, do MAPA– Regimento Interno das Superintendências.

Ilustração 1

ORGANOGRAMA DA SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NA PARAIBA



Competências do Superintendente

Art. 44 Ao Superintendente Federal incumbe assessorar o Ministro de Estado nos assuntos relacionados com o desenvolvimento da política agrícola, aprovar a proposta orçamentária e financeira; celebrar, mediante convênios, acordos, ajustes ou contratos com órgãos e entidades públicas ou privadas, celebrar Termo de Cooperação Técnica, praticar os atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos créditos orçamentários, homologar licitação, autorizar a abertura e anular processo licitatório; ratificar dispensa e inexigibilidade de licitação; conceder aposentadoria, pensão e licença especial; instaurar procedimentos administrativos disciplinares no âmbito de sua jurisdição, elaborar e apresentar Relatório de Gestão da Superintendência Federal de Agricultura e relatório de desempenho operacional.

Unidades de Assistência Direta

Art. 13 À Seção de Planejamento e Acompanhamento compete promover o processo de gestão estratégica e de gestão operacional, com relação à orientação do planejamento, execução, acompanhamento e avaliação, atualização de instrumentos de apoio à gestão estratégica, orientar a melhoria contínua dos processos de trabalho, e consolidação do plano operativo anual, da programação físico-orçamentária; elaborar relatórios, periódicos e anuais, consolidar dados e compor o Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

Art. 14 À Seção de Apoio Operacional e Divulgação compete promover o processo de gestão estratégica, agenda de trabalho, cerimonial, despachos e representação institucional relacionamento com imprensa e promoção institucional, divulgação de notícias e informações, bem como distribuir publicações e material audiovisual para os parceiros do agronegócio; manter atualizado cadastro de autoridades do setor público, publicação de portarias, instruções, ordens de serviço e outros atos administrativos, coordenar e executar as atividades inerentes à tecnologia da informática.

Unidades Centrais de Execução Finalística

Art. 15 À Divisão de Defesa Agropecuária compete coordenar, acompanhar, orientar e avaliar a execução das atividades de: vigilância zoossanitária e fitossanitária, prevenção, controle e erradicação de doenças e pragas, fiscalização do trânsito interestadual e internacional, educação sanitária, fiscalização e registro de estabelecimentos agropecuários, fiscalização de produtos e atividades com organismos geneticamente modificados; controle das execuções dos convênios, ajustes, acordos e contratos, habilitação de profissionais sem vínculo com a administração pública federal, propor os indicadores de desempenho operacional da defesa agropecuária, elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

Art. 22 Ao Serviço de Inspeção e Saúde Animal compete programar, promover, orientar, controlar e auditar a execução das atividades de inspeção de produtos de origem animal e de saúde animal, com relação à vigilância sanitária e epidemiológica; prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais; educação sanitária; inquéritos epidemiológicos, rastreabilidade animal; credenciamento de médicos veterinários particulares, gerenciar as programações orçamentárias e as execuções das programações físicas, inspeção *ante-mortem* e *post-mortem* de animais de açougue; inspeção higiênico-sanitária e tecnológica dos estabelecimentos de abate, controle de resíduos químicos e biológicos e de contaminantes, orientar, controlar e auditar os acordos e convênios firmados com os governos estaduais e municipais, elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

Art. 23 Ao Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal compete programar, promover, orientar, controlar e auditar a execução das atividades de inspeção de produtos de origem vegetal e de sanidade vegetal, com relação à vigilância fitossanitária; prevenção, controle e erradicação de

pragas dos vegetais; educação fitossanitária; fiscalização de organismos geneticamente modificados, fiscalização do trânsito interestadual e internacional de vegetais, fiscalizar propriedades rurais e empresas exportadoras, indicar a quarentena de vegetais; promover a execução de campanha fitossanitária; gerenciar as programações orçamentárias; apoio para o controle de resíduos químicos e biológicos e de contaminantes; acordos e convênios firmados com os governos estaduais e municipais, subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

Art. 27 Às Divisões de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário compete promover, orientar, acompanhar e fiscalizar a execução das atividades de desenvolvimento agropecuário, em especial inovação e uso da propriedade intelectual no agronegócio, indicação geográfica, marcas coletivas e marcas de certificação no agronegócio; proteção de cultivares; conservação e uso sustentável de recursos genéticos; agroecologia e sistemas orgânicos; sistemas agropecuários de produção integrada; proteção, manejo e conservação do solo e da água; recuperação de áreas de agricultura e de pastagens degradadas; preservação, conservação e proteção do patrimônio genético, certificação relacionada à produção e comercialização agropecuária; promover, desenvolvimento dos sistemas orgânicos de produção agropecuária; levantamentos, prognósticos, diagnósticos e estudos relativos ao setor agropecuário.

Art 28 À Seção de Suporte Agropecuário compete coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações relacionados ao desenvolvimento agropecuário; prestar apoio ao Chefe de Divisão no que concerne às suas competências, elaborar o Plano Operativo Anual de Desenvolvimento Agropecuário; promover e organizar os fóruns consultivos às cadeias de produção; planejar e acompanhar as atividades desempenhadas pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Unidades Descentralizadas de Execução Finalística

Art. 34 À Unidade Técnica Regional de Agricultura, Pecuária e Abastecimento compete executar as atividades de defesa agropecuária, executar as atividades de desenvolvimento agropecuário, executar as atividades de administração geral no âmbito da respectiva jurisdição, relativos a controle de frequência e férias de servidores; encaminhamento de documentos necessários aos registros funcionais; administração de material e patrimônio; transporte; elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da SFA/MAPA.

Art. 30 Ao Serviço de Vigilância Agropecuária Área Vegetal e Animal localizados em portos, aeroportos internacionais, compete executar as atividades de inspeção de produtos de animal e origem vegetal, sêmen, embriões, produtos para alimentação animal, produtos de uso veterinário, agrotóxicos, fertilizantes, corretivos, inoculantes, sementes e mudas e vinhos e bebidas em geral, na importação e na exportação; examinar, bagagens de passageiros, com vistas a detectar produtos de origem animal ou vegetal e produtos biológicos que possam veicular agentes de doenças ou pragas, que constituem ameaça à agropecuária nacional, desinfecção e desinfestação em animais e vegetais, apreensão, interdição ou destruição de animais, vegetais, expedir certificados sanitários e fitossanitários, para a exportação de animais vivos e vegetais, coletar amostras de produtos para análise laboratorial, análise e providências específicas para o licenciamento de importação e de exportação; elaborar relatórios específicos e das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal;

Unidades de Apoio Operacional

Art. 35 Ao Serviço de Apoio Administrativo compete coordenar a execução das atividades de administração geral e de execução orçamentária e financeira dos recursos alocados à SFA/MAPA, com relação à procedimentos licitatórios; contrato, ajustes; alienação de bens móveis; execução físico-financeira de convênio; programar e promover auditorias; coordenar o trabalhos da

Comissão Permanente de Licitação - CPL e Pregoeiro no âmbito, cadastramento e atualização dos dados cadastrais dos fornecedores no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF; formalização, promover coleta, processamento e manutenção dos dados dos sistemas de informações administrativas e de gestão orçamentária, financeira e patrimonial; elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

Art. 36 À Seção de Atividades Gerais compete promover, acompanhar e orientar a execução das atividades de transporte, material e patrimônio, reprografia, zeladoria, manutenção predial, almoxarifado, protocolo, limpeza, conservação e vigilância, programar as aquisições de materiais e as contratações de serviços; administrar o arquivo central; elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

Art. 37 Ao Núcleo de Manutenção Predial compete acompanhar e controlar a execução de serviço prestado para manutenção, limpeza e vigilância de edifícios e outros bens imóveis; promover e orientar mudanças, remanejamentos, recolhimentos e redistribuições de bens móveis; vistoriar as condições de infraestrutura física dos bens imóveis e manter atualizados os registros cadastrais e instalações elétricas e elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

Art. 38 Ao Setor de Compras e Contratos compete para a formalização de compra ou de contrato de prestação de serviço e de execução de obra; receber, conferir, classificar e registrar os pedidos de aquisições de materiais, prestações de serviços e execuções de obras; informar sobre aplicação de penalidades e multas devidas, operar o Sistema Integrado de Registro de Preços, cadastrar e implementar atualização dos dados cadastrais dos fornecedores no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, acompanhar os prazos de vigência dos contratos e de Atas de Registro de Preços; providenciar divulgação e publicação de termo contratual e demais ações consequentes; manter registros dos contratos firmados e gerar cronogramas no SIASG; elaborar relatório anual das atividades exercidas com vistas a subsidiar a elaboração do relatório de gestão anual da Superintendência Federal.

Art. 39 Ao Setor de Material e Patrimônio compete controlar a entrega e manter a guarda de material adquirido; classificar, registros, guarda dos materiais de consumo e permanente; classificar, registrar e cadastrar bem patrimonial e controlar a distribuição; proceder a mudanças, remanejamentos, recolhimentos e redistribuições de bens móveis; executar os procedimentos de alienação de bens móveis; providenciar legalização e manter atualizados os registros cadastrais dos bens imóveis; elaborar relatório anual das para subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão.

Art. 40 Ao Setor de Protocolo compete receber, distribuir e expedir a documentação corrente; classificar, numerar, registrar e autuar as documentações recebidas e expedidas; sistematizar, recuperar e prestar informações relativas ao trâmite documental; receber e expedir malotes; instruir processo administrativo; elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

Art. 41 Ao Setor de Transporte compete manter sistema de controle de acompanhamento da utilização dos veículos; promover recuperação, manutenção e revisão dos veículos; levantar e analisar custos de manutenção e conservação dos veículos, bem como do consumo de combustíveis; detalhar o Plano Anual de Aquisição de Veículos - PAAV, bem como a proposta de coletar, processar e manter os dados específicos dos sistemas de informações administrativas; e elaborar relatório de atividades para subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão.

Art. 42 À Seção de Gestão de Pessoas compete promover aplicação da legislação, com relação à registros funcionais; concessões de férias, licenças e aposentadorias; benefícios sociais e assistenciais; e exames médicos periódicos, providenciar a realização de perícia médica; controlar as atividades dos estagiários; identificar as necessidades de desenvolvimento de competências e de realização de programações e projetos de educação continuada, coletar, processar e manter os dados específicos dos sistemas de informações administrativas, elaborar relatório anual das atividades para subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão.

Art. 43 À Seção de Execução Orçamentária e Financeira compete processar a execução orçamentária e financeira; efetuar pagamentos de suprimentos de fundos e demais despesas, controlar a respectiva prestação de contas; executar inclusões, alterações e exclusões de informações no Sistema SIAFI; processamento contábil e prestação de contas correspondentes aos contratos, convênios, ajustes, acordos e demais instrumentos de parcerias; verificar e registrar a conformidade de gestão, elaborar relatório anual das atividades para subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão.

1.4. Macroprocessos Finalísticos

Neste tópico a Portaria TCU nº 175/2013 recomenda indicar quais os macroprocessos finalísticos e de que forma foram conduzidos pela Unidade.

Os macroprocessos estabelecidos para a administração direta do MAPA são os seguintes: a) Cooperativismo e Associativismo Rural, b) Defesa Agropecuária, c) Desenvolvimento Agropecuário, d) Execução do Plano da Lavoura Cacaueira, e) Meteorologia e Climatologia, f) Política Agrícola, g) Política de Agroenergia, h) Política Cafeeira e i) Relações Internacionais do Agronegócio. Os programas e ações predominantemente realizados pela Unidade estão associados aos macroprocessos de Defesa Agropecuária, Desenvolvimento Agropecuário e Política Agrícola.

A condução desses macroprocessos para o cumprimento das competências institucionais envolveram ações de fiscalização, inspeção, vigilância agropecuária, prevenção, controle de doenças, pragas e contaminantes de produtos agropecuários, apoio e fomento ao desenvolvimento de cadeias produtivas da agropecuária, agricultura orgânica, indicação geográfica, dentre outras, executadas diretamente pela Unidade e mediante parcerias com entes públicos e privados.

Os macroprocessos finalísticos que compõem a cadeia de valor da administração direta do MAPA, estão em conformidade com o que preconiza o Sistema de Organização do Governo Federal – SIORG, instituído pelo Decreto nº 6.944, de 21.08.2009.

A cadeia de valor se refere ao conjunto de atividades desenvolvidas pela instituição para satisfazer as necessidades da sociedade. Por sua vez, os macroprocessos se referem ao conjunto de processos executado de forma ordenada para a realização dos objetivos e metas da instituição.

1.5. Macroprocessos de Apoio

Neste tópico, a Portaria TCU nº 175/2013 recomenda indicar quais os macroprocessos de apoio essenciais ao funcionamento da Unidade e como foram conduzidos, no exercício.

Os macroprocessos de apoio estão registrados na cadeia de valor da administração direta do MAPA, classificados como Macroprocessos de Governança e Administração Interna, conforme se apresenta, a seguir:

Macroprocessos de Governança: Gestão Institucional.

Macroprocessos de Administração Interna: a) Administração de Pessoal, b) Assessoramento Jurídico, c) Articulação Institucional, d) Articulação Política, e) Comunicação Institucional, f) Contabilidade Pública, g) Documentação e Informação Agropecuária, h) Desenvolvimento Organizacional e Inovação, i) Desenvolvimento de Pessoas, j) Interação com a Sociedade e Servidores, l) Logística e Serviços Gerais, m) Procedimentos Disciplinares e n) Tecnologia da Informação.

Tratando-se de órgão da administração direta do MAPA, a SFA/PB, cotidianamente, recebe recomendações, orientações, assessoramento, os quais são essenciais para o funcionamento regular da Unidade. Da mesma forma que os macroprocessos, a sua condução para o cumprimento das competências institucionais podem ser percebidas nos resultados consubstanciados neste Relatório de Gestão.

1.6. Principais Parceiros

Neste tópico a Portaria TCU nº 175/2013 recomenda indicar as parcerias internas ou externas, relacionadas aos macroprocessos, que participaram da consecução dos objetivos.

A Unidade firmou parcerias com o Governo do Estado, mediante o acompanhamento e fiscalização de convênios para a promoção da defesa agropecuária (vegetal e animal) e com 89 (oitenta e nove) Prefeituras, mediante a aprovação de projetos para a liberação de emendas parlamentares, destinados a aquisição de patrulhas mecanizadas, construção e reforma de matadouros e abatedouros, reforma e ampliação de mercados públicos, recuperação de estradas vicinais, construção de central de comercialização para agricultura familiar, construção de passagem molhada e perfuração e instalação de poços tubular. As parcerias com as Prefeituras Municipais envolveram recursos financeiros da ordem de 25.877.943,75 (Vinte e cinco milhões, oitocentos e setenta e sete mil, novecentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), beneficiando cerca de 155.505 (cento e cinquenta e cinco mil e quinhentos e cinco) produtores rurais.

Este trabalho de parceria esteve diretamente relacionado aos macroprocessos de Defesa Agropecuária, Desenvolvimento Agropecuário e Política Agrícola.

2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1. Planejamento da unidade

Neste item a Portaria TCU nº 175/2013 orienta que, caso o plano da Unidade esteja inserido no contexto de planos de uma Unidade Superior, deve relatar a participação no planejamento superior, descrição sucinta dos objetivos estratégicos e estratégias adotadas, plano tático e operacional, vinculação com as suas competências, tratamentos dos riscos envolvidos e estratégias de superação – contexto político, econômico, ambiental, tecnológico, social – limitações internas que ensejaram a mudança das orientações estratégicas originais.

A Unidade é um órgão descentralizado da administração direta do MAPA, de modo que o seu plano de trabalho está inserido no contexto dos planos da Unidade Superior, cuja matriz de referência é o PPA/2012-2015 e o mapa estratégico da instituição (citado na ilustração 2), onde estão situados os objetivos estratégicos.

Além do plano estratégico apresentado, considera-se o PPA como plano tático, constituído de programas, objetivos e metas, iniciativas e medidas institucionais/normativas de responsabilidade do Ministério, também abordados no relatório.

Em relação ao plano operacional, o Mapa desenvolveu no biênio 2012/2013 e implantou no final de 2013, o módulo informatizado de programação do Plano Operativo Anual (POA), parte do Sistema de Gestão Integrada (SGI), que trata do planejamento operacional físico-orçamentário detalhado das ações e planos orçamentários de todas as Unidades do Mapa, baseado nos valores monetários contidos no Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2014. Espera-se desenvolver o módulo de execução/monitoramento do POA ainda em 2014, para proporcionar aos gestores o acompanhamento mais efetivo do que foi programado em relação ao executado, para o exercício.

Nesse contexto, coube a SFA/PB formatar o seu planejamento de metas físicas e as estratégias de execução de acordo com a sua capacidade operativa, material e humana, associada à dotação orçamentária estabelecida pelo MAPA para o presente exercício.

Os objetivos estratégicos da SFA/PB para este exercício estão relacionados à promoção do agronegócio; fortalecimento da gestão estratégica, infra-estrutura e processos de trabalho; valorização e motivação dos servidores, preservação da qualidade dos alimentos e dos insumos agropecuários; vigilância do trânsito internacional e interestadual de vegetais, animais e seus produtos, prevenção e controle de pragas dos vegetais e doenças dos animais; erradicação da febre aftosa, controle de resíduos e contaminantes em produtos vegetal e animal; garantia de qualidade da

produção orgânica, uso e manejo sustentável dos recursos naturais em agroecossistemas, cadeias produtivas agropecuárias e processos de indicação geográfica de produtos agropecuários.

Estes objetivos estão vinculados aos programas de Programa de Gestão e Manutenção do MAPA; Defesa Agropecuária, e Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização.

Os programas, por sua vez, contemplam os seguintes planos orçamentários – PO's: Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas, Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Agropecuário, Seus Produtos e Insumos, Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal, Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais, Erradicação da Febre Aftosa, Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal, Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, Seus Produtos e Insumos, Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados, Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal, Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais, Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais, Fiscalização de Agrotóxicos e Afins, Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes, Fiscalização de Sementes e Mudanças, Fiscalização de Material Genético Animal, Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal, Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário, Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários, Fomento à Conservação e ao Uso Sustentável de Recursos Genéticos para Agricultura e Alimentação, Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização de Contratos de Repasse, Convênios e Instrumentos Congêneres, Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Cadeias Produtivas Agrícolas, Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono, Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-Orgânico, Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica, Operação dos Serviços Administrativos da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo.

Os objetivos estratégicos, programas e planos orçamentários (PO's) estão vinculados entre si, de modo a atender as competências institucionais da Unidade. A execução dos planos estratégicos, táticos e operacionais foram estruturados, basicamente, nas seguintes frentes de atuação:

a) Execução direta dos processos de fiscalização, inspeção, vigilância agropecuária, prevenção, controle de doenças, pragas e contaminantes de produtos agropecuários, apoio e fomento ao desenvolvimento de cadeias produtivas da agropecuária, agricultura orgânica, indicação geográfica, dentre outras.

b) Parcerias com o Governo do Estado, mediante o acompanhamento e fiscalização de convênios para a promoção da defesa agropecuária (vegetal e animal) e a aprovação de projetos para a liberação de emendas parlamentares, destinados a aquisição de patrulhas mecanizadas, construção e reforma de matadouros e abatedouros, mercados públicos, passagem molhada, estradas vicinais e construção/reforma de mercado público e central de comercialização.

c) Apoio técnico e material a entidades governamentais e não governamentais para a realização de encontros, seminários, reuniões técnicas voltados para a promoção e desenvolvimento da Agropecuária.

Com relação aos riscos e respectivas estratégias de superação, verificou-se que não houve ocorrência de eventos determinantes de natureza conjuntural ou estrutural, seja na esfera administrativa, política, econômica, ambiental, tecnológica ou social que determinasse alterações substantivas dos objetivos, programas e ações, de forma que não houve necessidade de mudança nas orientações estratégicas da Unidade, definidas na origem, a exemplo de revisões dos macroprocessos finalísticos e de apoio e adequações de estruturas – pessoal, tecnológica, imobiliária, dentre outras.

As limitações internas foram de natureza administrativa, de ocorrência histórica e recorrente, e estão relacionadas ao baixo quantitativo de pessoal e capacitação de recursos humanos, estruturas físicas de trabalho, procedimentos diferenciados na definição de metas físicas e orçamentárias e na descontinuidade de descentralização orçamentária entre os programas, especialmente em razão do contingenciamento de recursos que normalmente acontece no serviço público.

Essas limitações, a exceção do quantitativo de pessoal, foram resolvidas administrativamente, mediante negociações entre a Superintendência e a Unidade Superior, de modo que não houve necessidade da adoção de medidas de exceção às normas e regras gerais da administração para o encaminhamento de soluções para essas questões cotidianas. É certo que essas limitações sempre aumentam o grau de dificuldade dos trabalhos, mas não se constituíram em eventos internos capazes comprometer, na essência, o desempenho da instituição.

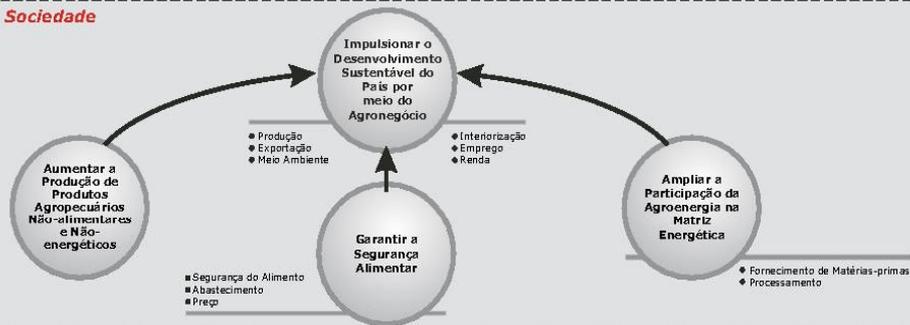
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Mapa Estratégico

Missão
Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade Brasileira

Visão
Ser Reconhecido pela Qualidade e Agilidade na Implementação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio

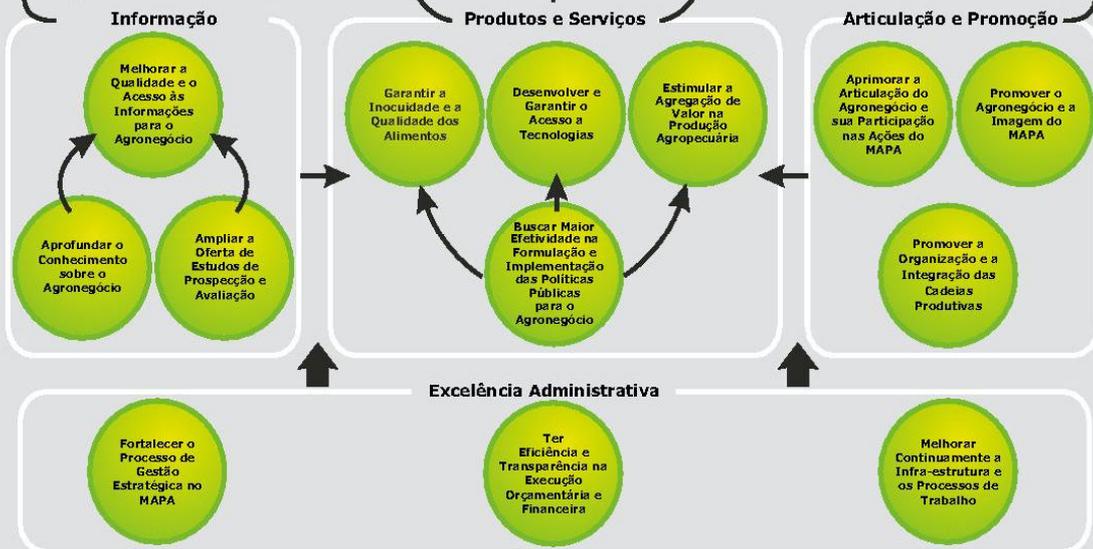
Perspectiva da Sociedade



Perspectiva do Agronegócio e Parceiros



Perspectiva de Processos Internos



Perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Crescimento



2.2. Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

2.2.3. Ações

2.2.3.2. Ações/Subtítulos – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS

A Divisão de Defesa Agropecuária - **DDA** coordena os serviços abaixo relacionados:

I. Serviço de Inspeção e Saúde Animal - **SISA**

II. Serviço de Inspeção de Sanidade Vegetal - **SISV**

III. Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários - **SEFAG**

DIVISÃO DE DEFESA AGROPECUÁRIA - DDA

➤ PROGRAMA: 2028 – Defesa Agropecuária.

OBJETIVO 0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.

◆ INICIATIVA: 04D4 - Fiscalização de Atividades Agropecuárias.

◆ AÇÃO: 20ZX – Fiscalização de Atividades Agropecuárias.

- PLANO ORÇAMENTÁRIO: 000K - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Agropecuário, Seus Produtos e Insumos – **VIGIAGRO13**

SERVIÇO DE INSPEÇÃO E SAÚDE ANIMAL – SISA

➤ PROGRAMA: 2028 – Defesa Agropecuária.

OBJETIVO 0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.

◆ INICIATIVA: 04BQ – Promoção da Defesa Agropecuária.

◆ AÇÃO: 20ZW – Promoção da Defesa Agropecuária.

- PLANO ORÇAMENTÁRIO 000D – Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal – **RESIDUOS13**

- PLANO ORÇAMENTÁRIO 000F – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais – **PCEANIMAL13**

- PLANO ORÇAMENTÁRIO 0009 – Erradicação da Febre Aftosa – **FEBREAFTO13**

◆ INICIATIVA: 04D4 - Fiscalização de Atividades Agropecuárias

◆ AÇÃO: 20ZX – Fiscalização de Atividades Agropecuárias

- PLANO ORÇAMENTÁRIO 000G – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal – **INPANIMAL13**

SERVIÇO DE INSPEÇÃO E SANIDADE VEGETAL – SISV

➤ PROGRAMA: 2028 – Defesa Agropecuária.

OBJETIVO 0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.

◆ INICIATIVA: 04D4 - Fiscalização de Atividades Agropecuárias.

◆ AÇÃO: 20ZX – Fiscalização de Atividades Agropecuárias.

- PLANO ORÇAMENTÁRIO 000J – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, Seus Produtos e Insumos – **VIGIFITO13**
- PLANO ORÇAMENTÁRIO 000D – Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados – **FISCORGEN13**
- PLANO ORÇAMENTÁRIO 000H – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal – **IPVEGETAL13**
- PLANO ORÇAMENTÁRIO 000E – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais – **PADCLASSI13**
- ◆ INICIATIVA: 04BQ – Promoção da Defesa Agropecuária
- ◆ AÇÃO: 20ZW – Promoção da Defesa Agropecuária
- PLANO ORÇAMENTÁRIO 0006 – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais – **PCEVEGTAL13**

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS – SEFAG

- PROGRAMA: 2028 – Defesa Agropecuária.
- OBJETIVO: 0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.
- ◆ INICIATIVA: 04D4 – Fiscalização de Atividades Agropecuárias.
- ◆ AÇÃO: 20ZX – Fiscalização de Atividades Agropecuárias.
- PLANO ORÇAMENTÁRIO 000C - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins – **FISAGROT13**
- PLANO ORÇAMENTÁRIO 000A - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes – **FISFECO13**
- PLANO ORÇAMENTÁRIO 000B - Fiscalização de Sementes e Mudanças – **FISCALSEM13**
- PLANO ORÇAMENTÁRIO 0006 - Fiscalização de Material Genético Animal – **FISCGENE13**
- PLANO ORÇAMENTÁRIO 0008 - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal - **FISCINAN13**
- PLANO ORÇAMENTÁRIO 0009 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário – **FISPROVET13**

DIVISÃO DE POLÍTICA, PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO – DPDAG

- PROGRAMA: 2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização.
- OBJETIVO 0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.
- ◆ INICIATIVA: 02XH - Apoio a projetos de desenvolvimento e fomento do setor agropecuário.
- ◆ AÇÃO: 20ZV – Fomento ao Setor Agropecuário.
- PLANO ORÇAMENTÁRIO 000A – Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – **IG – INDGRAF13**
- PLANO ORÇAMENTÁRIO 000C – Fomento à Conservação e ao Uso Sustentável de Recursos Genéticos para Agricultura e Alimentação – **REGENAGRO13**
- PLANO ORÇAMENTÁRIO 000F – Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização de Contratos de Repasse, Convênios e Instrumentos Congêneres – **FISCON13**
- PLANO ORÇAMENTÁRIO 0006 – Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Cadeias Produtivas Agrícolas – **APOIOAGRI13**

OBJETIVO 0743 - Implementar e monitorar as ações do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), visando a mitigação dos gases de efeito estufa e adaptação aos efeitos diretos e indiretos das mudanças climáticas, de forma a aumentar a resiliência e eficiência das unidades e dos sistemas produtivos agropecuários (Decreto nº 7390/2010, Art. 6º, § 1º).

◆ INICIATIVA: 02WU - Promoção da substituição da agricultura tradicional por outra de base sustentável, conservacionista, tecnificada, de baixa emissão de gases de efeito estufa e elevada fixação de carbono no solo e nas plantas (Plano ABC).

◆ AÇÃO: 8593 – Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono.

- PLANO ORÇAMENTÁRIO 0001 – Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – **APOIOABC13**

OBJETIVO 0744 - Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda.

◆ INICIATIVA: Código 02XB - Promoção do desenvolvimento da agricultura orgânica e controle da garantia da qualidade orgânica.

◆ AÇÃO: 8606 – Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica – Pró-Orgânico

- PLANO ORÇAMENTÁRIO 0001 - Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-Orgânico – **DESENORG13**

- PLANO ORÇAMENTÁRIO 0003 - Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica – **CERTORGAN13**

➤ PROGRAMA: 2105 – Programa de Gestão e Manutenção do MAPA.

◆ AÇÃO: 2000 – Administração da Unidade.

PLANO ORÇAMENTÁRIO 000H – Operação dos Serviços Administrativos da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – **OPERASDC13**

Divisão de Defesa Agropecuária - DDA

Equipe de Trabalho:

Edson Arnaldo Cavalcante Loureiro - Engenheiro Agrônomo – FFA – Chefe

Márcio Ayrton Cavalcanti de Almeida – Médico Veterinário – FFA - Substituto

Apoio Administrativo:

Elza Maria da Silva - Digitadora – Terceirizada

2.2.3.5 - Análise Situacional

A DDA é uma Divisão de Defesa Agropecuária com o objetivo de acompanhar, coordenar, planejar e avaliar o Plano Operativo Anual dos serviços técnicos, de todos os Planos Orçamentários e sua execução pré estabelecida no POA/2013.

A DDA teve participação em diversas reuniões técnicas e administrativas no âmbito da SFA/PB e do Órgão Central-MAPA, de cunho regional e nacional. Os dados físicos e financeiros dos Planos Orçamentários encontram-se no relatório de gestão dos serviços de fiscalização e inspeção do SEFAG, SISA e SISV.

Outra atividade da DDA é o suporte técnico-administrativo da área técnica da SFA/PB, onde faz com que haja tramitação de documentos externos e internos resultantes da ação de fiscalização e inspeção dos serviços.

No anexo I consta os eventos de capacitação que os servidores da área administrativa e finalística participaram em 2013. ([ANEXO I](#))

A DDA coordena e acompanha inclusive as ações do VIGIAGRO13 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Agropecuário, Seus Produtos e Insumos

➤ PROGRAMA: 2028 – Defesa Agropecuária

OBJETIVO 0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.

◆ INICIATIVA: 04D4 - Fiscalização de Atividades Agropecuárias.

◆ AÇÃO: 20ZX – Fiscalização de Atividades Agropecuárias.

◆ PLANO ORÇAMENTÁRIO: 000K - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Agropecuário, Seus Produtos e Insumos – **VIGIAGRO13**

Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação								
Código	20ZX					Tipo: Atividade		
Descrição	Fiscalização de Atividades Agropecuárias							
Iniciativa	04D4 - Fiscalização de Atividades Agropecuárias							
Objetivo	0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.							
Programa	2028 – Defesa Agropecuária							
Unidade Orçamentária	22101 - MAPA							
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria							
Lei Orçamentária Anual - 2013								
Execução Orçamentária e Financeira								
Nº do subtítulo/Localizador	Natureza da Despesa	Dotação Recebida	Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		Perc utilizado %
			Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
0025-PB	339014	1.314,13	1.314,13	1.314,13	1.314,13	-	-	100,00
0025-PB	339030	1.528,62	1.513,92	1.513,92	1.513,92	-	-	99,04
0025-PB	339033	2.100,00	1.863,90	1.863,90	1.863,90	-	-	88,76
0025-PB	339037	21.971,00	21.971,00	17.690,10	17.690,10	-	4.280,90	100,00
0025-PB	339039	250,00	210,50	210,50	210,50	-	-	84,20
0025-PB	339047	241,02	241,02	241,02	241,02	-	-	100,00
TOTAL		27.404,77	27.114,47	22.833,57	22.833,57	-	4.280,90	98,94
Execução Física da Ação - Metas								
Nº do subtítulo/Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante			%		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado			
0025-PB	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional Agropecuário, seus produtos e insumos.	Partida Inspecionada (Unid.)	429	-	509	118,6		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores								
Nº do	Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas			

subtítulo/ Localizador	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-	-	-	-

Fonte: LOA 2013/SIAFI GERENCIAL/SIAFI/SISV/DDA

Resultados

Tabela 01 - Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PO	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
20ZX – Fiscalização de Atividades Agropecuárias	VIGIAGRO13 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional Agropecuário, seus produtos e insumos.	Partida Inspeccionada (Unid.)	429	-	509	118,6
ATIVIDADE			Quantidade	Unidade		
1.1. Termo de ocorrência			183	Unid.		
1.2. Licenciamento de importação deferido.			130	Unid.		
1.3. Termo de fiscalização emitido (carreta, vagão e navio).			-	Unid.		
1.4. Termo de Destruição (colis postaux)			-	Unid.		
1.5. Requerimento exportação e importação /embalagem de madeira			326	Unid.		
1.6. Termo de coleta de amostra			85	Unid.		
1.7. Termo de vistoria de ambiente			39	Unid.		

Fonte: SISV/DDA

2.2.3.5 - Análise Situacional

O trabalho de fiscalização desenvolvido pelo SISV/Porto de Cabedelo é realizado por demanda, de modo que sofre amplas influências conjunturais em razão, fundamentalmente, da performance da economia, no campo das relações internacionais, e administrativas de parte da Companhia Docas quanto à logística e outros incentivos para a atração de empresas importadoras e exportadoras.

O planejamento das fiscalizações foi realizado com base nos resultados de anos anteriores, associado às informações de tendências da importação de trigo, malte de cevada, bebidas, e produtos que demandam embalagens de madeira.

Os resultados alcançados neste exercício atingiram 118,6% das metas programadas, o que indica a pertinência das informações consideradas para efeito de planejamento.

Em 2013 foram realizadas 509 fiscalizações em produtos de origem vegetal importados, incluindo suporte de madeira, trigo, malte de cevada e bebidas em geral, especialmente whisky, sucos, vinhos e derivados, sendo 326 Partidas Inspeccionadas e 183 Termos de Ocorrência. Associados ao processo de fiscalização foram emitidos 89 Termos de Vistoria de Ambiente, deferidos 130 Licenciamentos de Importação e 85 Termos de Coleta de Amostra.

Neste exercício, o FFA Jamir Mascena de Sousa participou do Curso de Capacitação em Classificação de Trigo, realizado em Aquidauana/MS, com carga horária de 40 horas/aula, e o FFA Edson Arnaldo Cavalcante Loureiro, participou do Curso de Capacitação Técnica em Processo Administrativo, realizado em João Pessoa/PB, com carga horária de 40 horas/aula.

Os restos a pagar não processados referem-se à fatura de terceirização de mão de obra (apoio administrativo), do mês de dezembro e a diferença de repactuação de setembro a dezembro/2013, que somente serão emitidas em 2014.

Serviço de Inspeção e Saúde Animal - SISA

Equipe de Trabalho:

Antônio Hybernon da Silva - Médico Veterinário - Fiscal Federal Agropecuário- Chefe
Janete Vatanabe Okamoto Lima - Médica Veterinária- Fiscal Federal Agropecuário - Substituta
Marco Aurélio Viana Silva - Médico Veterinário - Fiscal Federal Agropecuário
Elisângela Luiza de Souza Marques – Médica Veterinária – Fiscal Federal Agropecuário
Márcio Ayrton Cavalcanti de Almeida – Médico Veterinário – Fiscal Federal Agropecuário
Wilton Ribeiro Pinho – Médico Veterinário – Fiscal Federal Agropecuário
Paulo Roberto Maciel Fernandes – Médico Veterinário – Fiscal Federal Agropecuário
Vandberg Barbosa Braz – Médico Veterinário - Fiscal Federal Agropecuário
Daniel Rodrigues Viana – Agente de Inspeção de Produtos Agropecuários
Geraldo Gonçalves da Rocha – Agente de Inspeção de Produtos Agropecuários
Vilberto Nunes Raimundo – Agente de Inspeção de Produtos Agropecuários
Bernadete Pereira – Agente de Inspeção de Produtos Agropecuários
João Batista da Silva - Agente de Inspeção de Produtos Agropecuários

UTRA Patos:

Tarcisio Ferreira Maia - Médico Veterinário - Fiscal Federal Agropecuário
Girley Medeiros Palmeira Maia – Agente de Inspeção de Produtos Agropecuários
Joaquim de Oliveira Santos – Agente de Atividade Agropecuária

UTRA Campina Grande:

João de Arruda Câmara - Médico Veterinário - Fiscal Federal Agropecuário
Gilberto Bevenuto da Silva – Agente de Atividade Agropecuária
Ademar Pereira Bastos-Cedido CONAB
Antonio Benedito-Cedido CONAB

Apoio Administrativo:

Lucas Sales Carneiro da Cunha –Terceirizado

➤ PROGRAMA: 2028 – Defesa Agropecuária

OBJETIVO 0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.

- ◆ INICIATIVA: 04BQ – Promoção da Defesa Agropecuária.
- ◆ AÇÃO: 20ZW – Promoção da Defesa Agropecuária.
 - Plano Orçamentário 000D – Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal – **RESÍDUOS13**
 - Plano Orçamentário 000F – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais – **PCEANIMAL13**
 - Plano Orçamentário 0009 – Erradicação da Febre Aftosa – **FEBREAFTO13**

- ◆ Plano Orçamentário 000D - Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal – **RESÍDUOS13**

Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação	
Código	20ZW Tipo: Atividade
Descrição	Promoção da Defesa Agropecuária

Iniciativa	04BQ							
Objetivo	0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.							
Programa	2028 – Defesa Agropecuária							
Unidade Orçamentária	22101 – MAPA							
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria							
Lei Orçamentária Anual - 2013								
Execução Orçamentária e Financeira								
Nº do subtítulo/ Localizador	Natureza da Despesa	Dotação Recebida	Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		Perc utilizado %
			Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	-	-	-
Execução Física da Ação - Metas								
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante			%		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado			
0025-Paraíba	Coletar amostras para controlar os níveis de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e animal	Análise realizada (Unid.)	75	72	50	69,44		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores								
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
-	-	-	-	-	-	-		

Fonte: LOA 2013/SIAFI GERENCIAL/SIAFI/SISA

* Não foi descentralizado crédito orçamentário para o PO RESÍDUOS13.

Resultados

Tabela 02 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PO	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
20ZW – Promoção da Defesa Agropecuária	RESÍDUOS13 - Controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e animal.	Análise efetivamente realizada (Unid)	75	72	50	69,44
PROCESSO	PO	PRODUTO	Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
01. Monitoramento de produto de origem animal.	RESÍDUOS 13	Monitoramento realizado – coletas realizadas (Unid)	75	72	72	100

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
1.1. Coleta de amostra.	72	Unid.
1.2 Amostras analisadas.	50	Unid.
1.3 Amostras com violação	00	Unid.
1.4 Amostras descartadas/não recebidas.	22	Unid.

Fonte: SISA/DDA/SFA-PB

2.2.3.5 - Análise Situacional

As exportações brasileiras de produtos de origem animal têm como garantia a execução do Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes, como também, fornece as garantias de que os produtos destinados ao comércio interno sejam livres de resíduos e contaminantes, com vistas a preservar a saúde dos consumidores.

As amostras são colhidas mediante sorteio com base estatística e encaminhadas para os laboratórios que são designados e que participam do programa. Anualmente, o escopo analítico do programa é elaborado pela Coordenação de Controle de Resíduos e Contaminantes (CCRC) e publicado pela Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA).

Para o Estado da Paraíba foram sorteadas 75 amostras de produtos com vistas à realização das análises, destas, 72 amostras foram coletadas, das quais, 50 amostras (69,44%) foram efetivamente analisadas e apresentaram resultados dentro dos padrões estabelecidos. Foram descartadas ou não chegaram aos laboratórios indicados, 22 amostras (29,33%), devido, na maioria dos casos, a problemas no envio, como, dificuldades de logística, distância dos laboratórios indicados, atraso na entrega por parte dos correios, por se tratar de amostras perecíveis que necessitam ser mantidas congeladas. Três amostras deixaram de ser coletadas (4%) por falta de matéria-prima em estabelecimentos sorteados, motivado pela seca que assolou o Nordeste.

Não foi disponibilizado orçamento no PO RESIDUOS, as atividades foram desenvolvidas com os recursos do PI INPANIMAL13, tendo sido atendida a demanda, a qual foi encaminhada via sorteio aleatório, com base estatística e parâmetros definidos pela Coordenação de Controle de Resíduos e Contaminantes do MAPA (CCRC).

◆ Plano Orçamentário 000F – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais – PCEANIMAL13

Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação					
Código	20ZW		Tipo: Atividade		
Descrição	Promoção da Defesa Agropecuária				
Iniciativa	04BQ				
Objetivo	0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.				
Programa	2028 – Defesa Agropecuária				
Unidade Orçamentária	22101 - MAPA				
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Lei Orçamentária Anual - 2013					
Execução Orçamentária e Financeira					
Nº do subtítulo/	Natureza da	Dotação Recebida	Despesa	Restos a Pagar inscritos 2013	Perc utilizado %

Localizador	Despesa		Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
0025-PB	339014	7.873,70	7.657,43	7.657,43	7.657,43	-	-	97,25
0025-PB	339030	5.936,86	5.571,71	5.571,71	4.244,00	1.327,71	-	93,85
0025-PB	339033	8.572,72	7.446,62	7.446,62	7.446,62	-	-	86,86
0025-PB	339036	1.988,90	1.988,90	1.988,90	1.988,90	-	-	100,00
0025-PB	339037	20.908,88	20.908,88	20.908,88	20.908,88	-	-	100,00
0025-PB	339039	3.946,99	3.946,99	3.946,99	3.946,99	-	-	100,00
TOTAL		49.228,05	47.520,53	47.520,53	46.192,82	1.327,71	-	96,53
Execução Física da Ação - Metas								
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			%	
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0025-PB	Prevenir, controlar e erradicar as doenças dos animais nas propriedades		Propriedade Atendida (Unid.)	24.000	24.000	15.233	63,47	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores								
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
0025-PB	237,00	237,00	-	Prevenir, controlar e erradicar as doenças dos animais nas propriedades	Propriedades atendidas (Unid)	12.515		

Fonte: LOA 2013/SIAFI GERENCIAL/ SIAFI/SISA

Resultados

Tabela 03 - Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PO	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
20ZW – Promoção da Defesa Agropecuária	PCEANIMAL 13 - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais	Propriedade Atendida (Unid.)	24.000	24.000	15.233	63,47
PROCESSO	PO	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
01. Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose.	PCEANIMAL 13	Propriedade Atendida (Unid.)		-	1.027	-
ATIVIDADE			Quantidade	Unidade		
1.1 Fiscalizar as Ações do Órgão Executor para Habilitação de Salas de Diagnóstico e Ações Fiscais (Ação Descentralizada)			10	Unid.		

1.2. Fiscalizar Procedimento para Certificação de Propriedades Livres ou Monitoradas do PNECBT. (Ação Descentralizada)	-	Unid.
1.3. Certificar Propriedades Livres e Monitoradas do PNECBT (Ação Direta)	-	Unid.
1.4. Fiscalizar Curso para Habilitação de Veterinários Autônomos no PNCEBT. (Ação Direta)	-	Unid.
1.5. Habilitar Salas de Diagnósticos do PNCEBT (Ação Direta)	01	Unid.
1.6. Realizar Palestras Educativas. (Ação Direta, Ação Descentralizada)	-	Unid.
1.7. Participar de Reunião Técnica. (Ação Direta)	04	Unid.
1.8. Propriedades Trabalhadas em Brucelose. (Ação Descentralizada)	3.943	Unid.
1.9. Propriedades Trabalhadas em Tuberculose. (Ação Descentralizada)	1.027	Unid.
1.10. Animais Testados para Brucelose (Ação Descentralizada)	6.486	Unid.
1.11. Animais Testados para Tuberculose. (Ação Descentralizada)	6.125	Unid.
1.12. Animais Positivos Brucelose (Ação Descentralizada)	13	Unid.
1.13. Animais Negativos Brucelose (Ação Descentralizada)	6.473	Unid.
1.14. Animais Positivos para Tuberculose (Ação Descentralizada)	11	Unid.
1.15. Animais Negativos para Tuberculose (Ação Descentralizada)	6.114	Unid.
1.16. Fiscalização para Médicos Veterinários Habilitados (Ação Direta, Ação Descentralizada)	10	Unid.
1.17. Propriedade com Foco Brucelose (Ação Descentralizada)	08	Unid.
1.18. Propriedade com Foco Tuberculose (Ação Descentralizada)	07	Unid.
1.19. Animais Sacrificados com Tuberculose (Ação Descentralizada)	03	Unid.
1.20. Animais Sacrificados com Brucelose (Ação Descentralizada)	04	Unid.
1.21. Número de Veterinários Habilitados no PNECBT (Ação Direta)	21	Unid.

PROCESSO	PO	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
02. Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Suídeos.	PCEANIMAL13	Propriedade Atendida (Unid.)	-		01	-

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
2.1. Fiscalizar as ações do Órgão Executor no Controle de Doenças dos Suídeos (Ação Descentralizada)	-	Unid.
2.2. Participar de Reunião Técnica (Ação Descentralizada)	-	Unid.
2.3. Realizar Palestras Educativas (Ação Direta e Descentralizada)	-	Unid.
2.4. Propriedades Afetadas.	01	Unid.
2.5. Número de Foco de Exames Negativos para Peste Suína Clássica (Ação Descentralizada)	-	Unid.

PROCESSO	PO	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
03. Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina –EEB.	PCEANIMAL13	Propriedade Atendida (Unid.)	-	-	5.259	-

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
3.1. Fiscalizar o Órgão Executor nas Ações de Combate aos Morcegos Hematófagos e a outros Transmissores.	02	Unid.
3.2. Colheita de Material para Raiva dos Herbívoros e outras encefalopatias	10	Unid.
3.3. Resultado Positivo de Raiva e Outras Encefalopatias.	06	Unid.
3.4. Propriedade com Foco de Raiva.	10	Unid.

3.5. Morcegos Capturados	06	Unid.
3.6. Morcegos Tratados	06	Unid.
3.7. Herbívoros Vacinados	244.359	Unid.
3.8. Números de animais mortos	-	Unid.
3.9. Reunião Técnica com o Órgão Executor – SEDAP/PB.	13	Unid.
3.10. Propriedades atendidas 6068	5259	Unid.
3.11. Colheita de ração – identificação prot. anim. na ração de ruminantes	-	Unid.
3.12. Resultados positivos – proteína animal na ração de ruminantes	-	Unid.
3.13. Sacrifícios de bovinos que se alimentaram de proteína animal	-	Unid.

PROCESSO	PO	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
04. Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Equideocultura.	PCEANIMAL 13	Propriedade Atendida (Unid.)	-	-	3.265	-

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
4.1. Propriedades com Foco de AIE.	49	Unid.
4.2. Propriedades com Foco de Mormo	05	Unid.
4.3. Colheita de Amostra para AIE	6.410	Unid.
4.4. Colheita de Amostra para Mormo	6.199	Unid.
4.5. Resultados Positivos de Equídeos para AIE	81	Unid.
4.6. Resultados Positivos de Equídeos para Mormo	07	Unid.
4.7. Equídeos Sacrificados com AIE	49	Unid.
4.8. Equídeos Sacrificados com Mormo	07	Unid.
4.9. Reunião Técnica com méd. veterinários cadastrados no PNSE	04	Unid.

PROCESSO	PO	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
05. Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Avicultura.	PCEANIMAL 13	Propriedade Atendida (Unid.)	-	-	2.180	-

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
5.1. Fiscalizar as Ações do Órgão Executor no Cadastramento e Controle das Doenças das Aves em Granjas.	04	Unid.
5.2. Controlar e Certificar Núcleos e Estabelecimentos Avícolas como Livre para Salmonelose e Micoplasmose	13	Unid.
5.3. Participar de Reunião Técnica	08	Unid.
5.4. Amostras Colhidas para Diagnóstico de Salmonela e Micoplasma – SUABES	1.660	Unid.
5.5. Amostras Colhidas para Diagnóstico de Salmonela e Micoplasma – SORO	12.061	Unid.
5.6. Amostras Colhidas para Diagnóstico de Salmonela e Micoplasma – OVOS BICADOS	295	Unid.
5.7. Amostras Colhidas para Diagnóstico de Salmonela e Micoplasma – MECÔNIOS	258	ml
5.8. Amostras Colhidas para Diagnóstico de Salmonela e Micoplasma – PINTOS OU AVES MORTAS	185	Unid.
5.9. Outras amostras (propés).	14	Unid.
5.10. Fiscalização conjunta com o SEFAG/PB a granjas matrizeiras com vista à renovação de registro.	04	Unid.
5.11. Dados colhidos em propriedades com vacinação de aves	2.180	Unid.
5.12. Nº de aves vacinadas	94.953.153	Unid.

Fonte: SISA/DDA/SFA-PB

2.2.3.5 - Análise Situacional

A execução é direta e descentralizada, em ações conjuntas com o serviço de defesa sanitária animal do governo estadual, o qual trabalha também com recursos oriundos de convênio com o MAPA. No ano de 2013 não foi repassado o montante financeiro, ficando, portanto para ser aplicado em 2014.

As ações conjuntas tem como principal objetivo garantir a segurança zoonosológica nacional, visando agregar valor qualitativo aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de enfermidades dos animais, de acordo com os parâmetros técnicos e sanitários recomendados pelos organismos internacionais. A referida ação possui os seguintes processos básicos:

- Controle e a Certificação de Núcleos ou Estabelecimentos Avícolas livres das Micoplasmoses e Salmoneloses Aviárias;
- Prevenção e Controle das Doenças dos Equídeos, Caprinos, Ovinos e Abelhas;
- Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina;
- Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose;
- Controle e Erradicação das doenças dos Suídeos.

A meta corrigida – propriedade atendida para as ações do PCEANIMAL foram tabuladas conjuntamente, em virtude da impossibilidade de especificar os programas em separado. A meta corrigida foi estipulada em 24.000 propriedades atendidas, registrando-se, no ano, 63,47%% do programado (15.233 propriedades atendidas).

O SISA por delegação à GEDA/SEDAP-PB acompanha as ações do Programa Nacional de Sanidade Avícola – PNSA, dentre as quais as de vigilância sanitária para salmonelose e micoplasmose e aviária. As amostras colhidas no ano de 2013 foram: 12.061 (soro), 1.660 (swab de cloaca), 247 (swab de caixa), 14 (pro-pé), 258 (mecônio), 185 (aves mortas) e 295 ovos bicados. Houve a certificação de 13 lotes como livres para salmonelose e micoplasmose aviária nas três (03) granjas matrizeiras de aves em funcionamento. Não houve registro de resultados positivos para essas enfermidades. Em atendimento as instruções normativas nºs 56, de 04.12.2007 e 59, de 04.12.2007, o SISA e SEFAG/SFA-PB em ação conjunta realizaram quatro (04) fiscalizações em cada estabelecimento avícola de reprodução (03 granjas e 03 incubatórios matrizeiros).

No programa de Prevenção e Controle das Doenças dos Equídeos – PNSE, este serviço recebe e tabula os resultados de exames de ANEMIA INFECCIOSA EQUINA (AIE) e MORMO realizados por laboratórios particulares, credenciados pelo MAPA, neste estado e por laboratórios oficiais - LANAGRO/PE, LANAGRO/MG e LANAGRO-PA. Contamos no estado com dois (02) laboratórios particulares, instalados em Campina Grande e em Catolé do Rocha/PB, responsáveis pelos diagnósticos de Anemia Infecciosa Equina (AIE) e Mormo dos equídeos em trânsito. Quanto à vigilância e saneamento são realizados, respectivamente, pelos LANAGRO's de Minas Gerais, Pará e de Pernambuco. A vigilância e saneamento dos focos de AIE e MORMO são realizados após a autuação em processos por este serviço e encaminhados para o órgão executor (SEDAP/PB).

Durante o ano de 2013, os laboratórios particulares e oficiais realizaram 12.609 diagnósticos de equídeos do estado, sendo 6.425 para AIE e 6.119 para MORMO, respectivamente um acréscimo de 320 (+5,2%) e 613 (+10,9%) exames em relação a 2012; apresentaram os seguintes resultados: 96 soropositivos para AIE (menos 15 exames; com decréscimo de 0,32% entre as percentagens de 2012 e 2013); 07 soropositivos para Mormo (equivalendo a 0% entre as percentagens entre 2012 e 2013). Foram sacrificados no total 56 equídeos com AIE, sendo 49 (menos 37 sacrifícios, 43% menos que em 2012) e 07 com MORMO (mais 05 sacrifícios, com acréscimo em 350% em relação a 2012).

Tabela 03.1 - Informações sobre AIE e MORMO (2009 a 2013)

Anos	AIE				MORMO			
	Exames	Positivos	Negativos	Sacrificados	Exames	Positivos	Negativos	Sacrificados

2009	3.400	52 (1,52%)	3.348	99	3.659	18 (0,49%)	3.641	18
2010	4.885	73 (1,49%)	4.812	73	4.640	16 (0,34%)	4.624	16
2011	5.271	112 (2,12%)	5.159	73	5.339	18 (0,33%)	5.321	09
2012	6.105	111 (1,81%)	5.994 (98,19%)	86	5.586	7 (0,12%)	5.579 (99,88%)	02
2013	6.425	96 (1,49 %)	6.329 (98,74%)	49	6.199	7 (0,12%)	6.192 (98,89%)	07
Diferença 2012-2013.	+ 320 (+ 5,2%)	- 15 (1,81- 1,49 = - 0, 32%)	+ 335 (98,19 – 98,74= + 0,55%)	- 37 (- 43,1%)	+ 613 (+10,9%)	-	+ 613 (+0,01%)	+ 5 (+350%)

Fonte: SISA/DDA/SFA-PB

Para o Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e outras Encefalopatias - PNCRH, também é delegada as ações para a SEDAP-PB, constando de cadastramento de propriedades rurais, monitoramento de abrigos de morcegos hematófagos, execução da vigilância em áreas ou propriedades de risco e atendimento aos focos da doença raiva ou outras encefalites; na vigilância ativa de colheita de ração com fins de identificação de proteína de origem animal na alimentação de ruminantes. Apresentamos a seguir dados de 2009 a 2013 do Programa Nacional de Controle de Raiva dos Herbívoros e outras Encefalopatias – PNCRH, onde comentamos especificamente os dois últimos anos, 2012 e 2013: Propriedades atendidas em 2013 foram 5.259 e em 2012 5.372 (- 113, um decréscimo de 2,11% em relação a 2012); nº animais vacinados contra raiva = 244.359 em 2013 e em 2012 - 280.235 (- 35.876, um decréscimo de 12,8% em relação a 2012); 02 propriedades focos com ocorrência de raiva (acrécimo de 100% em relação a 2012); 06 morcegos hematófagos capturados (+ 3 MH capturados que em 2012, com um acréscimo de 100%); 06 morcegos hematófagos tratados (+ 3 MH tratados que em 2012, com um acréscimo de 100%). Não houve colheita de ração.

Tabela 03.2 - Informações sobre Raiva e outras Encefalopatias

Anos	RAIVA E OUTRAS ENCEFALOPATIAS							Ração no cocho		
	Propriedade de atendida	Animais vacinados	Propried. com foco	Animais mortos	Diagnóst (+)	MH Capturados	MH tratados	Colheita a ração	Result. (+)	Sacrifícios bovinos
2009	6.620	276.555	03	05	03	14	02	-	-	-
2010	9.973	395.450	17	17	17	12	09	15	03	17
2011	9.079	470.491	08	04	09	29	27	12	02	14
2012	5.372	280.235	01	-	01	03	03	01	01	117 (*)
2013	5.259	244.359	02	-	-	06	06	-	-	-
Diferença entre 2012 e 2013.	- 113 (2,11%)	- 35.876 (12,81 %)	+0 1 (100 %)	-	-	+ 3 (100 %)	+ (100%)	-	-	-

Legendas: MH – Morcego hematófago; (*) Denúncia Ouvidoria

Fonte: SISA/DDA/SFA-PB (2009-2013)

Outra ação delegada para o Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros – PNCRH ao Serviço Estadual de Defesa Agropecuária é a de fiscalização ativa em propriedades rurais, para identificação do uso indevido de proteína animal (cama de aviário e resíduos de suínos) na alimentação de ruminantes. A ação de colheita de amostras de ração, para este ano não foi executada pelo órgão executor, restringindo apenas a denúncia OUVIDORIA nº 63.090, a qual não se constatou presença no cocho de cama de aviário (subprodutos de origem animal). Houve outra denuncia a OUVIDORIA nº 66.145, sobre a utilização de cama de aviário na alimentação de ruminantes em 02 (duas) propriedades localizadas no município de Livramento/PB, as quais foram encaminhadas ao órgão executor para as devidas providências. A constatação ficou para ser

atendida para o início do próximo ano sob a atuação conjunta dos serviços da SEDAP-PB e SISA-SFA/PB

As ações referentes ao Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal executadas pelo Órgão Executor - SEDAP/PB, desde o sacrifício sanitário dos animais positivos, fiscalização de revendas de vacinas, entre outros, sob a supervisão e gerenciamento do SISA/PB. Comparando os dados de Brucelose Animal do ano de 2012 com os de 2013, constatamos: um decréscimo de 3.207 (3.786 – 579; 15,3%) propriedades trabalhadas; um decréscimo de 12.030 (18.512 - 6.482; 35%), no nº de animais examinados; um decréscimo de 04 (17 – 1; 76,47 %), no nº de animais positivos; um decréscimo 12.026 (18.495 - 6.469; 34,97%), no nº de animais com resultados negativos; um decréscimo de 653 (4.596 - 3.943) rebanhos vacinados e menos 467 (15.763 – 15.296) bezerras vacinadas contra BRUCELOSE.

Tabela 03.3 – Condensado dos relatórios de diagnóstico de brucelose animal - 2009 a 2013.

CONDENSADO DOS RELATÓRIOS DE DIAGNÓSTICO DE BRUCELOSE - 2009 a 2013.							
ANO	Propriedades trabalhadas	Animais examinados	Animais positivos (%)	Animais negativos (%)	Rebanhos vacinados	Bezerras vacinadas	Nº Animais sacrificados
2009	5.913	38.413	208 (0,54%)	32.593	3.912	17.191	40
2010	6.996	32.644	51 (0,15%)	27.542	4.709	18.929	67
2011	7.233	31.446	23 (0,09%)	27.516	5.884	21.289	17
2012	3.786	18.512	17 (0,09%)	18.495	4.596	15.763	10
2013	579	6.482	13 (0,2%)	6.469	3.943	15.296	04
Diferenças entre 2012 e 2013.	- 3.207 (15,3 %)	- 12.030 (35%)	- 04 (76,47%)	-12.026 (34,97%)	- 653 (85,8%)	- 467 (97,03%)	- 06 (40%).

Fonte: SISA/DDA/SFA-PB.

Analisando os dados de Tuberculose Animal nos anos de 2012 e os de 2013, constatamos: um decréscimo de 2.557 (3.584 – 1.027; 71,34%) propriedades trabalhadas; um decréscimo de 13 (20 – 7; um acréscimo de 0,13% (0,55- 0,68%) comparando os percentuais de propriedades positivas; um decréscimo de 2.544 (3.564 – 1.020; um decréscimo de 0,13% (99,45 – 99,32%) no nº de propriedades negativas; decréscimo de 10.725 (16.850 – 6.125); decréscimo de 63,65%) em animais examinados; um decréscimo de 09 (20 – 11; acréscimo de 0,06% entre as percentagens) animais positivos; uma diminuição 10.716 (16.830 – 6.114; um decréscimo de 0,06% entre as percentagens) de animais negativos; e um decréscimo de 04 (07 – 04); correspondendo a 56,25% em relação a 2012) de animais sacrificados.

Tabela 03.4 - Condensado dos relatórios de diagnóstico de tuberculose

CONDENSADO DOS RELATÓRIOS DE DIAGNÓSTICO DE TUBERCULOSE - 2009 a 2013.							
ANO	Propriedades trabalhadas	Propried. Positivas (%)	Propried. Negativas (%)	Animais Examinados	Animais positivos (%)	Animais negativos (%)	Nº Animais sacrificados
2009	8.099	50 (0,61%)	8.049 (99,39%)	31.631	117	31.514	79
2010	6.894	19 (0,27%)	6.875 (99,73%)	31.919	43	31.876	67
2011	7.296	21 (0,28%)	7.275 (99,72%)	31.925	32	31.894	16
2012	3.584	20 (0,55%)	3.564 (99,45%)	16.850	20 (0,11%)	16.830 (99,89%)	07
2013	1.027	7 (0,68%)	1.020 (99,32%)	6.125	11 (0,17%)	6.114 (99,83%)	03
Diferenças entre 2011 e 2012.	- 2.557 (decréscimo de 71,34%)	- 13 (acrécimo de 0,13%)	- 2.544 (decréscimo de 0,13%).	- 10.725 (decréscimo de 63,65%)	- 9 (acrécimo de 0,06%)	- 10.716 (decréscimo de 0,06%)	- (decréscimo de 56,25%)

Fonte: SISA/DDA/SFA-PB

Foi realizado um curso de Treinamento em Métodos de Diagnóstico da Brucelose e Tuberculose e outras Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis, em atendimento ao programa, com participação e habilitação de 21 médicos veterinários.

Tabela 03.5 – Outros dados de interesse do PNCEBT

OUTROS DADOS DE INTERESSE DO PNCEBT	
Nº de médicos veterinários cadastrados na SEDAP para vacinação de brucelose	118
Nº de médicos veterinários oficiais da SFA/PB/MAPA	09
Nº de médicos veterinários oficiais da SFA/PB/MAPA treinados	-
Nº de médicos veterinários oficiais do órgão executor – SEDAP/PB	70
Nº de médicos veterinários oficiais do órgão executor – SEDAP/PB treinados	01
Nº de médicos veterinários autônomos treinados em 2013	21
Total de cursos de treinamento do PNCEBT	01

Fonte: SISA/DDA/SFA-PB

As ações do Programa Nacional de Sanidade dos Suídeos são também executadas pela SEDAP/PB, com supervisão e orientação do SISA/PB. No Estado da Paraíba não há granjas de reprodutores e comerciais, somente de "fundo de quintal". Durante o período houve somente um registro de atendimento a propriedade rural.

A liberação de recursos financeiros disponibilizados para as atividades deste SISA, foram contingenciados nos meses agosto, novembro e dezembro do corrente ano, prejudicando as ações de fiscalização em tempo hábil. Outro entrave é a insuficiência de fiscais para atender as demandas dos diversos programas sanitários.

Quanto aos entraves detectados para a execução das ações delegadas ao órgão executor, mesmo com a abertura de mais 05 ULSAV's e nomeações de 03 médicos veterinários e 22 agentes agropecuários, existem entraves como o insuficiente número de técnicos e agentes agropecuários para atender a demanda de serviços no interior e principalmente na sede. Acrescido a estes fatos, há um crescente desestímulo das equipes pelo baixo salário recebido e as condições de funcionamento das unidades. Vários relatórios técnicos encontram-se em atraso, comprometendo inclusive o fechamento dos relatórios anuais deste Serviço.

Os restos a pagar processados referem-se à fatura de combustível e manutenção de veículo que foram liquidadas e não pagas até 31/12/2013, em razão da inoperabilidade do sistema. O pagamento foi realizado em janeiro/2014, quando da normalização do sistema.

O relatório a seguir é do antigo **PI VIGIZOO** cujas atividades foram absorvidas pelo **PO PCEANIMAL13** no atual PPA 2012-2015.

Tabela 03.6 – Resultados alcançados da ação – PI VIGIZOO

ATIVIDADE	Quantidade	Unidade
1.1. Supervisão/Auditoria Posto de Vigilância Agropecuária.	05	Unid.
1.2. Treinamento para emissão de certificado de inspeção sanitária	03	Unid.
1.3. N.º de médicos veterinários treinados para emissão de certificado de inspeção sanitária	03	Unid.
1.4. Supervisão em Posto de Vigilância Agropecuária (Descentralizado).	01	Unid.
1.5. Eventos pecuários fiscalizados (Descentralizado).	319	Unid.
1.6. Animais fiscalizados nos eventos pecuários (Descentralizado).	124.193	Unid.
1.7. Acompanhamento de embarque de animais (Descentralizado).	01	Unid.
1.8. Fiscalização dos animais embarcados (Descentralizado).	03	Unid.

Fonte: SISA/DDA/SAF-PB e SEDAP/PB.

2.2.3.5 - Análise Situacional

A Ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos tem como principal objetivo manter em níveis satisfatórios o estado sanitário dos rebanhos nacionais, protegendo áreas reconhecidas como livres de agentes causadores de doenças.

A execução é descentralizada, para o serviço de defesa sanitária animal do Estado e médicos veterinários da iniciativa privada, (estes, credenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, para emitirem certificados de inspeção sanitária de produtos de origem animal não comestíveis).

Nesta ação também foram utilizados recursos financeiros da Febre Aftosa, visto que a maioria das atividades é concomitante, isto é, as supervisões das ações delegadas são realizadas de modo geral e não especificamente do trânsito animal, seus produtos e subprodutos.

Tabela 03.7 - Guia de trânsito animal emitida

TRÂNSITO ANIMAL – GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL (GTA) EMITIDA NO ANO DE 2013						
ANIMAIS	TRÂNSITO INTRAESTADUAL		TRÂNSITO INTERESTADUAL		TRÂNSITO TOTAL	
	N.º ANIMAIS	N.º GTA	N.º ANIMAIS	N.º GTA	N.º ANIMAIS	N.º GTA
Bovídeos	366.401	63.182	51.561	6.061	417.962	69.243
Equídeos	443	228	3.033	1.345	3.476	1.573
Ovinos	73.546	5.753	17.901	1.456	91.447	7.209
Caprinos	34.677	3.139	13.549	1.364	48.226	4.503
Suídeos	21.426	3.319	4.207	319	25.633	3.638
Animais Silvestres	04	04	01	01	05	05
TOTAL	496.497	75.625	90.252	10.546	586.749	86.171

Fonte: SEDAP-PB

Tabela 03.8 - Trânsito de Produtos e Subprodutos de Origem Animal - CIS Emitido – 2013

TRÂNSITO DE PRODUTOS E SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL – CERTIFICADO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA EMITIDO NO ANO DE 2013 POR MÉDICOS VETERINÁRIOS DA INICIATIVA PRIVADA CREDENCIADOS PELO MAPA												
Pele Bovina Salgada			Pele Caprina Salgada			Pele Ovina Salgada			Total			
	Qde	Peso	CIS -E	Qte	Peso	CIS -E	Qte	Peso	CIS -E	Qte	Peso	CIS -E
BA	300	15.000	01	-	-	-	-	-	-	300	15.000	01
CE	2.044	56.000	04	-	-	-	-	-	-	2.044	56.000	04
GO	34.670	923.840	25	-	-	-	-	-	-	34.670	923.840	25
MA	20.397	474.400	23	-	-	-	-	-	-	20.397	474.400	23
MG	44.488	1.056.000	60	-	-	-	-	-	-	44.488	1.056.000	60
MT	24.474	780.000	25	-	-	-	-	-	-	24.474	780.000	25
PB	460	14.000	01	-	-	-	-	-	-	460	14.000	01
PE	13.247	330.000	22	15.200	28.600	08	26.950	53.600	01	55.397	412.200	31
PR	232.087	6.661.300	239	-	-	-	-	-	-	232.087	6.661.300	239
RS	46.208	1.185.840	29	-	-	-	-	-	-	46.208	1.185.840	29
SC	25.501	556.000	19	-	-	-	-	-	-	25.501	556.000	19
SP	109.600	3.019.000	149	-	-	-	-	-	-	109.600	3.019.000	149
TO	2.833	62.000	03	-	-	-	-	-	-	2.833	62.000	03
TOTAL	556.309	15.133.380	600	15.200	28.600	08	26.950	53.600	01	598.459	15.215.580	609

Fonte: SEDAP/PB

Tabela 03.9 – Fiscalização nos postos fixos – 2013

FISCALIZAÇÃO NOS POSTOS FIXOS – 2013		
ANIMAIS	N.º ANIMAIS	N.º VEÍCULOS
BOVINOS	23.981	1.502
BUBALINOS	29	02
OVINOS	3.688	128
CAPRINOS	1.521	57
SUÍNOS	2.439	120

EQUINOS	2.947	913
MUARES	32	08
ASININOS	10	12
GALINHAS	1.182.684	336
PINTOS DE UM DIA (GALINHA)	8.117.604	379
OVOS FÉRTEIS (GALINHA)	9.219.520	182
PINTOS DE UM DIA (PERU)	5.600	02
ADULTO (PEIXE)	28	02
ADULTO (CRUSTÁCEO)	65	04
LARVA (CRUSTÁCEO)	41.048.900	25
PÓS LARVA (CRUSTÁCEO)	54.200.000	23
PÓS LARVA (MOLUSCO)	1.230.000	03
TOTAL	115.049.048	3.698
PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL		
PRODUTOS CÁRNEOS (ton.)	51.824	1.397
PRODUTOS LÁCTEOS (ton.)	69.212	310
PESCADOS (ton.)	1.286	122
COUROS E PELES (ton.)	92.271	680
OVOS (dúzia)	3.562.152	680
MEL (litro)	5.200	03
CAMA DE FRANGO (ton.)	44	02
TOTAL	3.781.989	3.194
TOTAL DE VEÍCULOS FISCALIZADOS:		3.194
INSUMOS AGROPECUÁRIOS		
RAÇÃO ANIMAL (ton.)	80.010	3.081
OUTROS	22	02
TOTAL DE VEÍCULOS FISCALIZADOS:	80.032	3.083

Fonte: SEDAP/PB

Tabela 03.10 – Fiscalização volante – 2013

FISCALIZAÇÃO VOLANTE - 2013		
ANIMAIS	N.º ANIMAIS	N.º VEÍCULOS
BOVINOS	1.297	114
OVINOS	161	06
CAPRINOS	97	06
SUÍNOS	249	15
EQUINOS	12	07
MUARES	01	00
GALINHAS	28.920	14
OVOS FÉRTEIS	90.000	01
TOTAL	120.737	163
PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL		
PRODUTOS CÁRNEOS (ton.)	22	06
PRODUTOS LÁCTEOS (ton.)	27	03
PESCADO FRIGORIFICADO (ton.)	22	01
CAMA DE FRANGO (ton.)	0,12	01
TOTAL	71,12	11
TOTAL DE AÇÕES REALIZADAS:		24

TOTAL DE VEÍCULOS FISCALIZADOS:	172
TOTAL DE AUTOS DE INFRAÇÃO EMITIDOS:	18

Fonte: SEDAP/PB

◆ Plano Orçamentário 0009 – Erradicação da Febre Aftosa – **FEBREAFTO13**

Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação								
Código		20ZW				Tipo: Atividade		
Descrição		Promoção da Defesa Agropecuária						
Iniciativa		04BQ						
Objetivo		0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.						
Programa		2028 – Defesa Agropecuária						
Unidade Orçamentária		22101 - MAPA						
Ação Prioritária		() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013								
Execução Orçamentária e Financeira								
Nº do subtítulo/ Localizador	Natureza da Despesa	Dotação Recebida	Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		Perc utilizado %
			Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
0025-PB	339014	11.998,95	11.209,51	11.209,51	10.746,32	463,19	-	93,42
0025-PB	339030	2.700,07	2.388,48	2.256,48	2.154,56	101,92	132,00	88,46
0025-PB	339033	3.266,06	3.266,06	3.266,06	3.266,06	-	--	100
0025-PB	339039	435,13	435,13	435,13	435,13	-	-	100
0025-PB	339047	484,45	484,45	484,45	484,45	-	-	100
0025-PB	339093	50,00	50,00	50,00	50,00	-	-	100
TOTAL		18.934,66	17.833,63	17.701,63	17.136,52	565,11	132,00	94,19
Execução Física da Ação - Metas								
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante			%		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado			
0025-PB	Tornar o Estado da Paraíba livre de febre aftosa	Área total declarada livre (Km2)	56.440	-	56.440	100		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores								
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
-	-	-	-	-	-	-		

Fonte: LOA 2013/SIAFI GERENCIAL/SISA

Resultados

Tabela 04 - Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PO	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
20ZW – Promoção da Defesa Agropecuária	FEBREAFTO1 3 - Erradicação da Febre Aftosa	Área Total Declarada Livre (Km2)	56.440	-	56.440	100
PROCESSO	PO	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
01. Controle e Erradicação da Febre Aftosa.	FEBREAFTO1 3	Área Total Declarada Livre (Km2)	56.440	-	56.440	100
ATIVIDADE			Quantidade	Unidade		
1.1. Reunião Técnica.			12	Unid.		
1.2. Reunião Técnica Nacional.			04	Unid.		
1.3. Reunião com a Comunidade Organizada.			06	Unid.		
1.4. Videoconferência			01	Unid.		
1.5. Supervisão na Central.			02	Unid.		
1.6. Supervisão/Auditoria nas ULSAV			24	Unid.		
1.7. Supervisão/Auditoria nos EAC			18	Unid.		
1.8. Supervisão / Fiscalização em Propriedades Rurais de risco para febre aftosa			15	Unid.		
1.9. Supervisão/Fiscalização em Revendas de Vacinas			12	Unid.		
1.10. Atividade em Educação Sanitária			03	Unid.		
1.11. Palestra em curso/treinamento			02	Unid.		
1.12. Supervisão nas ULSAV e EAC (Descentralizado)			587	Unid.		
1.13. N.º de ULSAV supervisionadas (Descentralizado)			07	Unid.		
1.14. N.º de EAC supervisionados (Descentralizado)			69	Unid.		
1.15. Atendimento a Suspeita de Doença Vesicular Fundamentada (Descentralizada)			05	Unid.		
1.16. Atendimento a Suspeita de Doença Vesicular não Fundamentada (Descentralizada)			06	Unid.		
1.17. Vacinação Fiscalizada em Propriedades Rurais (Descentralizada)			471	Unid.		
1.18. Animais Existentes nas Propriedades Fiscalizadas (Descentralizado)			19.093	Unid.		
1.19. Vacinação Assistida em Propriedades Rurais (Descentralizado)			1.620	Unid.		
1.20. Animais Existentes nas Propriedades Assistidas (Descentralizado)			53.176	Unid.		
1.21. Animais Quarentenados Fiscalizados (Descentralizado)			122	Unid.		
1.22. Propriedades fiscalizadas com animais quarentenados. (Descentralizado)			11	Unid.		

Fonte: SISA/DDA/SFA-PB

2.2.3.5 - Análise Situacional

A Ação Erradicação da Febre Aftosa é uma ação prioritária na LDO e tem como principal objetivo manter a condição sanitária na zona livre de febre aftosa e erradicar a doença dos circuitos pecuários Norte e Nordeste, objetivando o acesso do produto nacional aos mercados internos e externos.

A execução é direta e descentralizada, em ações conjuntas com o serviço de defesa sanitária animal do Estado, que trabalha também com recursos oriundos de convênio com o MAPA, o que infelizmente não foi firmado no ano de 2013.

A meta foi atingida em nosso Estado, como no restante da região Nordeste (MA, PI, CE, RN, PE e AL) mais a região norte do estado do Pará, com o reconhecimento nacional de área livre

de febre aftosa com vacinação no mês de outubro, com a publicação da Instrução Normativa n.º 33, de 19 de agosto de 2013.

Os recursos financeiros disponibilizados foram suficientes para a realização das atividades programadas, porém, no segundo semestre houve contingenciamento de recursos e a descentralização orçamentária foi realizada fora dos prazos programados, agravado mais ainda pela demora da Secretaria Executiva em autorizar mais de quarenta (40) diárias para cumprimento da programação. O sistema SCDP não é prático e funcional, perde-se um tempo técnico precioso com esse sistema pelos mais diversos motivos (ainda há 03 (três) viagens pendentes de pagamento). O número de fiscais federais agropecuários para atender as demandas nos diversos programas sanitários que já era deficitário foi agravado pela aposentadoria de servidores.

Nesse ano o número de atendimento a suspeita de doença vesicular aumentou substancialmente, de 02 (duas) para 11 (onze) notificações, porém, número ainda muito baixo para o quantitativo do rebanho susceptível. Dessas 11 notificações, 05 foram fundamentadas, resultando em 04 focos de estomatite vesicular e 01 de varíola bovina, devida e satisfatoriamente atendidos conforme legislações vigentes.

A vacinação dos bovídeos contra a febre aftosa sofreu grande declínio devido a forte estiagem desde o ano de 2012, quando a 2ª etapa de vacinação do ano foi cancelada. Na 1ª etapa em maio do ano de 2013 o rebanho ainda sofria com os efeitos da seca que perdura em algumas regiões até os dias de hoje. Apesar de os animais ainda não apresentarem total restabelecimento do escore corporal, houve um pequeno aumento no índice de vacinação na 2ª etapa do ano de 2013.

Tabela 04.1 - Vacinação contra a febre aftosa – 2013

VACINAÇÃO CONTRA A FEBRE AFTOSA – 2013						
ESPÉCIE	1ª. Etapa – Maio			2ª. Etapa – Novembro		
	Existente	Vacinado	%	Existente	Vacinado	%
BOVINA	1.394.926	1.068.506	76,60	1.320.729	1.062.355	80,44
BUBALINA	2.602	1.082	41,58	2.860	1.176	41,12
TOTAL	1.397.528	1.069.588	76,53	1.323.589	1.063.531	80,34

Fonte: SEDAP/PB

Houve a nomeação, por parte do governo estadual, de 05 engenheiros agrônomos, 07 médicos veterinários e 26 técnicos de nível médio, porém somente 03 engenheiros agrônomos, 02 médicos veterinários e 19 técnicos de nível médio tomaram posse. Apesar dessa contratação a falta de funcionários ainda está entre os maiores entraves do órgão executor, somado a falta de compromisso com o trabalho de alguns servidores, salários muito baixos, corpo técnico desmotivado, veículos e escritórios sem a devida manutenção, comprometendo assim substancialmente o desenvolvimento das atividades.

Os restos a pagar processados referem-se à fatura de combustível que foi liquidada e não paga até 31/12/2013, em razão da inoperabilidade do sistema. O pagamento foi realizado em janeiro/2014, quando da normalização do sistema. Com relação às diárias o pagamento não foi efetuado devido à falta do financeiro.

Os restos a pagar não processados referem-se a fatura de combustíveis relacionada ao mês de dezembro e que somente é emitida em 2014.

- ◆ INICIATIVA: 04D4 - Fiscalização de Atividades Agropecuárias.
- ◆ AÇÃO: 20ZX – Fiscalização de Atividades Agropecuárias.
- ◆ Plano Orçamentário 000G – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal – INPANIMAL13

Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação		
Código	20ZX	Tipo: Atividade

Descrição	Fiscalização de Atividades Agropecuárias							
Iniciativa	04D4 - Fiscalização de Atividades Agropecuárias							
Objetivo	0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.							
Programa	2028 – Defesa Agropecuária							
Unidade Orçamentária	22101 - MAPA							
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria							
Lei Orçamentária Anual - 2013								
Execução Orçamentária e Financeira								
Nº do subtítulo/ Localizador	Natureza da Despesa	Dotação Recebida	Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		Perc utilizado %
			Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
0025-PB	339014	23.923,23	23.780,60	23.780,60	23.780,60	-	-	99,40
0025-PB	339030	20.515,59	20.384,50	19.381,56	18.502,50	879,06	1.002,94	99,36
0025-PB	339033	1.757,88	1.757,88	1.757,88	1.757,88	-	-	100,00
0025-PB	339037	11.499,88	11.499,88	5.227,22	5.227,22	-	6.272,66	100,00
0025-PB	339039	4.294,09	4.293,92	3.647,67	2.959,08	688,59	646,25	100,00
0025-PB	339047	863,93	863,93	863,93	863,93	-	-	100,00
0025-PB	339092	892,10	892,10	892,10	892,10	-	-	100,00
0025-PB	339093	192,00	192,00	192,00	192,00	-	-	100,00
TOTAL		63.938,70	63.664,81	55.742,96	54.175,31	1.567,65	7.921,85	99,57
Execução Física da Ação - Metas								
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante			%		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado			
0025-PB	Inspecionar e fiscalizar estabelecimentos de produtos de origem animal.	Estabelecimento inspecionado (Unid.)	15	-	15	100		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores								
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
0025-PB	229,24	0,00	229,24	Inspecionar e fiscalizar estabelecimentos de produtos de origem animal	Estabelecimento inspecionado (Unid)	16		
0025-PB	400,00	-	400,00					
0025-PB	158,00	158,00	0,00					

Fonte: LOA 2013/SIAFI GERENCIAL/ SIAFI/SISA

Resultados

Tabela 05 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PO	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%

20ZX – Fiscalização de Atividades Agropecuárias.	INPANIMAL13 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal	Supervisão Realizada (Unid.)	53	45	12	26,67
FÍSICO						
PROCESSO	PO	PRODUTO	Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
01. Fiscalização de estabelecimentos de produtos e subprodutos de origem animal	INPANIMAL3	Fiscalização Realizada (Unid.)	209	190	172	90,53
ATIVIDADE			Quantidade	Unidade		
1.1. Supervisão em Estabelecimento de Carnes e Ovos.			04	Unid.		
1.2. Supervisão em Estabelecimento de Leite e Derivados.			07	Unid.		
1.3. Supervisão em Estabelecimento de Pescado e Derivados.			01	Unid.		
1.4. Supervisão em Estabelecimento de Mel e Produtos Apícolas.			00	Unid.		
1.5. Inspeção de Leite de Consumo.			5.372.321	L		
1.6. Inspeção de Carnes e Derivados.			36.193.111	Kg		
1.7. Inspeção de Leite e Derivados.			40.228.563	Kg		
1.8. Inspeção de Pescado e Derivados.			747.293	Kg		
1.9. Inspeção de Ovos.			199.794.151	Unid.		
1.10. Inspeção de Mel e Derivados.			9.803	Kg		
1.11. Análise Laboratorial de Carnes, Derivados e Ovos.			145	Unid.		
1.12. Análise Laboratorial de Leite e Derivados.e Mel			87	Unid.		
1.13. Análise Laboratorial de Pescado e Derivados			01	Unid.		
1.14. Análise de Água.			11	Unid.		
1.15. Fiscalização no Comércio Varejista e Casa Atacadista.			26	Unid.		
1.16. Capacitação de Técnicos.			02	Unid.		
1.17. Auto de Infração.			43	Unid.		
FÍSICO						
PROCESSO	PO	PRODUTO	Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
02. Coletas de Amostras para Análises Fiscais de Produtos de Origem Animal	INPANIMAL3	Produto Analisado (Unid.)	300	244	244	100
ATIVIDADE			Quantidade	Unidade		
2.1. Produtos em conformidade			209	Unid.		
2.2. Produtos fora dos padrões.			35	Unid.		
FÍSICO						
PROCESSO	PO	PRODUTO	Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
03. Registro de Estabelecimentos de Produtos e Subprodutos de Origem Animal	INPANIMAL3	Estabeleciment o Registrado (Unid.)	01	01	01	100
ATIVIDADE			Quantidade	Unidade		
3.1. Vistoria de Terreno.			12	Unid.		
3.2. Emissão de Laudo de Vistoria de Terrenos.			12	Unid.		
3.3. Emissão de Títulos de Registro de Estabelecimento Relacionado.			01	Unid.		

3.4. Processos Encaminhados para Registro no DIPOA.	03	Unid.
---	----	-------

Fonte: SISA/DDA/SFA-PB

2.2.3.5 - Análise Situacional

O Plano Operativo “Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal” tem por objetivo garantir a inspeção dos produtos e subprodutos de origem animal através da inspeção permanente, da inspeção periódica, coleta de produtos para análises fiscais, realização de supervisões e auditorias. As metas não foram plenamente atingidas devido o contingenciamento dos recursos e inclusão de novas despesas, como, contratação de mão-de-obra, apoio administrativo com recursos descentralizados neste Plano Orçamentário. Além disto, tivemos a limitação dos deslocamentos dos servidores.

Durante o ano de 2013 foi descentralizado R\$ 63.938,70, valor semelhante ao de 2012, que foi de R\$ 60.832,58. Em 2013 utilizamos R\$ 63.664,81 e em 2012 R\$ 59.478,50. No entanto, as metas ficaram prejudicadas pela falta de crédito orçamentário em alguns meses e parte deste valor foi destinado ao pagamento de mão-de-obra terceirizada (apoio administrativo), o correspondente a R\$ 11.499,88 e que não foi executado no ano anterior. Também não houve descentralização de crédito orçamentário para investimentos (aquisição de materiais permanentes).

Ressaltamos que o crédito orçamentário começou a ser descentralizado a partir de janeiro de 2013, tendo havido contingenciamento dos mesmos nos meses agosto, outubro e novembro, no entanto, o Decreto nº 7.689/2012 estabeleceu no âmbito do Poder Executivo Federal, limites e instâncias de governança para a realização de gastos com diárias e passagens o que dificultou a realização de muitas ações.

Os estabelecimentos registrados sob SIF foram inspecionados, fiscalizados e supervisionados rotineiramente durante todo o ano de 2013, no entanto, o cumprimento das metas ficaram prejudicadas devido ao contingenciamento de recursos e as limitações de deslocamentos (quarenta diárias por servidor) impostas pelo Decreto nº 7.689/2012.

Desde 2009, sob orientação do DIPOA/SDA, a inspeção e fiscalização dos estabelecimentos vêm sendo executada pelos fiscais e agentes de inspeção através da verificação oficial dos programas de autocontroles destes estabelecimentos, portanto, prosseguiu-se com a utilização desta ferramenta durante o ano de 2013. Cumpriu-se também o programa de supervisões técnico-higiênico-sanitárias nos estabelecimentos.

O SISA/DDA/SFA-PB (Serviço de Inspeção e Saúde Animal) continuou intensificando a verificação da qualidade e a conformidade dos produtos elaborados por empresas sob SIF na Paraíba e de outros estados da federação, através da coleta de amostras, para a realização de análises fiscais. Para os produtos que se apresentaram fora dos padrões foi estabelecido o devido procedimento administrativo para apuração das infrações à legislação.

Foram realizadas viagens para atender solicitações do DIPOA, no entanto o orçamento foi descentralizado através do setor responsável pela convocação, não gerando despesas contabilizadas nesta SFA-PB.

Quanto às ações referentes ao SISBI - Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal, integrado pelo SUASA – Sistema Unificado de Atenção a Saúde Agropecuária, houve a participação de um Fiscal Federal Agropecuário no Congresso Brasileiro da Inspeção. Este sistema tem o objetivo de aumentar a eficiência dos serviços de inspeção dos municípios e estados com vistas ao desenvolvimento e organização das atividades envolvendo produtos de origem animal e a preservação da saúde da população.

O quadro de pessoal que atuam no Serviço de Inspeção Federal na Paraíba encontra-se bastante reduzido e com servidores próximos da aposentadoria, necessitando de uma recomposição urgente para atender as demandas crescentes do serviço.

Os restos a pagar processados referem-se às faturas de combustível, correspondências (Correios), que foram liquidadas e não pagas até 31/12/2013, em razão da inoperabilidade do sistema. O pagamento foi realizado em janeiro/2014, quando da normalização do sistema.

Os restos a pagar não processados referem-se a:

- Faturas de combustível e correspondências (Correios), relacionadas ao mês de dezembro e que somente são emitidas em 2014.
- Faturas de terceirização de mão de obra (apoio administrativo), do mês de dezembro e a diferença de repactuação de setembro a dezembro/2013, que somente serão emitidas em 2014.
- Aquisição de material de informática em que a liquidação e o pagamento ocorrerão após a entrega dos produtos, em 2014.

Do montante dos restos a pagar não processados - exercícios anteriores foram cancelados os valores conforme segue:

- R\$ 229,24 - Na fatura de dez/2013 não houve consumo de combustível pelo referido PI.
- R\$ 400,00 - O Suprimento de fundo foi prestado conta no final de 2012 e devido à inoperabilidade do sistema não foi possível anular o empenho. A anulação foi realizada em janeiro/2013, quando da normalização do sistema.

Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal - SISV

Equipe de Trabalho:

João Berquimas de Andrade - Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário - Chefe
Carlos Henrique de Farias Ximenes – Engenheiro Agrônomo – Fiscal Federal Agropecuário
Gecemar Cordeiro Júnior – Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário – Substituto
Valter José de Freitas Holanda – Engenheiro Agrônomo – Fiscal Federal Agropecuário
Raimundo Luiz da Silva – Engenheiro Agrônomo – Fiscal Federal Agropecuário
Walkyr Henriques de Araújo – Fiscal Federal Agropecuário
Valdemyr Soares de Oliveira – Agente de Atividade Agropecuária
Jamir Mascena de Souza – Engenheiro Agrônomo – Fiscal Federal Agropecuário
Maristela Amaral M. Souza – Agente de Atividade Agropecuária

UTRA Campina Grande:

Adriana Araújo Costa Truta - Engenheira Agrônoma - Fiscal Federal Agropecuário
Alexandre Agra Duarte – Engenheiro Agrônomo – FFA

Apoio Administrativo:

João Bosco Mariz Martins – Assistente Administrativo
Maria Auxiliadora Silva da Cunha – Terceirizada
Rosalina Feitosa dos Santos Nóbrega – Terceirizada
Roberta Félix Paulino – Terceirizada

- ◆ PROGRAMA: 2028 – Defesa Agropecuária.
- ◆ OBJETIVO 0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.

- ◆ INICIATIVA: 04D4 - Fiscalização de Atividades Agropecuárias.

- ◆ AÇÃO: 20ZX – Fiscalização de Atividades Agropecuárias.

Plano Orçamentário 000J – Vigilância E Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos – VIGIFITO13

Plano Orçamentário 000D – Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados – FISCORGEN13

Plano Orçamentário 000H – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal – IPVEGETAL13

Plano Orçamentário 000E – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais – PADCLASSI13

◆ Plano Orçamentário 000J - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, Seus Produtos e Insumos – VIGIFITO13

Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação								
Código			20ZX			Tipo: Atividade		
Descrição			Fiscalização de Atividades Agropecuárias					
Iniciativa			04D4 - Fiscalização de Atividades Agropecuárias					
Objetivo			0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.					
Programa			2028 – Defesa Agropecuária					
Unidade Orçamentária			22101 – MAPA					
Ação Prioritária			() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária Anual - 2013								
Execução Orçamentária e Financeira								
Nº do subtítulo/ Localizador	Natureza da Despesa	Dotação Recebida	Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		Perc utilizado %
			Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
0025-PB	339014	1.900,61	1.601,22	1.601,22	1.601,22	-	-	84,25
0025-PB	339030	498,17	496,28	496,28	471,28	25,00	-	99,62
0025-PB	339039	1.175,00	1.175,00	1.175,00	1.175,00	-	-	100,00
0025-PB	339047	120,00	120,00	120,00	120,00	-	-	100,00
0025-PB	339139	365,53	364,44	364,44	364,44	-	-	99,70
TOTAL		4.059,31	3.756,94	3.756,94	3.731,94	25,00	-	92,55
Execução Física da Ação - Metas								
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante			%		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado			
0025-PB	Fiscalizar ações de vigilância do trânsito interestadual de vegetais, seus produtos e insumos, executado pelo OEDSV/PB	Fiscalização Realizada (Unid.)	36	-	26	72,22		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores								
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
0025-PB	3.240,65	3.240,65	-	Fiscalizar ações de vigilância do trânsito interestadual de vegetais, seus produtos e insumos, executadas pelo OEDSV	Fiscalização realizada (Unid)	34		

Fonte: LOA 2013/SIAFI GERENCIAL/ SIAFI/SISV

Resultados

Tabela 06 – Resultados alcançados da ação

META	PO	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
01. Auditar entidade conveniada (Órgão Executor de Defesa Sanitária Vegetal – OEDSV)	VIGIFITO13	Fiscalização realizada (Unid.)	36	36	26	72,22
ATIVIDADE			QUANTIDADE		UNIDADE	
1.1. Fiscalização /supervisão em barreiras fitossanitárias			10		Unid.	
1.2 Auditoria/supervisão/certificação fitossanitária			16		Unid.	
META	PO	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
02. Elaborar, celebrar, acompanhar e fiscalizar contratos de repasse, convênios e termos de cooperação	VIGIFITO13	Fiscalização Realizada (Unid.)	24	24	19	79,17
ATIVIDADE			QUANTIDADE		UNIDADE	
2.1. Fiscalização/Acompanhamento de convênio e das demais ações realizadas pelo OEDSV.			18		Unid.	
2.2. Celebrar convênios e termos de cooperação			01		unid	
META	PO	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
03. Inspeccionar/supervisionar/vistoriar/monitorar estabelecimentos	VIGIFITO13	Fiscalização Realizada (Unid.)	48	48	21	43,75
ATIVIDADE			QUANTIDADE		UNIDADE	
3.1. Inspeção/fiscalização em Empresas com fins quarentenários			02		Unid	
3.1. Inspeção/Fiscalização de tratamento fitossanitário com fins quarentenários.			19		Unid.	
META	PO	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
04. Participar de eventos internos (reunião, capacitação, outros)	VIGIFITO13	Capacitação Realizada (Unid.)	01	-	-	-
ATIVIDADE			QUANTIDADE		UNIDADE	
4.1 Participação em Reuniões Técnicas.			05		Unid.	
4.2. Participação em Curso/Treinamento/Capacitação no país			-		Unid.	

Fonte: SISV/DDA/SFA-PB

2.2.3.5 - Análise Situacional

O PO – VIGIFITO13 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos, tem como finalidade garantir a sanidade vegetal, controlando a disseminação de pragas que afetam a agricultura brasileira, exercendo o controle da certificação fitossanitária e o controle do trânsito interestadual de seus produtos. A ação é de implementação direta e

descentralizada através da cooperação técnica com as instâncias estaduais para o trato da vigilância e do controle fitossanitário do trânsito de vegetais e seus produtos no território nacional. Ocorre por meio de celebração de convênios, com órgãos públicos estaduais de defesa fitossanitária, que aportam serviços de profissionais especializados, equipamentos, e infra-estrutura física, como contrapartida de uma proposta de convênio apresentada.

Execução das Metas:

Meta 1. *Auditar entidade conveniada*: Para verificar o cumprimento da legislação de Sanidade Vegetal e visando a necessária articulação institucional para promover a integração de ações, o SISV-PB realizou fiscalizações periódicas nas ações de defesa sanitária vegetal, executadas pela SEDAP-PB, em Postos de Vigilância Agropecuária (PVA's) e Unidades Locais de Sanidade Animal e Vegetal (ULSAV's) distribuídos em todo o Estado da Paraíba. Durante o exercício 2013 foram realizadas 26 fiscalizações das ações desenvolvidas pelo OEDSV, na execução das atividades de Defesa Sanitária Vegetal, sendo 10 em PVA's e 16 em ULSAV's, para verificar a conformidade das ações desenvolvidas com a legislação em vigor, abrangendo 72,2 % da meta proposta. A SEDAP-PB no exercício 2013 realizou fiscalização em 6.610 partidas vegetais em barreiras fixas e 293 em barreiras móveis. Os principais problemas enfrentados pela Defesa Sanitária Vegetal no Estado da Paraíba são a falta de pessoal qualificado nas barreiras fitossanitárias interestaduais, e um maior número de engenheiros agrônomos capacitados para execução plena das atividades necessárias nas ULSAVs, visando assegurar ao Estado a prevenção da entrada de pragas de importância econômica para a agricultura, bem como o controle efetivo das pragas quarentenárias já presentes no Estado. Visando solucionar estas questões, esperamos que se confirme a celebração do convênio para o exercício 2014, que assegura a continuidade das ações de defesa, e em contrapartida que o Governo do Estado contrate o pessoal já concursado e possa ainda realizar novos concursos para suprir a demanda por pessoal.

Meta 2. *Elaborar, celebrar, acompanhar e fiscalizar convênios*: para verificar o cumprimento das metas pactuadas através do convênio nº 755951/2011, em vigência no exercício 2013 foram realizadas 18 fiscalizações *in loco* e foi analisada uma proposta inserida no SICONV sob Nº 058558/2013, mas que só deverá entrar em vigência no exercício 2014. Foram cumpridos 79,2 % da meta prevista. O contingenciamento de recursos para convênio vem dificultando as ações de sanidade vegetal nos Estados.

Meta 3. *Inspecionar/supervisionar/vistoriar/monitorar estabelecimentos*: O SISV-PB realiza a fiscalização de duas empresas credenciadas para tratamento fitossanitário com fins quarentenários no Estado da Paraíba, tendo realizado, no exercício 2013, 02 fiscalização/vistorias em empresas credenciadas e 19 fiscalizações e acompanhamento de tratamentos quarentenários. O cumprimento da meta ficou apenas em 43.75 % devido ao fato de que essa atividade é realizada em atendimento a demanda de cada empresa, através de comunicado de tratamento prévio à atividade, portanto a demanda das empresas no exercício 2013 ficou bem abaixo da meta programada.

Meta 4. *Participar de eventos internos (reunião, capacitação, outros)*: devido a cortes no orçamento do Departamento de Sanidade Vegetal/DSV/MAPA a meta programada de participação em um evento nacional não foi cumprida. No entanto dentro da meta foram contabilizadas 05 reuniões técnicas realizadas para tratar de assuntos referentes ao PO, tais como harmonização de procedimentos para fiscalização em empresas credenciadas para tratamentos fitossanitários, 01 reunião e 04 reuniões sobre viabilidade de convênio com o OEDSV.

Fatores intervenientes: diversos fatores contribuíram para o baixo cumprimento das metas programadas, o mais importante deles foi o corte de recursos que o DSV fez na dotação orçamentária do PO no exercício, dos R\$ 8.960,00 programados, foram disponibilizados apenas R\$ 4.059,31 o que corresponde a 45,30 % do montante solicitado. Outro fator limitante é o número de FFAs executando atividades de Sanidade Vegetal, que nos exercícios anteriores contávamos com 03 FFAs e no exercício 2013 contamos com apenas 01 FFA, em razão da aposentadoria.

Restos a pagar: os restos a pagar processados referem-se à fatura de combustível que foi liquidada e não paga até 31/12/2013, em razão da inoperabilidade do sistema. O pagamento foi realizado em janeiro/2014, quando da normalização do sistema.

♦ Plano Orçamentário 000D – Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados – **FISCORGEN13**

Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação								
Código	20ZX						Tipo: Atividade	
Descrição	Fiscalização de Atividades Agropecuárias							
Iniciativa	04D4							
Objetivo	0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.							
Programa	2028 – Defesa Agropecuária							
Unidade Orçamentária	22101 - MAPA							
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria							
Lei Orçamentária Anual - 2013								
Execução Orçamentária e Financeira								
Nº do subtítulo/ Localizador	Natureza da Despesa	Dotação Recebida	Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		Perc utilizado %
			Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
0025-PB	339014	7.348,38	5.738,20	5.738,20	5.738,20	-	-	78,09
0025-PB	339030	900,00	899,35	337,94	241,53	96,41	561,41	99,93
0025-PB	339033	6.000,00	5.734,96	5.734,96	5.734,96	-	-	95,58
0025-PB	339039	3.619,42	-	-	-	-	-	0,00
TOTAL		17.867,80	12.372,51	11.811,10	11.714,69	96,41	561,41	69,24
Execução Física da Ação - Metas								
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante			%		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado			
0025-PB	Fiscalizar atividades de uso comercial de vegetais Geneticamente Modificados em ambiente aberto	Fiscalização realizada	71	-				
0025-PB	Participação em eventos	Missão realizada	04	04	04	100		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores								
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
-	-	-	-	-	-	-		

Fonte: LOA 2013/SIAFI GERENCIAL/SISV

Resultados

Tabela 07 – Resultados alcançados da ação

META	PO	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2014
01. Fiscalizar atividades de uso comercial de vegetais Geneticamente Modificados em ambiente aberto	FISCORGEN13	Fiscalização realizada	71	-			50
ATIVIDADE			QUANTIDADE	UNIDADE			
1.1. Fiscalização da coexistência de milho			-	Unid.			
1.2. Fiscalização de eventos de transformação genética não autorizados na cultura da cana-de-açúcar			07	Unid.			
1.3. Fiscalização de algodão herbáceo em zona de exclusão			13	Unid.			
META	PO	PRODUTO	FÍSICO				
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%	Meta para 2014
02. Participação em eventos	FISCORGEN13	Evento/missão realizada	04	04	04	100	04
ATIVIDADE			QUANTIDADE	UNIDADE			
1.1. Curso sobre Princípios da Análise de Risco			01	Unid.			
1.2. Reunião Nacional de Fiscalização com OGM			01	Unid.			
1.3. Reunião de avaliação da fiscalização na zona de exclusão			01	Unid.			
1.4. Curso sobre Métodos de Detecção de Organismos Geneticamente Modificados			01	Unid.			

Fonte: SISV/DDA/SFA-PB

2.2.3.5 - Análise Situacional

O SISV-PB realiza acompanhamento e fiscalização de atividades de produção e comercialização envolvendo organismos geneticamente modificados no Estado da Paraíba, em cumprimento as determinações da Coordenação de Biosegurança - CBIO/SDA/MAPA, e as legislações correlatas aos organismos geneticamente modificados: Lei nº11.105/2005 (Biosegurança) e seu Decreto nº 5.591/2005.

Execução das Metas:

Meta 1: *Fiscalizar atividades de uso comercial de vegetais Geneticamente Modificados em ambiente aberto.* Atividades:

1.1 - Fiscalização da coexistência de milho: em cumprimento a Resolução Normativa nº 04/2007 que dispõe sobre as distâncias mínimas entre cultivos comerciais de milho geneticamente modificado e não geneticamente modificado, visando a coexistência entre os sistemas de produção. Foram programadas 30 fiscalizações realizadas considerando-se os principais produtores desse grão no Estado da Paraíba, mas não foi possível o cumprimento da atividade devido a falta de plantio de milho no Estado, em consequência da estiagem que assolou a região. Para ajuste do PO a meta foi reprogramada excluindo essa atividade. Porém deve-se registrar que a participação do Estado da Paraíba na produção nacional de milho já é inferior a 0,5%, e no ano de 2013 a produção foi praticamente inexistente devido as perdas provocadas pela referida estiagem. A atividade está sendo programada para o exercício 2014, mas sua execução dependerá de fatores climáticos, alheios ao nosso controle.

1.2 - Fiscalização de eventos de transformação genética não autorizados na cultura da cana-de-açúcar: com o objetivo de monitoramento e fiscalização de eventuais plantios comerciais de culturas com eventos ainda não autorizados no Brasil, foi realizada uma ação de fiscalização de lavouras de cultivos em escala comercial realizada em número limitado de unidades da federação e unidades produtivas, que abordou culturas prioritárias, selecionadas a partir da relevância para o setor agrícola e da disponibilidade de metodologia para detecção. Para o Estado da Paraíba a cultura escolhida foi a da cana-de-açúcar, onde foram realizadas 07 fiscalizações nas principais unidades produtoras de açúcar, álcool e energia do Estado da Paraíba, com coleta de 42 amostras, envio das mesmas para análise em laboratório oficial para verificação de eventual presença de elemento que indique alteração por meio de tecnologia do DNA-Recombinante (engenharia genética). Não foram detectadas modificações genéticas nas amostras analisadas.

1.3 - Fiscalização do plantio de algodão herbáceo na zona de exclusão - em cumprimento a Portaria nº 21 de 13 de janeiro de 2005 que trata da zona de exclusão onde não poderão ser cultivados sementes ou caroços de algodão herbáceo geneticamente modificado ou de algodão herbáceo convencional com traços de eventos de transformação genética, ficando a atividade restrita aos municípios constantes na Portaria: Baraúna, Cubati, Frei Martinho, Juazeirinho, Junco do Seridó, Nova Palmeira, Pedra Lavrada, Picuí, Salgadinho, São José do Sabugi, Seridó, Tenório e Várzea. Foram fiscalizados os 13 municípios constantes na referida Portaria, cumprindo integralmente a meta para esta atividade, porém em nenhum deles foi encontrado plantio de algodão herbáceo, ou qualquer espécie de algodão. Considera-se que este resultado se deve ao fato da agricultura desenvolvida no Estado da Paraíba ser de base familiar e ao fato da região estar fora do zoneamento agrícola para a cultura do algodão herbáceo no Estado da Paraíba e, portanto, não receber financiamento do PRONAF. Visando a obtenção de melhores resultados na fiscalização realizada adotamos a seguinte metodologia de trabalho: reuniões com técnicos de escritórios locais da Emater e/ou Secretários da Agricultura dos municípios fiscalizados, para entrevista sobre a cultura do algodão no Município.

Meta 2: *Participação em eventos*: meta plenamente cumprida, a participação nos eventos é listada abaixo por ordem cronológica:

1. Reunião Técnica sobre Fiscalização de Organismos Geneticamente Modificados – Brasília – 23 de maio de 2013
2. Reunião Técnica para avaliação da Fiscalização da Zona de Exclusão de Algodão Geneticamente Modificado – Brasília – de 17 a 18 de junho de 2013
3. Curso sobre Princípios de Análise de Risco de Organismos Geneticamente Modificados – Brasília, 19 a 24 de agosto de 2013;
4. Curso sobre Métodos de Detecção de Organismos Geneticamente Modificados – Pedro Leopoldo – MG, de 09 a 13 de setembro de 2013.

Fatores Intervenientes: A atividade 1.1 da Meta 1: - Fiscalização da coexistência de milho, não pode ser cumprida devido a falta de plantio de milho no Estado, em consequência da estiagem que assolou a região, ou seja, devido a fatores climáticos, alheios ao nosso controle.

Restos a pagar: os restos a pagar processados referem-se às faturas de combustível que foram liquidadas e não pagas até 31/12/2013, em razão da inoperabilidade do sistema. O pagamento foi realizado em janeiro/2014, quando da normalização do sistema. Os restos a pagar não processados referem-se às faturas de combustível, relacionadas ao mês de dezembro e que somente são emitidas em 2014.

◆ Plano Orçamentário 000H – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal – IPVEGETAL13

Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação								
Código		20ZX					Tipo: Atividade	
Descrição		Fiscalização de Atividades Agropecuárias						
Iniciativa		04D4						
Objetivo		0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.						
Programa		2028 – Defesa Agropecuária						
Unidade Orçamentária		22101 - MAPA						
Ação Prioritária		() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013								
Execução Orçamentária e Financeira								
Nº do subtítulo/ Localizador	Natureza da Despesa	Dotação Recebida	Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		Perc utilizado %
			Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
0025-PB	339014	11.434,66	11.434,66	11.434,66	11.434,66	-	-	100
0025-PB	339030	23.436,45	8.328,57	7.315,31	7.070,65	244,66	1.013,26	35,54
0025-PB	339037	98.215,92	98.215,92	79.206,40	79.206,40	-	19.009,52	100
0025-PB	339039	22.700,95	4.031,26	2.905,10	2.768,92	136,18	1.126,16	17,76
0025-PB	339047	246,68	246,68	246,68	246,68	-	-	100
0025-PB	339093	28,00	28,00	28,00	28,00	-	-	100
TOTAL		156.062,66	122.285,09	101.136,15	100.755,31	380,84	21.148,94	78,36
Execução Física da Ação - Metas								
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante			%		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado			
0025-PB	Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal	Estabelecimento Inspeccionado (Unid.)	97	-	106	109,27		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores								
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
-	-	-	-	-	-	-		

Fonte: LOA 2013/SIAFI GERENCIAL/SISV

Resultados

Tabela 08 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PO	PRODUTO	FÍSICO
------	----	---------	--------

			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
20ZX – Fiscalização de Atividades Agropecuárias	IPVEGETAL13 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal	Estabelecimento Inspeccionado (Unid.)	97	-	106	109,27
FÍSICO						
PROCESSO	PO	PRODUTO	Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
01. Registro de Estabelecimento e Produto	IPVEGETAL13	Registro Realizado (Unid.)	-	-	6	-
ATIVIDADE				Quantidade	Unidade	
1.1. Registro concedido de estabelecimento.				06	Unid.	
1.2. Registro concedido de produto.				88	Unid.	
1.3. Renovação, alteração e cancelamento de estabelecimento.				15	Unid.	
1.4. Renovação, alteração e cancelamento de produtos.				42	Unid.	
FÍSICO						
PROCESSO	PO	PRODUTO	Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
02. Certificação de Produtos de Bebidas e Vinagres Importados	IPVEGETAL13	Certificação Realizada	-	-	50	-
ATIVIDADE				Quantidade	Unidade	
2.1. Certificado de produto importado.				60	Unid.	
FÍSICO						
PROCESSO	PO	PRODUTO	Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
03. Inspeção e Fiscalização de Bebidas.	IPVEGETAL13	Inspeção Realizada (Unid.)	97	-	106	109,27
ATIVIDADE				Quantidade	Unidade	
3.1. Fiscalização realizada.				106	Unid.	
3.2. Inspeção realizada.				106	Unid.	
3.3. Produto fiscalizado.				264	Unid.	
3.4. Produto amostrado.				32	Unid.	
3.5. Produto apreendido.				04	Unid.	
3.6. Produto em conformidade.				23	Unid.	
3.7. Produto não conforme.				09	Unid.	
3.8. Auto de Infração.				19	Unid.	
3.9. Advertência emitida.				02	Unid.	
3.10. Multas Aplicadas.				21	Unid.	
3.11. Multas.				132.500,00	R\$	

3.12. Termo de Apreensão.	02	Unid.
---------------------------	----	-------

Fonte: SISV/DDA/SFA-PB

2.2.3.5 - Análise Situacional

Em 2013 a atividade de fiscalização de bebidas foi fortemente prejudicada pelo contingenciamento de recursos, que reduziu em 35% o orçamento previsto para diárias para viagens a serviço.

Em função disto, não foi possível cobrir 100% dos estabelecimentos registrados, direcionando-se a inspeção para estabelecimentos nas zonas metropolitanas de João Pessoa e Campina Grande, com vistas ao atingimento da meta prevista de 97 inspeções, perfazendo-se ao final 106 atividades, que implicam superação da meta em 9%.

Persiste a completa ausência de ações de capacitação específica ou participação em operações de âmbito nacional, restringindo-se ao autodesenvolvimento voluntário de cada servidor, os esforços no sentido de manter-se atualizado os conhecimentos e habilidades necessárias ao desempenho das tarefas afetas ao cargo. Mais que isto, sequer o encontro anual de responsáveis pelo acompanhamento do PI e chefes de serviço foi realizado, consolidando o isolamento desta unidade descentralizada, em desfavor da difusão de conhecimentos e uniformização de procedimentos.

Foi ampliada a ação coercitiva do órgão fiscalizador, com o fito de efetivar os comandos normativos no que tange à produção de alimentos conformes e seguros, (Instrução Normativa nº 5, de 31 de março de 2000) a quantidade de autos de infração lavrados, em relação a 2012, aumentou em 18%, e assim também a quantidade de multas aplicadas (+31%) e de seu montante total, que alcançou R\$132,5 mil (+176%).

O percentual de conformidade de produtos amostrados atingiu 71%, frente aos 56% apurados em 2012. O número total de amostras coletadas, todavia, foi inferior em 20% no período, sob influência do corte de recursos para viagens a serviço.

Os dados acima demonstram que a fiscalização tem avançado sobre o objetivo de controlar a qualidade do produto disponibilizado ao consumidor, conforme comprova o significativo incremento na relação entre número de produtos amostrados conformes aos padrões e número de produtos amostrados.

Reitera-se que o procedimento de auditoria documental para cotejo de saídas de produtos e disponibilidade da matéria-prima necessária para a fabricação de produtos que exijam quantidade mínima da mesma encontra-se exaurido, devido à impossibilidade de aferir a fidedignidade das informações prestadas pelos estabelecimentos, dado que a metodologia de apuração, conquanto aplicada rotineiramente nas inspeções apenas a partir de 2009, depende exclusivamente dos dados fornecidos pelo próprio fiscalizado, podendo ser facilmente fraudados no intuito de enganar a fiscalização.

Mais uma vez ressalta-se que o cotejo das informações fornecidas manualmente pelos estabelecimentos com dados do SICOBE – Sistema de Controle de Produção de Bebidas, operado pela Receita Federal do Brasil, pois, sendo automatizado e operando para apuração de tributos, pode fornecer os dados para confronto com as informações manuais, razão pela qual se renova o apelo para que se firme o acordo de cooperação técnica com a RFB neste sentido.

Os restos a pagar processados referem-se às faturas de combustível, correspondências (correios), que foram liquidadas e não pagas até 31/12/2013, em razão da inoperabilidade do sistema. O pagamento foi realizado em janeiro/2014, quando da normalização do sistema.

Os restos a pagar não processados referem-se a:

- faturas de combustível e correspondências (correios), relacionadas ao mês de dezembro e que somente são emitidas em 2014;
- faturas de terceirização de mão de obra (apoio administrativo), do mês de dezembro e a diferença de repactuação de setembro a dezembro/2013, que somente serão emitidas em 2014;

- aquisição de material de informática em que a liquidação e o pagamento ocorrerão após a entrega dos produtos, em 2014.

Tabela 08.1 – Atividades do PO IPVEGETAL13

ATIVIDADES DO PO IPVEGETAL13		
DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA
Apreensões de Produtos	04	Unid.
Estabelecimentos Interditados	-	-
PRODUTOS APREENDIDOS		
PRODUTO	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA
Cachaça	120,9	Litro (L)
Fermentado acético	419,52	Litro (L)
Rótulos	16.000	Unidades (Unid)
PRODUTOS AMOSTRADOS (COLETA)		
PRODUTO	QUANTIDADE TCA	QUANTIDADE
Cachaça	17	191.050 litros
Cerveja	2	150.000 litros
Refrigerantes	-	-
Néctar	-	-
Whisky	-	-
Vinhos	232	168.990 litros
Fermentado acético	1	1.419 litros
Polpa de frutas	11	9.830 Kg
Sucos	-	-

Fonte: SISV/DDA/SFA-PB

◆ Plano Orçamentário 000E – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais – PADCLASSI13

Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação								
Código	20ZX		Tipo: Atividade					
Descrição	Fiscalização de Atividades Agropecuárias							
Iniciativa	04D4							
Objetivo	0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.							
Programa	2028 – Defesa Agropecuária							
Unidade Orçamentária	22101 - MAPA							
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria							
Lei Orçamentária Anual - 2013								
Execução Orçamentária e Financeira								
Nº do subtítulo/ Localizador	Natureza da Despesa	Dotação Recebida	Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		Perc utilizado %
			Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
0025-PB	339014	35.473,75	35.199,75	35.199,75	35.199,75	-	-	99,23
0025-PB	339030	14.476,00	11.832,78	11.331,97	10.976,62	355,35	500,81	81,74
0025-PB	339033	950,70	950,70	950,70	950,70	-	-	100

0025-PB	339036	4.779,66	4.779,66	4.779,66	4.779,66	-	-	100
0025-PB	339039	85.569,87	85.569,58	82.548,48	78.208,24	4.340,24	3.021,10	100
0025-PB	339047	242,74	242,74	242,74	242,74	-	-	100
0025-PB	339092	12.658,73	12.658,73	12.658,73	12.658,73	-	-	100
0025-PB	339093	796,50	796,50	796,50	796,50	-	-	100
0025-PB	449052	19.436,88	19.436,88	7.444,88	7.444,88	-	11.992,00	100
TOTAL		174.384,83	171.467,32	155.953,41	151.257,82	4.695,59	15.513,91	98,33

Execução Física da Ação - Metas

Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante			%
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0025-PB	Fiscalizar o padrão e a qualidade dos produtos vegetais padronizados pelo MAPA	Produto Fiscalizado (ton)	40.000	30.000	35.570	118,56

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores

Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0025-PB	223,01	-	223,01	Fiscalizar o padrão e a qualidade dos produtos vegetais padronizados pelo MAPA.	Produto fiscalizado (ton)	31.140
0025-PB	8.006,30	6.720,00	1.286,30			
0025-PB	1.695,00	1.695,00	-			
0025-PB	462,50	-	462,50			
0025-PB	165,25	165,25	-			

Fonte: LOA 2013/SIAFI GERENCIAL/ SIAFI/SISV

Resultados

Tabela 09 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PO	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais.	PADCLASSI13	Produto Fiscalizado (ton)	40.000	30.000	35.570	118,56
PROCESSO	PO	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
01. Inspeção e fiscalização de produto	PADCLASSI13	Fiscalização Realizada (Unid)	187	187	257	137,43
ATIVIDADE			Quantidade	Unidade		
1.1. Fiscalização de Estabelecimento.			257	Unid.		
1.2. Inspeção de Estabelecimento.			257	Unid.		
1.3. Coleta de Amostra.			239	Unid.		
1.4. Auto de Infração.			182	Unid.		
1.5. Multas.			1.338.371,03	R\$		
1.6. Advertência.			13	Unid.		

1.7. Quantidade de Produto Fiscalizado.			35.570	T		
1.8. Quantidade de Produto sob Suspensão de Comercialização.			75	T		
PROCESSO	PO	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
02. Classificação de Produto Importado	PADCLASSI13	Classificação Realizada (Unid.)	200.000	250.000	339.124	135,64
ATIVIDADE			Quantidade	Unidade		
2.1. Quantidade de produto importado.			253.699 (trigo)	T		
2.2. Certificado emitido.			85.425 (cevada)	Unid.		
2.2. Certificado emitido.			22	Unid.		
PROCESSO	PO	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
03. Fiscalização de Classificadora Credenciada.	PADCLASSI13	Fiscalização Realizada (Unid.)	02	-	03	150
ATIVIDADE			Quantidade	Unidade		
3.1. Fiscalização de credenciada.			02	Unid.		
3.2. Número de certificado emitido pelo estabelecimento classificado credenciado.			185	Unid.		
3.3. Quantidade de produtos classificados pelo estabelecimento classificador credenciado.			9.100	T		

Fonte: SISV/DDA/SFA-PB

2.2.3.5 - Análise Situacional

OPO PADCLASSI, parte integrante do Programa 2028 – Defesa Agropecuária, têm amplo espectro de atuação, abrangendo produtores, embaladores, indústrias, cerealistas, armazenadores e distribuidores e estabelecimentos comerciais.

Toda ação de padronização, classificação e fiscalização de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico está respaldada pela Lei nº 9.972, de 25/05/2000, Decreto nº 5.351/05, Portaria MAPA nº 300/05 e Decreto nº 6.268, de 22/11/2007. Não é uma ação prioritária na LDO.

Ações realizadas neste PO têm estreita correlação com a segurança alimentar da população e resguardam os direitos do consumidor, culminando pela diferenciação qualitativa dos produtos vegetais, e assim seus efeitos ultrapassam a cadeia produtiva, oportunizando ganhos ao produtor rural, que passaria a receber não apenas por quantidade, como também por qualidade.

Em 2013 foram coletas amostras dos produtos padronizados pelo MAPA. Comprovamos que mais de 80% das amostras coletadas divergiram dos padrões e da qualidade, como sendo: divergências dos tipos marcadas nas embalagens de 1Kg, para os resultados apurados nas classificações técnicas de fiscalização nos produtos a venda aos consumidores.

No que foi demonstrado no quadro das ações realizadas, foram fiscalizadas, com êxito devido os recursos terem sido disponibilizados em tempo hábil, no exercício de 2013. O quantitativo de 35.570 toneladas de produtos vegetais fiscalizados superou a meta atribuída pelo Departamento de 30.000 toneladas.

Registramos ainda, um superávit quanto à meta de classificação de produto importado, antes estimada em 250.000 toneladas, passando para 339.124 toneladas de trigo e cevada. Em 2013 iniciamos o recebimento de cevada cervejeira.

No laboratório de classificação vegetal com a capacidade de classificação das amostras de fiscalização dos produtos arroz e feijão e outros. Foram analisadas 239 amostras, sendo 48 conformes e 191 não conformes. Este quantitativo é equivalente a 25.000 toneladas de produtos classificados.

O quantitativo fiscalizado foi de 253.699 toneladas de trigo e 85.425 toneladas de cevada cervejeiras via porto de Cabedelo, necessariamente submetidos ao padrão nacional de classificação, conforme legislação vigente e fiscalizado pelos fiscais que se encontram de plantão no Porto.

Na quantidade acima mencionada, foram fiscalizadas 35.570 toneladas de produto vegetais circulante no mercado interno, correspondente aos produtos padronizados pelo o MAPA: arroz, feijão, farinha de mandioca, óleo comestível, farinha de trigo, canjica de milho e milho de pipoca.

Foram fiscalizados 257 estabelecimentos embaladores, distribuidores e comércio atacadista no Estado.

Os restos a pagar processados referem-se às faturas de combustível, correspondências (Correios) e serviços de classificação vegetal (SERCLA), que foram liquidadas e não pagas até 31/12/2013, em razão da inoperabilidade do sistema. O pagamento foi realizado em janeiro/2014, quando da normalização do sistema.

Os restos a pagar não processados referem-se às faturas de combustível e serviços de classificação vegetal (SERCLA), relacionadas ao mês de dezembro e que somente são emitidas em 2014. Quanto ao material permanente, o pagamento ocorrerá após a entrega dos produtos, em 2014.

Do montante dos restos a pagar não processados - Exercícios anteriores, foram cancelados os valores conforme segue:

- R\$ 223,01 - Na fatura de dez/2013 não houve consumo de combustível pelo referido PI.
- R\$ 1.286,30 - Durante a instalação foi necessário fazer ajustes, o que ocasionou uma redução do quantitativo do material adquirido.
- R\$ 462,50 - Produto não entregue pelo fornecedor.

Tabela 09.1 – Demonstrativo de coleta de amostra pelo PNCR

DEMONSTRATIVO DE COLETA DE AMOSTRA PELO PNCR-VEGETAL – 2013/2014								
		Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
ABACAXI	Quantidade de amostra	-	-	-	2	-	2-	04
	Código da amostra	-	-	-	AB01e02	-	-	-
MAMÃO	Quantidade de amostra	-	-	-	-	06	-	06
	Código da amostra	-	-	-	MA13S1 MA14S1	MA15S1 MA16S1	-	-
AMENDOIM	Quantidade de amostra	-	-	-	-	-	-	-
	Código da amostra	-	AM07	-	-	-	-	-
PIMENTÃO	Quantidade de amostra	-	-	-	-	-	-	-
	Código da amostra	-	-	PI16	-	-	-	-
TRIGO	Quantidade de amostra	-	-	-	-	-	-	-
	Código da amostra	-	-	-	TR35	-	-	-
TOTAL								10

Fonte: SISV/DDA/SFA-PB

No que se refere ao quadro acima, as atividades ficaram resumidas na coleta de 04 amostras de abacaxi e 06 amostras de mamão para fins de controle de resíduos e contaminantes. Tivemos como principais resultados o controle de resíduos e contaminantes nas culturas de abacaxi e mamão. Tendo em vista o POA 2013/2014 para esta atividade (PNCRC/Vegetal) ser executado em conjunto com o departamento DIPOV e CRC através de contrato com laboratórios de referência.

Diante da análise acima, conforme contatos com Coordenador da CGQV (Coordenação Geral da Qualidade Vegetal) do DIPOV, fomos informados que a referida atividade se acha em fase de planejamento junto às Secretarias SDA e CRC para ajuste e definição do POA para 2014.

➤ PROGRAMA: 2028 – Defesa Agropecuária.

OBJETIVO 0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.

◆ INICIATIVA: 04BQ – Promoção da Defesa Agropecuária.

◆ AÇÃO: 20ZW – Promoção da Defesa Agropecuária.

Plano Orçamentário 0006 – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais –
PCEVEGTAL13

◆ Plano Orçamentário 0006 – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais –
PCEVEGTAL13

Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação								
Código	20ZW					Tipo: Atividade		
Descrição	Promoção da Defesa Agropecuária							
Iniciativa	04BQ							
Objetivo	0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.							
Programa	2028 – Defesa Agropecuária							
Unidade Orçamentária	22101 - MAPA							
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria							
Lei Orçamentária Anual - 2013								
Execução Orçamentária e Financeira								
Nº do subtítulo/ Localizador	Natureza da Despesa	Dotação Recebida	Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		Perc utilizado %
			Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
0025-PB	339014	2.578,00	1.853,37	1.853,37	1.853,37	-	-	71,89
0025-PB	339030	646,00	643,58	643,58	574,10	69,48	-	99,63
0025-PB	339039	600,00	600,00	600,00	600,00	-	-	100
TOTAL		3.824,00	3.096,95	3.096,95	3.027,47	69,48	-	80,99
Execução Física da Ação - Metas								
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante			%		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado			

0025-PB	Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais	Área Controlada (Ha.)	142.223	-	142.223	100
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0025-PB	1.000,00	1.000,00	-	Fiscalizar a prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais, executada pela OEDSV	Área controlada (Ha)	142.223

Fonte: LOA 2013/SIAFI GERENCIAL/ SIAFI/SISV

Resultados

Tabela 10 – Resultados alcançados da ação

META	PO	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
01. Auditar e reauditar	PCEVEGTAL13	Fiscalização realizada (unid.)	27	-	19	70,37
ATIVIDADE					Quantidade	Unidade
1.1 Auditoria/ Supervisão do levantamento fitossanitário para delimitação da ocorrência da praga quarentenária pres. (A2) e demais ações de defesa executadas pelas ULSAVs (Ação Direta).					19	Unid.
META	PO	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
02. Elaborar, celebrar, acompanhar e fiscalizar contratos de repasse, convênios e termos de cooperação	PCEVEGTAL13	Fiscalização realizada (unid.)	25	-	20	80
ATIVIDADE					Quantidade	Unidade
2.1 Acompanhar convênio/contrato de repasse “in loco”					19	Unid.
2.2 Celebrar convênio					01	Unid.
META	PO	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
03. Participação em eventos	PCEVEGTAL13	Participação realizada (Unid.)	01	01	0	0
ATIVIDADE					Quantidade	Unidade
3.1. Participação em Reunião técnica.					01	Unid.

Fonte: SISV/DDA/SFA-PB

Processos Fiscalizados resultados a execução direta da Ação de Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais pela SEDAP-PB (OEDSV):

Tabela 10.1 – Resultados alcançados da ação – SEDAP/PB

PROCESSO	PO	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
01. Prevenção, Controle e	PCEVEGTAL1	Área Controlada	35.000	35.00	35.000	100

Erradicação das pragas da Palma Forrageira.	3	(Ha.)				
ATIVIDADE			Quantidade	Unidade		
1.1 Supervisão das ações de sanidade vegetal executadas pelo OEDSV na manutenção da condição fitossanitária das pragas A2 (Ação Direta).			09	unid		
1.1.1. Municípios Monitorados/Fiscalizados (Ação Descentralizada – OEDSV).			48	Unid.		
1.1.2.. Propriedades rurais monitoradas/Fiscalizadas (Ação Descentralizada – OEDSV).			569	Unid.		
1.1.3. Cadastramento de propriedades rurais (Ação Descentralizada – OEDSV).			51	Unid.		
1.1.4. Área total monitorada/fiscalizada (Ação Descentralizada – OEDSV).			1.081	Ha		
1.1.5. Unidade de produção (UP) inscrita (Ação Descentralizada – OEDSV).			-	Unid.		
1.1.6. Reunião técnica/Palestra técnica (Ação Descentralizada – OEDSV).			07	Unid.		
1.1.7. Termo de Fiscalização emitido (Ação Descentralizada – OEDSV).			526	Unid.		
FÍSICO						
PROCESSO	PO	PRODUTO	Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
02. Prevenção, Controle e Erradicação das Pragas da Bananeira	PCEVEGTAL1 3	Área controlada (Há)	17.000	17.000	17000	100
ATIVIDADE			Quantidade	Unidade		
2.1. Supervisão das ações de sanidade vegetal executadas pelo OEDSV na manutenção da condição fitossanitária das pragas A2 (Ação Direta).			12	Unid.		
2.1.1. Municípios Monitorados/Fiscalizados (Ação Descentralizada – OEDSV).			42	Unid.		
2.1.2. Propriedades Rurais Monitoradas/Fiscalizadas (Ação Descentralizada – OEDSV).			594	Unid.		
2.1.3. Cadastramento de propriedades rurais (Ação Descentralizada – OEDSV).			181	Unid.		
2.1.4. Área total monitorada/fiscalizada (Ação Descentralizada – OEDSV).			1.160	Há		
2.1.5. Unidade de Produção (UP) inscrita (Ação Descentralizada – OEDSV).			0	Unid.		
2.1.6. Coleta de amostra para diagnóstico fitossanitário			10	Unid.		
2.1.7. Termo de Fiscalização Emitido (Ação Descentralizada – OEDSV).			594	Unid.		
FÍSICO						
PROCESSO	PO	PRODUTO	Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
03. Prevenção, Controle e Erradicação das Pragas da Videira.	PCEVEGTAL1 3	Área controlada (Há)	110	110	100	100
ATIVIDADE			Quantidade	Unidade		
3.1. Supervisão das ações de sanidade vegetal executadas pelo OEDSV na manutenção da condição fitossanitária das pragas A2 (Ação Direta).			02	Unid.		
3.1.1. Municípios Monitorados/Fiscalizados (Ação Descentralizada – OEDSV).			01	Unid.		
3.1.2. Propriedades Rurais Monitoradas/Fiscalizadas (Ação Descentralizada – OEDSV).			42	Unid.		
3.1.3. Cadastramento de propriedades rurais (Ação Descentralizada – OEDSV).			05	Unid.		
3.1.4. Área total monitorada/fiscalizada (Ação Descentralizada – OEDSV).			56,4	Há		
3.1.5. Unidade de Produção (UP) inscrita (Ação Descentralizada – OEDSV).			02	Unid.		
3.1.6. Termo de Fiscalização Emitido (Ação Descentralizada – OEDSV).			42	Unid.		
3.1.7. Colheita de amostra para diagnóstico fitossanitário (Ação Descentralizada).			02	Unid.		

PROCESSO	PO	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
04. Prevenção, Controle e Erradicação da Praga dos Citros.	PCEVEGTAL13	Área controlada (Há)	3.000	3.000	3.000	100
ATIVIDADE				Quantidade	Unidade	
4.1. Supervisão das ações de sanidade vegetal executadas pelo OEDSV na manutenção da condição fitossanitária das pragas A2 (Ação Direta).				07	Unid.	
4.1.1. Municípios Monitorados/Fiscalizados (Ação Descentralizada – OEDSV).				22	Unid.	
4.1.2. Propriedades Rurais Monitoradas/Fiscalizadas (Ação Descentralizada – OEDSV).				179	Unid.	
4.1.3. Cadastramento de propriedades rurais (Ação Descentralizada – OEDSV).				41	Unid.	
4.1.4. Área total monitorada/fiscalizada (Ação Descentralizada – OEDSV).				437,65	Há	
4.1.5. Unidade de Produção (UP) inscrita (Ação Descentralizada – OEDSV).				02	Unid.	
4.1.6. Termo de Fiscalização Emitido (Ação Descentralizada – OEDSV).				179	Unid.	
4.1.6. Colheita de amostra para diagnóstico fitossanitário (Ação Descentralizada).				04	Unid.	
PROCESSO	PO	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
05. Vigilância, prevenção e Controle da Praga da Cana-de – Açúcar.	PCEVEGTAL13	Área controlada (Há)	57.113	57.113	57.113	100
ATIVIDADE				Quantidade	Unidade	
5.1 Supervisão das ações de sanidade vegetal executadas pelo OEDSV na manutenção da condição fitossanitária das pragas A2 (Ação Direta).				05	Unid.	
5.1.1 Municípios monitorados/fiscalizados (Ação Descentralizada – OEDSV).				13	Unid.	
5.1.2. Propriedades rurais monitoradas/fiscalizadas (Ação Descentralizada – OEDSV).				130	Unid.	
5.1.3. Cadastramento de propriedades rurais (Ação Descentralizada – OEDSV).				109	Unid.	
5.1.4. Área total monitorada/ fiscalizada (Ação Descentralizada – OEDSV).				24.735	Ha	
5.1.5. Unidade de Produção (UP) inscrita (Ação Descentralizada – OEDSV).				-	Unid.	
5.1.6. Termo de fiscalização emitido (Ação Descentralizada – OEDSV).				131	Unid.	
5.1.7. Reunião técnica/Palestra técnica (Ação Descentralizada – OEDSV).				01	Unid.	

Fonte: SISV/DDA/SFA-PB

2.2.3.5 - Análise Situacional

O Plano Operativo Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais - PO-PCEVEGTAL13 tem como principal objetivo garantir a segurança fitossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo e quantitativo aos produtos vegetais e seus subprodutos, por meio da prevenção controle e erradicação de pragas quarentenárias e de importância econômica para os Estados. A execução é direta e descentralizada em ações conjuntas com o Órgão Executor de Defesa Sanitária Vegetal (OEDSV) em cada Estado através de convênios. No Estado da Paraíba, o órgão executor da Defesa Sanitária Vegetal é a Secretária de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca - SEDAP-PB.

Execução das Metas:

Meta 1: *Auditoria/ Supervisão do levantamento fitossanitário para delimitação da ocorrência da praga quarentenária presentes (A2) e demais ações de defesa executadas pelas ULSAVs*: A meta foi cumprida em 80% onde para verificar o cumprimento da legislação de Sanidade Vegetal que determina o levantamento fitossanitário para delimitar a ocorrência de pragas quarentenárias no Estado o SISV realizou 19 fiscalizações nas ações de defesa sanitária vegetal, executadas pela SEDAP-PB, em Unidades Locais de Sanidade Animal e Vegetal (ULSAV's) distribuídos em todo o Estado da Paraíba. Na referida ação são trabalhado 05 (cinco) processos básicos, referentes a ações diretas e descentralizadas, executadas pela SEDAP-PB, de acordo com as culturas que são veiculadoras de pragas quarentenárias de importância econômica para o Estado e de acordo com a legislação fitossanitária vigente, conforme abaixo:

- Vigilância, prevenção e controle da praga quarentenária da palma forrageira (cochonilha-do-carmim);
- Vigilância, prevenção e controle da praga quarentenária da videira (cancro da videira);
- Vigilância, prevenção e controle das pragas quarentenárias dos citros (cancro cítrico, mosca negra dos citros, HLB-greening e pinta preta);
- Vigilância, prevenção e controle das pragas quarentenárias da bananeira (sigatoka negra e moko da bananeira);
- Vigilância, prevenção e controle da praga quarentenária da cana-de-açúcar (ferrugem alaranjada da cana-de-açúcar).

A condição fitossanitária do Estado da Paraíba foi mantida. Dentro da previsão de área controlada de 142.223 ha definidos pelo SDA/MAPA, não houve ocorrência fitossanitária em nenhuma das 05 culturas de importância econômica para o Estado.

Meta 2 – *Elaborar, celebrar, acompanhar e fiscalizar contratos de repasse, convênios e termos de cooperação*: Em cumprimento à Portaria GAB/SFA-PB Nº 0003 de 02 de janeiro de 2013, e seguindo o recomendado no manual de convênios do Portal de Convênios (SICONV), de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto pactuado no Convênio Nº 755951/2011/MAPA/SFA-PB, Cronograma de Execução 2013, foram realizadas 20 fiscalizações “*in loco*”. Os relatórios referentes às atividades foram inseridos no SICONV. No intuito de celebrar convênio para o próximo exercício foi analisada uma proposta inserida no SICONV sob Nº 058558/2013, mas que só deverá entrar em vigência no exercício 2014. Apesar do cumprimento da meta em 80%, devemos considerar que a situação da sanidade vegetal no Estado da Paraíba não tem apresentado avanços. Os levantamentos fitossanitários são realizados utilizando-se apenas recursos provenientes de convênio, e como essa celebração não está acontecendo de forma contínua, o processo de prevenção e controle de pragas no nosso Estado sofre solução de continuidade. Para que fossem executadas as ações necessárias para atender a Instrução Normativa nº 52, e às legislações específicas das pragas quarentenárias de interesse econômico do Estado da Paraíba, a exemplo da manutenção de área livre de sigatoka negra e moko da bananeira, seria necessário que os recursos financeiros provenientes de convênios fossem liberados no início de cada exercício, mas não só isso bastaria, o Estado deve promover ações continuadas de capacitações dos servidores que trabalham na defesa sanitária vegetal para que as ações desenvolvidas estejam em conformidade com a legislação em vigor.

Meta 3. – *Participação em eventos*: Devido a cortes no orçamento do DSV a meta programada de participação em um evento nacional, o Encontro Nacional de Fitossanitaristas (ENFIT) não foi cumprida. No entanto dentro da meta realizamos 01 reunião técnica utilizando recursos de atividades rotineiras para tratar sobre a viabilidade de convênio com o OEDSV.

Fatores intervenientes: as metas não foram plenamente atingidas devido principalmente ao corte orçamentário. Da dotação orçamentária inicial de R\$9.939,00, apenas R\$3.824,00 foi disponibilizado, o que corresponde a 38,48% do montante. No final do exercício havia orçamentos para pagamento de diárias, mas as mesmas não puderam ser utilizadas, pois faltou crédito

orçamentário para combustível, inviabilizando assim o deslocamento. Outro fator limitante é o número de FFAs executando atividades de Sanidade vegetal, que nos exercícios anteriores contávamos com 02 FFAs e no exercício 2013 contamos com apenas 01 FFA, devido aposentadoria.

Restos a pagar: Os restos a pagar processados referem-se à fatura de combustível que foi liquidada e não paga até 31/12/2013, em razão da inoperabilidade do sistema. O pagamento foi realizado em janeiro/2014, quando da normalização do sistema.

Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários – SEFAG

Equipe de trabalho:

Carlos Augusto Ferreira de Carvalho – Engenheiro Agrônomo – Fiscal Federal Agropecuário - Chefe

Gesseraldo José Gico de Sousa – Médico Veterinário - Fiscal Federal Agropecuário

João Batista de Almeida - Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário

Jerônimo Barata de Melo - Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário – Substituto

Mageciene Chaves de Oliveira – Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário

Marcos José Pereira de Souza– Médico Veterinário - Fiscal Federal Agropecuário

Roberto Carlos Rocha de Moura – Fiscal Federal Agropecuário

José Marcos do Nascimento – Agente de Atividade Agropecuária

UTRA – Campina Grande

Viviane Maria da Rocha de Almeida Andrade – Engenheiro Agrônomo - Fiscal Federal Agropecuário

Francisco de Assis Rodrigues - Médico Veterinário – Fiscal Federal Agropecuário

Apoio Administrativo:

Erica Patricia Xavier Bezerra – Digitadora – Terceirizada

Maria das Graças Pedrosa Rodrigues Martins – Assistente Administrativo

O Serviço de Fiscalização Agropecuário - SEFAG /DDA/SFA/PB foi instituído através da Portaria Ministerial de Nº 428, de 09 de Junho de 2010, que aprova o Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento na forma dos anexos I, II, III e IV a presente Portaria, nos Estados no seu Art, 19.

O **SEFAG** é composto pelo seguinte Programa, Objetivos, Iniciativas e respectivas Ações relacionadas a seguir:

➤ **PROGRAMA: 2028 – Defesa Agropecuária.**

OBJETIVO 0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.

◆ **INICIATIVA: 004D4** – Fiscalização de Atividades Agropecuárias.

◆ **AÇÃO: 20ZX** – Fiscalização de Atividades Agropecuárias.

Plano Orçamentário 000C - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins – **FISAGROT13**

Plano Orçamentário 000A - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes – **FISFECO13**

Plano Orçamentário 000B - Fiscalização de Sementes e Mudas – **FISCALSEM13**

Plano Orçamentário 0006 - Fiscalização de Material Genético Animal – **FISCGENE13**

Plano Orçamentário 0008 - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal - **FISCINAN13**

Plano Orçamentário 0009 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário – FISPROVET13

◆ Plano Orçamentário 000C - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins – FISAGROT13

Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação								
Código		20ZX			Tipo: Atividade			
Descrição		Fiscalização de Atividades Agropecuárias						
Iniciativa		04D4 - Fiscalização de Atividades Agropecuárias						
Objetivo		0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.						
Programa		2028 – Defesa Agropecuária						
Unidade Orçamentária		22101 - MAPA						
Ação Prioritária		() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013								
Execução Orçamentária e Financeira								
Nº do subtítulo/ Localizador	Natureza da Despesa	Dotação Recebida	Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		Perc utilizado %
			Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
0025-PB	339014	214,65	214,65	214,65	214,65	-	-	100
0025-PB	339033	3.577,90	3.577,90	3.577,90	3.577,90	-	-	100
0025-PB	339036	1.198,30	1.198,30	1.198,30	1.198,30	-	-	100
TOTAL		4.990,85	4.990,85	4.990,85	4.990,85	-	-	100
Execução Física da Ação - Metas								
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante			%		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado			
0025-PB	Fiscalizar agrotóxicos e afins	Fiscalização Realizada (Unid)	-	-	01	-		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores								
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
-	-	-	-	-	-	-		

Fonte: LOA 2013/SIAFI GERENCIAL/ SIAFI/SEFAG

Resultados

Tabela 11 - Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PO	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
20ZX – Fiscalização de	FISAGROT13 -	Fiscalização	0	-	1	

Atividades Agropecuárias	Fiscalização de Agrotóxicos e Afins	Realizada				
ATIVIDADE			Quantidade	Unidade		
1.1. Análise documental			01	Unid.		
1.2. Termo de fiscalização			01	Unid.		
1.3. Termo de Interdição			01	Unid.		
1.4. Auto de Infração			01	Unid.		
Ações executadas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca - SEDAP/PB						
ATIVIDADE			Quantidade	Unidade		
2.1. Fabricante/formulador cadastrado*			105	Unid.		
2.2. Marca comercial cadastrada			1.178	Unid.		
2.3. Comerciante cadastrado			61	Unid.		
2.4. Renovação de cadastro de marca comercial			100			
2.5. Municípios fiscalizados			22	Unid.		
2.6. Firmas fiscalizadas			35	Unid.		
2.7. Auto de infração emitido			14	Unid.		
2.8. Auto de interdição emitido			–	Unid.		
2.9. Auto de desinterdição emitido			–	Unid.		
2.10. Auto de apreensão emitido			–	Und.		
2.11. Termo de fiscalização emitido			32	Unid.		
2.12. Transferência de titularidade			05	Produto		
2.13. Inclusão de cultura			19	Unid.		
2.14. Correção razão social			–	Unid.		
2.15. Alteração marca comercial			31	Unid.		
2.16. Cancelamento de produto			09	Unid.		
2.17. Atualização de produto			167	Unid.		
2.18. Alteração de cadastro			42	Unid.		
2.19. Adequação de cadastro			–	Unid.		
2.20. Alteração de endereço			–	Unid.		
2.21. Propriedades fiscalizadas			05	Unid.		

Fonte: SEFAG/DDA/SFA-PB

2.2.3.5 - Análise Situacional

Quando do exercício das atividades da fiscalização de Agrotóxicos e Afins durante o ano de 2013, verifica-se que a fiscalização do comércio é de competência da SEDAP/PB, cabendo ao SEFAG/SFA-PB a fiscalização do seguimento industrial no tocante a fabricação de produtos agrotóxicos.

Entretanto, no Estado da Paraíba, não verifica-se indústrias de agrotóxicos e afins registradas. Porém, houve uma fiscalização para apuração de denúncia no Laboratório de Produção de Controladores Biológicos instalado na Estação de Camaratuba, no município Mamanguape-PB, de responsabilidade da Associação de Plantadores de Cana de Açúcar da Paraíba – ASPLAN, onde o mesmo encontrava-se produzindo controladores biológicos *Cotesia flavipes* e *Metarhizium anisopliae* caracterizados como AGROTÓXICO. Neste ato, foi emitido o termo de interdição da produção assim como um Auto de Infração.

As despesas ocorridas e descritas no quadro de Execução Orçamentária e Financeira da Ação, refere-se a participação de um FFA e um representante da SEDAP no 10º Encontro de Fiscalização e Seminário Nacional sobre Agrotóxicos.

Não se registrou restos a pagar.

♦ Plano Orçamentário 000A - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes – FISFECON13

Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação								
Código		20ZX		Tipo: Atividade				
Descrição		Fiscalização de Atividades Agropecuárias						
Iniciativa		04D4 - Fiscalização de Atividades Agropecuárias						
Objetivo		0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.						
Programa		2028 – Defesa Agropecuária						
Unidade Orçamentária		22101 - MAPA						
Ação Prioritária		() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013								
Execução Orçamentária e Financeira								
Nº do subtítulo/ Localizador	Natureza da Despesa	Dotação Recebida	Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		Perc utilizado %
			Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
0025-PB	339014	7.820,00	7.512,68	7.512,68	7.512,68	-	-	96,07
0025-PB	339030	4.470,00	3.903,65	3.260,23	3.103,67	156,56	643,42	87,33
0025-PB	339037	33.154,72	33.154,72	26.535,10	26.535,10	-	6.619,62	100
0025-PB	339039	5.666,00	3.933,96	3.683,96	3.533,96	150,00	250,00	69,43
0025-PB	339047	493,76	493,76	493,76	493,76	-	-	100
TOTAL		51.604,48	48.998,77	41.485,73	41.179,17	306,56	7.513,04	94,95
Execução Física da Ação - Metas								
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante			%		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado			
0025-PB	Fiscalizar fertilizantes, corretivos e inoculantes.	Fiscalização realizada (Unid.)	153	-	139	90,84		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores								
Nº do	Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física - Metas					

subtítulo/ Localizador	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-	-	-	-

Fonte: LOA 2013/SIAFI GERENCIAL/ SIAFI/SEFAG

Resultados

Tabela 12 - Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PO	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
20ZX – Fiscalização de Atividades Agropecuárias	FISFECOI13 Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes	Fiscalização Realizada (Unid.)	153	-	139	90,84
ATIVIDADE				Quantidade	Unidade	
1.1. Termo de fiscalização emitido.				139	Unid.	
1.2. Coleta de amostra.				18	Unid.	
1.3. Produto amostrado.				299	Ton	
1.4. Auto de infração				03	Unid.	
1.5. Notificação.				-	Unid.	
1.6. Reunião técnica nacional, cursos e treinamentos.				04	Unid.	
1.7. Análise documental.				02	Unid.	
1.8. Laudo de vistoria.				05	Unid.	
1.9. Emissão de registro.				05	Unid.	
1.10. Formação de processo.				01	Unid.	
1.11. Estabelecimento produtor registrado.				05	Unid.	
1.12. Estabelecimento comercial registrado.				08	Unid.	
1.13. Estabelecimento produtor cancelado.				-	Unid.	
1.14. Estabelecimento comercial cancelado.				08	Unid.	

Fonte: SEFAG/DDA/SFA-PB

2.2.3.5 - Análise Situacional

Durante o ano de 2013, foram realizadas 139 fiscalizações no PO-FISFECOI13 “Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes”, alcançando-se 90,84% da meta programada para o exercício. A escassez de recursos impediu uma maximização dos esforços, motivo que nos levou a um percentual inferior ao programado em 9,16 %, um déficit até considerado pelas circunstâncias da gestão do órgão central. Dentro da nova realidade financeira do MAPA foram executadas algumas atividades, que vejamos: a seguir. Com relação a produtos amostrados 299 toneladas amostradas de fertilizantes químicos, correspondente a 57,50 % da meta programada no plano operativo, foram coletadas 18 amostras de fertilizantes para análise, com de 48,64% da meta alcançada em relação o programada. Emitimos 03 autos de infração para estabelecimentos produtores de fertilizantes, pela constatação de deficiência nos teores dos nutrientes garantidos nos produtos. Em relação a todos os produtos analisados no exercício, constatamos um índice de conformidade de 83,34% e não conformidade de 16,66%. Com relação ao produto corretivo de acidez, não coletamos nenhuma amostra, tendo em vista a falta de produção

do único estabelecimento registrado no Ministério da Agricultura na Paraíba, motivo justificado pelo produtor, como sendo o baixo preço do produto no mercado.

As atividades do PO-FISFECO13, foram executadas de forma satisfatória, mesmo com redução de recursos as metas pré-estabelecidas no Plano Operativo, considerando-se a limitação de recursos, imposta pelo Decreto 7.689, de 02 de março de 2012, referente à natureza de despesas 33.90.14 (diárias). Todavia fatores como a liberação intempestiva dos recursos, tiveram influência substancialmente na execução das metas programadas. Há também de ressaltar que quatro FFA's envolvidos diretamente na fiscalização do PO se aposentaram no início do ano, portanto sendo necessário o advento de mais dois novos fiscais que militam em outra área para suprir a carência.

Todos os recursos foram utilizados compativelmente com sua natureza de despesa.

Os restos a pagar processados referem-se às faturas de combustível, correspondências (correios), que foram liquidadas e não pagas até 31/12/2013, em razão da inoperabilidade do sistema. O pagamento foi realizado em janeiro/2014, quando da normalização do sistema.

Os restos a pagar não processados referem-se a:

- Faturas de combustível e correspondências (correios), relacionadas ao mês de dezembro e que somente são emitidas em 2014.
- Faturas referentes à terceirização de mão de obra (apoio administrativo), do mês de dezembro e a diferença de repactuação de setembro a dezembro/2013, que somente serão emitidas em 2014.

◆ Plano Orçamentário 000B - Fiscalização de Sementes e Mudanças – **FISCALSEM13**

Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação								
Código	20ZX						Tipo: Atividade	
Descrição	Fiscalização de Atividades Agropecuárias							
Iniciativa	04D4 - Fiscalização de Atividades Agropecuárias							
Objetivo	0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.							
Programa	2028 – Defesa Agropecuária							
Unidade Orçamentária	22101 - MAPA							
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria							
Lei Orçamentária Anual - 2013								
Execução Orçamentária e Financeira								
Nº do subtítulo/ Localizador	Natureza da Despesa	Dotação Recebida	Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		Perc utilizado %
			Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
0025-PB	339014	24.408,45	24.408,45	24.408,45	24.408,45	-	-	100
0025-PB	339030	6.472,00	5.443,08	5.348,90	5.223,30	125,60	94,18	84,10
0025-PB	339033	5.143,58	5.143,58	5.143,58	5.143,58	-	-	100
0025-PB	339037	11.505,00	11.505,00	8.845,10	8.845,10	-	2.659,90	100
0025-PB	339039	5.620,00	3.896,88	3.646,88	3.440,76	206,12	250,00	69,34
0025-PB	339047	245,99	245,99	245,99	245,99	-	-	100
0025-PB	449052	8.227,00	8.227,00	-	-	-	8.227,00	100
TOTAL		61.622,02	58.869,98	47.638,90	47.307,18	331,72	11.231,08	95,53
Execução Física da Ação - Metas								

Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante			%
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0025-PB	Fiscalizar Sementes e Mudas	Fiscalização realizada (Unid.)	552	-	421	77,26
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0025-PB	2.223,30	999,80	1.223,50	Fiscalizar comércio e produção de sementes e mudas	Unid	536

Fonte: LOA 2013/SIAFI GERENCIAL/ SIAFI/SEFAG

Resultados

Tabela 13 - Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PO	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
20ZX – Fiscalização de Atividades Agropecuárias	FISCALSEM13 - Fiscalização de Sementes e Mudas	Fiscalização Realizada	552	-	421	77,26
ATIVIDADE			Quantidade	Unidade		
1.1. Análise documental.			98	Unid.		
1.2. Credenciamento de RT.			10	Unid.		
1.3. Inscrição de produtor de mudas.			06	Unid.		
1.4. Inscrição de comerciante de sementes.			27	Unid.		
1.5. Inscrição comerciante de mudas.			16	Unid.		
1.6. Laudo de vistoria.			06	Unid.		
1.7. Formação de processo.			96	Unid.		
1.8. Reunião Técnica.			06	Unid.		
1.9. Cursos/treinamentos.			01	Unid.		
1.10. Auto de infração.			13	Unid.		
1.11. Fiscalização de estabelecimento.			410	Unid.		
1.12. Colheita de amostras.			08	Unid.		
1.13. Fiscalização de campos de sementes/viveiros de mudas.			03	Unid.		
1.14. Homologação de inscrição.			03	Unid.		
1.15. Palestras proferidas.			04	Unid.		
1.16. Termos de Fiscalização emitidos.			413	Unid.		

Fonte: SEFAG/DDA/SFA-PB

2.2.3.5 - Análise Situacional

Execução das Metas:

Neste ano foram realizadas 421(quatrocentos e vinte e hum) fiscalizações no PO FISCALSEM13, entre fiscalizações do comércio e da produção de sementes e mudas em todo o território do Estado da Paraíba, com um atingimento de 76,26% do programado. Observamos como principal resultado da ação um insumo com mais qualidade a disposição do agricultor.

Fatores Intervenientes:

Devido o contingenciamento dos recursos financeiros imposto pela alta gestão, os mesmos foram assim descentralizados tomando como base o solicitado em programação (POA):

44,3% no Elemento de Despesas 3390.14 (diárias),

95,6% no Elemento de Despesas 3390.30 (combustíveis)

Nos demais elementos de despesas foram descentralizados em sua totalidade do programado. Portanto, prejudicou o atingimento das metas.

A aplicação do Decreto nº 7.689/2012 que limita a 40 (quarenta) diárias o deslocamento por FFA prejudicou significativamente as atividades de fiscalização, haja vista a morosidade da Secretaria Executiva para autorizar o deslocamento dos FFA's que atingiram tal limite imposto pelo referido Decreto. Vejamos, foi enviado o Memorando nº 31/2013/GAB/SFA-PB contendo a solicitação de autorização de deslocamento à Secretaria Executiva no dia 01 de agosto de 2013 e só autorizada no dia 31 de outubro de 2013, logo ficando os FFA's neste período, impossibilitados de deslocamentos para efetuar as fiscalizações programadas.

Mesmo assim mediante o acima descrito, conseguiu-se atingir um índice de 76,26% da meta programada no POA-2013 graças ao empenho e comprometimento dos FFA's envolvidos, e ainda, dispormos hoje de uma boa frota de veículo para deslocamento, fatores estes que impactaram positivamente com os trabalhos desenvolvidos.

Com relação à utilização dos recursos financeiros que foram disponibilizados, os mesmos foram utilizados de forma compatível com a natureza de despesa, conforme quadro demonstrativo de desempenho orçamentário e financeiro.

Os restos a pagar processados referem-se as faturas de combustível, correspondências (correios), que foram liquidadas e não pagas até 31/12/2013, em razão da inoperabilidade do sistema. O pagamento foi realizado em janeiro/2014, quando da normalização do sistema.

Os restos a pagar não processados referem-se a:

- faturas de combustível e correspondências (correios), relacionadas ao mês de dezembro e que somente são emitidas em 2014.

- faturas de terceirização de mão de obra (apoio administrativo), do mês de dezembro e a diferença de repactuação de setembro a dezembro/2013, que somente serão emitidas em 2014.

- aquisição de material permanente em que a liquidação e o pagamento ocorrerão após a entrega dos produtos, em 2014.

Do montante dos restos a pagar não processados - exercícios anteriores, foi cancelado o valor de R\$ 1.223,50, referente a materiais de expediente não entregues pela contratada, face solicitação da empresa, por escrito, justificando que estava encerrando suas atividades e não tinha como efetuar a entrega.

◆ Plano Orçamentário 0006 - Fiscalização de Material Genético Animal – FISCGENE13

Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação	
Código	20ZX Tipo: Atividade
Descrição	Fiscalização de Atividades Agropecuárias
Iniciativa	04D4 - Fiscalização de Atividades Agropecuárias
Objetivo	0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.
Programa	2028 – Defesa Agropecuária
Unidade Orçamentária	22101 – MAPA
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária Anual - 2013								
Execução Orçamentária e Financeira								
Nº do subtítulo/Localizador	Natureza da Despesa	Dotação Recebida	Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		Perc utilizado %
			Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
	339014	2.193,00	2.155,86	2.155,86	2.155,86	-	-	98,31
	339030	480,00	319,34	319,34	319,34	-	-	66,53
TOTAL		2.673,00	2.475,20	2.475,20	2.475,20	-	-	92,60
Execução Física da Ação - Metas								
Nº do subtítulo/Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante			%		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado			
0025-PB	Fiscalizar material genético animal	Fiscalização realizada (Unid.)	12	-	11	91,66		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores								
Nº do subtítulo/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta			Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: LOA 2013/SIAFI GERENCIAL/ SIAFI/SEFAG

Resultados

Tabela 14 - Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PO	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
20ZX – Fiscalização de Atividades Agropecuárias	FISCGENE13 - Fiscalização de Material Genético Animal	Fiscalização Realizada (Unid.)	12	-	11	91,66
ATIVIDADE			Quantidade	Unidade		
2.1. Análise documental			-	Unid.		
2.2. Formação de processo			-	Unid.		
2.3. Termo de Fiscalização e Inspeção			11	Unid.		
2.4. Vistoria de estabelecimentos			-	Unid.		
2.5. Computação e análise de relatórios dos estabelecimentos			72	Unid.		

Fonte: SEFAG/DDA/SFA-PB

2.2.3.5 - Análise Situacional

As execuções das atividades de fiscalizações programadas no Plano Operativo Anual 2013, para o PO FISCGENE13, sofreram solução de continuidade devido à limitação de deslocamento (Decreto nº 7.689/2012) do Agente responsável pela execução das ações do PO.

Com relação à fiscalização da produção de ovos férteis e pinto de 01 (um) dia, computamos através de relatórios mensais enviados pelas empresas registradas o quantitativo de 52.257.012 ovos férteis e foram produzidos no Estado 51.410.692 pintos de 1 (um) dia, em 2013.

Como entraves ao melhor desempenho da atividade, devemos levar em consideração a revisão da atual legislação disciplinadora da mesma, que no momento se baseia na Instrução Normativa nº 56, de 04 de Dezembro de 2007, e que no nosso entendimento deveria contar com instrumentos mais eficientes e que permitissem um maior poder coercitivo na aplicação das normas técnicas preconizadas, como forma de mitigar riscos e coibir desvios por parte dos estabelecimentos fiscalizados.

Podemos concluir através das inspeções de vistorias realizadas durante o exercício, que houve uma manutenção, e em alguns casos evolução, para melhor do status sanitário e de biossegurança dos estabelecimentos de Material Genético Animal fiscalizados.

No que se refere à capacitação de pessoal não houve participação em nenhum evento, relativo à atividade, durante o ano de exercício.

Não houve registro de restos a pagar.

◆ Plano Orçamentário 0008 - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal – FISCINAN13

Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação								
Código		20ZX		Tipo: Atividade				
Descrição		Fiscalização de Atividades Agropecuárias						
Iniciativa		04D4 - Fiscalização de Atividades Agropecuárias						
Objetivo		0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.						
Programa		2028 – Defesa Agropecuária						
Unidade Orçamentária		22101 – MAPA						
Ação Prioritária		() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013								
Execução Orçamentária e Financeira								
Nº do subtítulo/ Localizador	Natureza da Despesa	Dotação Recebida	Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		Perc utilizado %
			Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
0025-PB	339014	13.584,00	11.956,30	11.956,30	11.956,30	-	-	88,02
0025-PB	339030	2.502,37	1.902,37	1.780,49	1.665,64	114,85	121,88	76,02
0025-PB	339033	2.200,00	-	-	-	-	-	0,00
0025-PB	339039	1.400,00	1.161,30	1.041,30	961,30	80,00	120,00	82,95
0025-PB	339093	20,00	20,00	20,00	20,00	-	-	100
TOTAL		19.706,37	15.039,97	14.798,09	14.603,24	194,85	241,88	76,32
Execução Física da Ação - Metas								
Nº do	Descrição da meta	Unidade de	Montante				%	

subtítulo/ Localizador		medida	Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0025-PB	Fiscalizar insumos destinados à alimentação animal.	Fiscalização realizada (Unid.)	190	-	142	74,74
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-	-	-	-

Fonte: LOA 2013/SIAFI GERENCIAL/ SIAFI/SEFAG

Resultados

Tabela 15 - Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PO	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
20ZX – Fiscalização de Atividades Agropecuárias	FISCINAN13 - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal	Fiscalização Realizada	190	-	142	74,74
ATIVIDADE			Quantidade		Unidade	
1.1. Termo de fiscalização emitido			142		Unid.	
1.2. Coleta de amostra			53		Unid.	
1.3. Auto de infração.			15		Unid.	
1.4. Notificação.			29		Unid.	
1.5. Produto Registrado.			02		Unid.	
1.6. Amostras colhidas.			53		Unid.	
1.7. Amostras analisadas.			44		Unid.	
1.8. Produto Fiscalizado.			1.714		Unid.	
1.9. Produtos Analisados			44		Unid.	
1.10. Reunião Técnica Nacional.			-		Unid.	

Fonte: SEFAG/DDA/SFA-PB

2.2.3.5 - Análise Situacional

A execução das atividades de Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal foram realizadas de baseadas nas metas programadas no POA 2013. As mesmas foram prejudicadas com o advento do Decreto nº 7.689/2012, que limitou gastos com deslocamentos, forçando ao incremento/concentração das ações fiscais nas regiões metropolitanas (não careciam custeio), acarretando assim indesejadas soluções de continuidade, no controle dos processos e verificação a contento da legislação disciplinadora da atividade, no aspecto quali-quantitativo

No exercício de 2013, foram produzidos e/ou importados, por estabelecimentos do parque industrial do Estado da Paraíba, alimentos para animais, conforme: 215.697 toneladas de rações e concentrados; 797 toneladas de suplementos minerais; 2.460 toneladas de aditivos tecnológicos e 136.486 toneladas de ingredientes de origem vegetal e mineral.

No exercício de 2013 ocorreu intensificação da ação fiscal tanto em empresas fabricantes e comerciantes de alimentos para animais, como forma de assegurar a qualidade e inocuidade dos produtos colocados à disposição dos produtores rurais e à sociedade.

Para a execução das atividades programadas no POA/2013 do PO-FISCINAN13, contou-se com o FFA responsável Técnico pela execução das atividades.

A liberação dos recursos financeiros contingenciados pelo Decreto nº 7.689/2012 foram utilizados com parcimônia e zelo, em obediência aos princípios da moralidade administrativa.

Os restos a pagar processados referem-se às faturas de combustível e correspondências (correios), que foram liquidadas e não pagas até 31/12/2013, em razão da inoperabilidade do sistema. O pagamento foi realizado em janeiro/2014, quando da normalização do sistema.

Os restos a pagar não processados referem-se às faturas de combustível e correspondências (correios), relacionadas ao mês de dezembro e que somente são emitidas em 2014.

Não se registrou nenhum evento para capacitação.

◆ Plano Orçamentário 0009 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário – FISPROVET13

Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação								
Código	20ZX						Tipo: Atividade	
Descrição	Fiscalização de Atividades Agropecuárias							
Iniciativa	04D4 - Fiscalização de Atividades Agropecuárias							
Objetivo	0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.							
Programa	2028 – Defesa Agropecuária							
Unidade Orçamentária	22101 - MAPA							
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria							
Lei Orçamentária Anual - 2013								
Execução Orçamentária e Financeira								
Nº do subtítulo/ Localizador	Natureza da Despesa	Dotação Recebida	Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		Perc utilizado %
			Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
0025-PB	339014	12.709,44	12.709,44	12.709,44	12.709,44	-	-	100
0025-PB	339030	7.310,00	5.525,31	5.404,33	3.543,11	1.861,22	120,98	75,59
0025-PB	339033	1.958,00	-	-	-	-	-	0,00
0025-PB	339039	1.500,00	1.364,26	1.264,26	1.194,26	70,00	100,00	90,95
0025-PB	339093	90,02	90,02	90,02	90,02	-	-	100
TOTAL		23.567,46	19.689,03	19.468,05	17.536,83	1.931,22	220,98	83,54
Execução Física da Ação - Metas								
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante			%		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado			
0025-PB	Fiscalizar produtos de uso veterinário	Fiscalização realizada (Unid.)	378	-	455	120,37		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores								
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
-	-	-	-	-	-	-		

Fonte: LOA 2013/SIAFI GERENCIAL/ SIAFI/SEFAG

Resultados

Tabela 16 - Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PO	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
20ZX – Fiscalização de Atividades Agropecuárias	FISPROVET13 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário.	Produto fiscalizado (Unid.)	378	-	455	120,37
ATIVIDADE			Quantidade	Unidade		
1.1. Análise documental.			457	Unid.		
1.2. Relatoria de processos administrativos			66	Unid.		
1.3. Estabelecimentos comerciais registrados e licenciados			79	Unid.		
1.4. Estabelecimentos comerciais com licenças para funcionamento renovadas			338	Unid.		
1.5. Estabelecimentos comerciais com registros e licenças para funcionamento cancelados			23	Unid.		
1.6. Produtos de uso veterinário apreendidos			85	Unid.		
1.7. Autuação de processo.			170	Unid.		
1.8. Notificações emitidas			206	Unid.		
1.9. Termos de Julgamentos emitidos			84	Unid.		
1.10. Autos de infração emitidos			88	Unid.		
1.11. Autos de multas emitidos			84	Unid.		
1.12. Multas recolhidas			39	Unid.		
1.13. Multas recolhidas em R\$.			23.400,00	R\$		
1.14. Processos administrativos enviados à Procuradoria da Fazenda Nacional (PFN)			53	Unid.		
1.15. Total de estabelecimentos comerciais registrados.			479	Unid.		
1.16. Termos de Fiscalização emitidos.			455	Unid.		

Fonte: SEFAG/DDA/SFA-PB

2.2.3.5 - Análise Situacional

O Regulamento de Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário e dos Estabelecimentos que os Fabriquem ou Comerciem, aprovado pelo Decreto Nº 5.053, de 22 de abril 2004, estabelece no seu Art. 4º que “Todo estabelecimento que fabrique, manipule, fracione, envase, rotule, controle a qualidade, comercie, armazene, distribua, importe ou exporte produtos de uso veterinário para si ou para terceiros deve, obrigatoriamente, estar registrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para efeito de licenciamento”.

Apesar de o Estado da Paraíba dispor unicamente de estabelecimentos comerciais, a fiscalização deste segmento de produtos de uso veterinário se revela como uma atividade muito laboriosa já que tem exigido dos envolvidos considerável dedicação e envolvimento, sem os quais se tornaria difícil levar a bom termo a sua execução, tal grande é a quantidade de estabelecimentos por fiscalizar e o trabalho burocrático resultante à ação fiscal. As atividades relacionadas à Ação estão elencadas e quantificadas na Tabela 02 (Resultados).

Considerando a expressiva quantidade de cidades com estabelecimentos comerciais de produtos de uso veterinário e o grande número de estabelecimentos registrados e licenciados; a

obrigatoriedade da renovação anual das licenças para funcionamento e ainda a insuficiente força de trabalho disponível, se decidiu pela execução da ação fiscal de forma planejada, donde foi estabelecido um cronograma de fiscalizações compatível com aquele que foi executado no ano de 2012 onde foram priorizados os estabelecimentos com licenças vencidas ou por vencer e o registro de novos estabelecimentos – alguns, localizados em cidades ainda não contempladas pela fiscalização.

A seguir, apresentam-se detalhadas algumas das atividades desenvolvidas pelo Serviço:

1. Fiscalizações

Foram realizadas em 455 (quatrocentos e cinquenta e cinco) estabelecimentos, representando uma diminuição de 56 (cinquenta e seis) fiscalizações (10,95%) quando comparado com o ano de 2012 (511 fiscalizações). Destas, 322 (70,76%), ocorreram nas cidades do interior do estado e 133 (29,24%), nas cidades de João Pessoa, Bayeux, Santa Rita e Cabedelo. Como resultado foi renovada as licenças de 338 (trezentos e trinta e oito) estabelecimentos, cancelados os registros e licenças de 23 (vinte e três) e registrados 79 (setenta e nove).

Das 129 (cento e vinte e nove) cidades com estabelecimentos registrados, 20 (vinte) ou 15,50% não tiveram seus estabelecimentos fiscalizados por não ter havido descentralização financeira, tal qual prevista no POA. Estas cidades estão localizadas na região do Cariri, onde estão presentes 31 (trinta e um) estabelecimentos, ou 7,32% do total de registrados.

Quanto à meta física estadual estabelecida pela Coordenação Nacional para a fiscalização de produtos de uso veterinário, de 378 (trezentas e setenta e oito) fiscalizações, a mesma foi superada em 20,38%, uma vez que foram realizadas 77 (setenta e sete) a mais.

Dos 423 estabelecimentos com registro no final do ano de 2012, 392 (92,68%) foram contemplados pela ação fiscal durante o ano de 2013. Os 31 (7,32%) restantes, localizados em 21 (vinte e uma) cidades da região do Cariri, deixaram de ser fiscalizados por não ter havido descentralização financeira, tal qual prevista no POA.

Como suporte e em adição à ação fiscal, empregou-se um contínuo trabalho educativo e de conscientização junto aos comerciantes, no tocante ao cumprimento da legislação em voga.

2. Registro e licenciamento de estabelecimentos

Dos 423 estabelecimentos com registro no final do ano de 2012, 392 (92,68%) foram contemplados pela ação fiscal durante o ano de 2013. Os 31 (7,32%) estabelecimentos restantes, localizados na região do Cariri, deixaram de ser fiscalizados por não ter havido descentralização financeira, tal qual prevista no POA.

Atualmente existem 479 (quatrocentos e setenta e nove) estabelecimentos comerciais de produtos de uso veterinário registrados, o que representa um aumento de 56 (cinquenta e seis) estabelecimentos ou 13,23%, em relação ao ano de 2012, descontados aqueles que foram cancelados. Quanto à distribuição espacial, estes estabelecimentos estão presentes em 129 (cento e vinte e nove) das 223 (duzentas e vinte e três) cidades do estado, o que representa 57,84% delas. No ano de 2012 esta relação era na ordem de 57,40% ou 128 (cento e vinte e oito) cidades. Observa-se que houve aumento considerável no número de estabelecimentos registrados em relação ao ano de 2012, (56 ou 13%), porém o número de cidades com estes estabelecimentos ficou praticamente inalterado.

3. Renovação de licença para funcionamento

As renovações foram realizadas de acordo com as solicitações apresentadas pelos interessados. Enquanto no ano de 2012 foram procedidas 290 (68,55% do total de registrados), em 2013 este número foi de 338 (79,90% do total de registrados). Os demais, 85 (20,10%) estabelecimentos, estão em processo de renovação, não requereram as suas renovações ou não estão com as suas licenças caducas.

Constata-se que alguns comerciantes insistem em não procederem à renovação de suas licenças para funcionamento, a despeito da ação fiscal e do contínuo trabalho de esclarecimento e

conscientização empreendido. Por decorrência, estes estabelecimentos têm sido devidamente autuados e penalizados.

4. Cancelamento de registro e de licença para funcionamento

Foram cancelados os registros de 23 (vinte e três) estabelecimentos, por solicitação dos interessados ou constatação de abandono das suas atividades comerciais. Constata-se que o número de estabelecimentos cancelados no ano de 2013 foi praticamente o mesmo de 2012 (24).

5. Autos de infração

O Serviço lavrou 88 (oitenta e oito) autos de infração relacionados a 83 (oitenta e três) estabelecimentos comerciais, enquanto em 2012, foram autuados 36 (trinta e seis) estabelecimentos. Os autos emitidos tiveram como motivação a ausência de registro (33 ou 37,50%), caducidade da vigência da licença para funcionamento (44 ou 50,00%), inconformidades relacionadas aos produtos comercializados (08 ou 9,0 %) ou descumprimento a atos emanados pela fiscalização (03 ou 3,5%). O pequeno número de autos relacionados aos produtos comercializados nos remete a considerar que tenham sido motivados pelo trabalho educativo empreendido pela fiscalização; por outro lado, não se observa o mesmo esclarecimento ou preocupação por parte de alguns comerciantes em registrarem os seus estabelecimentos ou procederem à renovação anual das suas licenças para funcionamento, o que explica o considerável número de autos emitidos por estes motivos.

6. Penalidades

A apuração de processos administrativos de fiscalização instaurados no ano de 2013 culminou com a aplicação de penalidades a 83 (oitenta e três) estabelecimentos (332% a mais em relação ao ano de 2012), todos eles penalizados com multas, que redundaram no valor total de R\$ 88.200,00 (oitenta e oito mil e duzentos Reais).

Dos 83 (oitenta e três) estabelecimentos penalizados, 39 (46,98%), recolheram as suas multas, totalizando R\$ 23.400,00 (26,53% do valor total) e no ano de 2012 foi de 23,81% do valor total devido ao erário público. Os outros 44 (quarenta e quatro) estabelecimentos (53,02%) que não recolheram as suas multas tiveram os seus processos encaminhados à Chefia do Serviço para envio conseqüente à Procuradoria da Fazenda Nacional (PFN), conforme estabelecido em lei.

7. Apreensão de produtos de uso veterinário

Constatou-se que o contínuo trabalho educativo empreendido junto aos comerciantes, conjuntamente com o emprego da ação fiscal rotineira, levou-os a adotarem práticas que redundaram positivamente na qualidade dos produtos comercializados. Por decorrência, foram apreendidos somente 85 (oitenta e cinco) produtos de uso veterinários, motivados por irregularidades relacionadas ao prazo de validade ou as suas embalagens.

8. Trabalho educativo

Foi empreendido contínuo trabalho educativo junto aos comerciantes quando da ação fiscal, apoiado pela distribuição de material impresso com orientações relacionadas ao bom funcionamento dos seus estabelecimentos.

9. Participação em cursos, treinamentos e outras atividades

Não houve participação de Fiscais em cursos ou congêneres. O fiscal Roberto Carlos Rocha de Moura participou, em atenção à solicitação do Departamento de Fiscalização de Insumos Agropecuários (DFIP), de 01 (uma) força-tarefa na cidade de Brasília, em serviço de análise de registros de produtos de uso veterinário.

10. Informações orçamentárias e financeiras da Ação

Considerando-se as cinco dotações disponíveis, a execução orçamentária e financeira foi na ordem de 83,54%, tendo sido utilizados 75,59% dos recursos disponíveis na rubrica 33.90.30 (material de consumo), 90,95% da rubrica 33.90.39 (pessoa jurídica), 100,00% da rubrica 33.90.14 (despesas com diárias – pessoal civil), 0,00% da rubrica 33.90.33 e 100,00% na rubrica 33.90.93. Não houve execução orçamentária na rubrica 33.90.33 por não ter havido o Encontro Nacional do Departamento de Fiscalização de Insumos pecuários (DFIP).

Trinta e um (31) estabelecimentos comerciais (32% do total de estabelecimentos registrados), localizados em vinte e uma (21) cidades da região do Cariri, deixaram de ser fiscalizados por não ter havido descentralização financeira, tal qual prevista no POA.

Quanto ao custo por fiscalização realizada, se considerarmos para o cálculo apenas as despesas relacionadas com o pagamento de combustível e diárias, teremos um valor médio de R\$ 35,72 (Trinta e cinco Reais e setenta e dois centavos), o que entendemos ser um valor de pequena monta se levarmos em conta resultados advindos.

11. Força de trabalho

A execução das diversas atividades relacionadas à Ação é realizada diretamente por dois Fiscais do Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários (SEFAG/DDA), apoiados por outros dois das Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (UTRA) nas cidades de Campina Grande e Patos. Também contou com a parceria do Conselho Regional de Medicina Veterinária na Paraíba – CRMV-PB, no acompanhamento dos trabalhos afetos aos Médicos Veterinários responsáveis técnicos dos estabelecimentos comerciais de produtos de uso veterinário.

Quanto ao quantitativo da força de trabalho, identificamos a necessidade premente de que seja colocado à disposição da Ação FISPROVET 1 um funcionário de nível médio para auxiliar os fiscais na execução das diversas atividades burocráticas existentes.

12. Cumprimento da meta física

Considerando-se que a única meta física estabelecida para a Ação era a realização de trezentas e setenta e oito fiscalizações (378) e foram executadas quatrocentos e cinquenta e cinco (455), a meta foi superada em 20,38%, ou 77 (setenta e sete) a mais. Esta superação ocorreu graças ao incremento da fiscalização. Merece igualmente registro o empenho e apoio prestado pelo Chefe do Serviço.

Para a execução da Ação, o Serviço contou com o apoio das Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (UTRA) nas cidades de Campina Grande e Patos, e estabeleceu parceria com o Conselho Regional de Medicina Veterinária na Paraíba – CRMV-PB no trato dos assuntos relacionados à responsabilidade técnica.

13. Restos a Pagar

Os restos a pagar processados referem-se às faturas de combustível, aquisição de pneus e correspondências (correios), que foram liquidadas e não pagas até 31/12/2013, em razão da inoperabilidade do sistema. O pagamento foi realizado em janeiro/2014, quando da normalização do sistema.

Os restos a pagar não processados referem-se às faturas de combustível e correspondências (correios), relacionadas ao mês de dezembro e que somente são emitidas em 2014.

14. Considerações finais

Apesar do elevado número de atividades relacionadas à ação fiscal, os resultados obtidos se mostraram satisfatórios, já que a meta foi superada. Em adição, registramos o imenso número de atividades burocráticas elencadas e descritas neste relatório, que, embora necessárias e indispensáveis, consumiram um considerável espaço de tempo dos fiscais envolvidos, levando-os a executarem atividades que poderiam ser realizadas por funcionário de nível médio. Por decorrência, ratifica-se a necessidade de um maior apoio administrativo a este setor de fiscalização.

Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG

Equipe de Trabalho

Marina Souza Miguel do Amaral Gurgel – Chefe a partir de 21/11/2013

Virgínio Carneiro da Silva – Médico Veterinário - Fiscal Federal Agropecuário – Chefe Substituto a partir de 26/11/2013

Adalberto Nunes Soares – Eng. Agrônomo – Assistente Técnico Nível Superior – Chefe até 01/06/2013

Manoel Octávio Silveira da Mota – Zootecnista - Fiscal Federal Agropecuário

Hermes Ferreira Barbosa – Eng. Agrônomo – Fiscal Federal Agropecuário.

Cilene Medeiros de Araújo - Auxiliar de Administração.

Liana Inêz Valério dos Santos – Digitadora (terceirizada).

O DPDAG é composto pelos seguintes Programas, Objetivos, Iniciativas e respectivas Ações relacionadas a seguir:

➤ PROGRAMA: 2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização.

OBJETIVO 0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.

◆ INICIATIVA: 02XH - Apoio a projetos de desenvolvimento e fomento do setor agropecuário.

◆ AÇÃO: 20ZV – Fomento ao Setor Agropecuário.

- PLANO ORÇAMENTÁRIO 000A – Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – **IG – INDGRAF13**

- PLANO ORÇAMENTÁRIO 000C – Fomento à Conservação e ao Uso Sustentável de Recursos Genéticos para Agricultura e Alimentação – **REGENAGRO13**

- PLANO ORÇAMENTÁRIO 000F – Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização de Contratos de Repasse, Convênios e Instrumentos Congêneres – **FISCON13**

- PLANO ORÇAMENTÁRIO 0006 – Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Cadeias Produtivas Agrícolas – **APOIOAGRI13**

◆ PLANO ORÇAMENTÁRIO 000A – Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – IG – **INDGRAF13**

Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação	
Código	20ZV Tipo: Atividade
Descrição	Fomento ao Setor Agropecuário
Iniciativa	02XH - Apoio a projetos de desenvolvimento e fomento do setor agropecuário
Objetivo	0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.
Programa	2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização
Unidade Orçamentária	22101 - MAPA
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria
Lei Orçamentária Anual - 2013	
Execução Orçamentária e Financeira	

Nº do subtítulo/ Localizador	Natureza da Despesa	Dotação Recebida	Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		Perc utiliza do %
			Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
0025-PB	339014	4.083,98	3.658,18	3.658,18	3.658,18	-	-	89,57
0025-PB	339030	400,00	69,40	69,40	69,40	-	-	17,35
0025-PB	339033	1.163,42	1.163,42	1.163,42	1.163,42	-	-	100
0025-PB	339092	1.247,21	1.247,21	1.247,21	1.247,21	-	-	100
TOTAL		6.894,61	6.138,21	6.138,21	6.138,21	-	-	89,03
Execução Física da Ação - Metas								
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante			%		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado			
0025-PB	Fomentar a indicação geográfica de produtos agropecuários.	Nº de municípios atendidos	22	-	25	113,6		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores								
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
-	-	-	-	-	-	-		

Fonte: LOA 2013/SIAFI GERENCIAL/ SIAFI/DPDAG

Resultados

Tabela 17 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PO	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
20ZV – Fomento ao Setor Agropecuário	INDGRAF13 - Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários.	Cadeia Produtiva Atendida (Unid.)	03	-	03	100
PROCESSO	PO	PRODUTO	FÍSICO			
01. Levantamento de produtos agropecuários com potencial de indicação geográfica e Apoio a projetos de promoção da IG.	INDGRAF13	Município Atendido (Unid.)	22	-	25	113,6
ATIVIDADE			QUANTIDADE	UNIDADE		
1.1. Reunião Técnica no IFRN, com objetivo de prospecção e planejamento de atividades para desenvolvimento de IG do queijo artesanal da região. Mês: Março. Local: Currais Novos/RN.			01	reunião/prospecção		
1.2. Reunião Ordinária do Fórum de Fruticultura da Borborema. Mês: Abril. Local: Campina Grande/PB..			02	reunião		

1.3. Reunião do Fórum de Fruticultura do Vale do Piranhas e prospecção do queijo de Pombal e coco de Sousa, conforme metodologia de trabalho preconizada pela Coordenação de Indicação Geográfica. Mês: Abril, Maio, Junho. Local: Campina Grande, Sousa e Pombal/PB.	04	palestra/prospecção
1.4. I Encontro Internacional: Indicação geográfica, Patrimônio Cultural e Queijos de Leite Cru. Mês: Junho. Local: Belo Horizonte/MG.	01	seminário
1.5. Reunião Extraordinária do Comitê Gestor da Cadeia Produtiva do Algodão Colorido da Paraíba. Mês: Maio. Local: Campina Grande/PB.	01	reunião
1.6 Reunião Técnica na Embrapa Algodão, com a finalidade de discutir a implantação do Conselho Regulador da Indicação Geográfica do Algodão Colorido da Paraíba. Mês: Junho, Julho. Local: Campina Grande/PB.	02	reunião
1.7 Reunião Técnica promovida pela DPDAG, com objetivo de prospecção do caju. Mês: Junho. Local: Tacima/PB.	02	reunião
1.8. Prospecção sobre a possibilidade de implantação de marca coletiva para o caju produzido na região de Tacima. Mês: Julho Local: Tacima/PB.	01	prospecção
1.9. Prospecção do Queijo Artesanal do Seridó, conforme determinação da Coordenação de Indicação Geográfica. Mês: Agosto. Local: Jardim do Seridó e Currais Novos/RN.	02	palestra/reunião/pr ospecção
1.10. Visita técnica às áreas de cultivo de caju e reunião técnica no SEBRAE, visando possibilidade de trabalho com marca coletiva. Mês: Setembro. Local: João Pessoa e Campina Grande/PB.	01	reunião/visita técnica
1.11. Prospecção do potencial da IG Abacaxi da Paraíba. Mês: Setembro. Local: Areia/PB.	01	visita/reunião
1.12 Palestra intitulada “Valorizando o Produto com o Uso da Indicação Geográfica” e participação no Seminário AGROEX	01	seminário/palestra

Fonte: DPDAG/SFA-PB

2.2.3.5 - Análise Situacional

No ano de 2013, os trabalhos com o PI INDGRAF tiveram foco na aplicação da metodologia desenvolvida pela Coordenação de Indicação Geográfica, intitulada “Manual do Processo de Serviço: Incentivar o Uso dos Signos Distintivos Indicações Geográficas e Marcas Coletivas. O objetivo deste Manual é padronizar a atuação dos servidores do MAPA em relação ao incentivo ao uso dos signos distintivos, indicações geográficas e marcas coletivas, como ferramenta de desenvolvimento rural. Nesse contexto, foram modelados quatro subprocessos técnicos. São eles: Prospecção, Sensibilização, Diagnóstico e Fortalecimento das cadeias produtivas regionais para uso dos signos distintivos. Inclui-se também o subprocesso administrativo de descentralização de recursos.

A estratégia utilizada nesta proposta de trabalho busca fortalecer a atuação dos servidores como: articuladores do processo de desenvolvimento territorial local; articuladores e provedores de capacitação técnica para o uso dos signos distintivos e, finalmente, como agentes de informação sobre o uso dos signos distintivos.

As ações de incentivo ao uso dos signos distintivos da qualidade vinculada à origem geográfica dos produtos, no âmbito de competência do MAPA, além de estimular a proteção da propriedade intelectual já existente na região, pela elaboração de produtos típicos e/ou Tradicionais,

objetivam promover o desenvolvimento e a sustentabilidade das cadeias produtivas regionais de forma coletiva e com benefícios compartilhados.

Nessa linha de trabalho, a DPDAG/PB direcionou seus trabalhos com foco no subprocesso de Prospecção de produtos agropecuários, priorizando as cadeias do Coco de Sousa, Queijo Coalho e Manteiga do Seridó, Algodão Colorido da Paraíba e Caju de Curimataú. Embora o desenvolvimento dos trabalhos com essas diferentes cadeias estivesse em diferentes níveis, diante de orientação da Coordenação de Indicação Geográfica, foi realizado um trabalho detalhado de prospecção destas cadeias. Acrescenta-se também o trabalho realizado na cadeia produtiva do Algodão Colorido da Paraíba, que se encontra com a Indicação de Procedência concedida pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), com a discussão sobre a formação do Conselho Regulador, fundamental para o bom desenvolvimento da cadeia na fase chamada Pós-IG.

Os trabalhos poderiam ter avançado mais, não fosse o contingenciamento de recursos e a liberação abaixo do previsto no Plano Operativo anual de 2013. A restrição orçamentária também acabou interferindo nos trabalhos do Fórum de Fruticultura do Vale do Piranhas, pois, devido ao mesmo problema financeiro, a DPDAG não teve condições de participar de todas as reuniões do Fórum. Ressalta-se que as reuniões ordinárias do referido Fórum são realizadas no município de Sousa, distante 450 km da capital João Pessoa, e recursos financeiros são necessários para a participação na reunião. Devido a esse motivo, o processo de reconhecimento da indicação geográfica do Coco de Sousa, importantíssimo ao desenvolvimento regional, praticamente não foi adiante. Aguarda-se para o ano de 2014 que os recursos financeiros sejam liberados a contento e nos períodos programados, sob pena dos trabalhos realizados por esta Divisão perderem a credibilidade perante aos produtores rurais e a sociedade em geral.

Para o ano de 2014 a expectativa é grande, pois foram contratados consultores que apoiarão os trabalhos de IG, principalmente os relacionados ao Queijo Coalho e Manteiga do Seridó. Com relação a cadeia do algodão colorido, espera-se a continuidade dos trabalhos para a consolidação a nível nacional e internacional do selo de IG, com mecanismos de controle e rastreabilidade que garantam a qualidade do produto. Já para o Coco de Sousa, a expectativa é que os recursos garantam a volta aos trabalhos com essa importante cadeia produtiva regional e que seja encaminhado ao INPI o pedido de concessão da Indicação Geográfica do Coco de Sousa.

♦ PLANO ORÇAMENTÁRIO 000C – Fomento à Conservação e ao Uso Sustentável de Recursos Genéticos para Agricultura e Alimentação – **REGENAGRO13**

Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação					
Código	20ZV				Tipo: Atividade
Descrição	Fomento ao Setor Agropecuário				
Iniciativa	02XH - Apoio a projetos de desenvolvimento e fomento do setor agropecuário				
Objetivo	0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.				
Programa	2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização				
Unidade Orçamentária	22101 - MAPA				
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Lei Orçamentária Anual - 2013					
Execução Orçamentária e Financeira					
Nº do subtítulo/	Natureza da Despesa	Dotação Recebida	Despesa	Restos a Pagar inscritos 2013	Perc utiliz

Localizador			Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	ado %
0025-PB	339093	237,86	237,86	237,86	237,86	-	-	100,00
Execução Física da Ação - Metas								
Nº do subtítulo/Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			%	
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores								
Nº do subtítulo/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
-	-	-	-					

Fonte: LOA 2013/SIAFI GERENCIAL/ SIAFI/DPDAG

2.2.3.5 - Análise Situacional

No ano de 2013, não houve repasse de recursos para o desenvolvimento das atividades do PO REGENAGRO13. O valor citado na tabela acima refere-se ao pagamento de diárias do exercício de 2012.

◆ PLANO ORÇAMENTÁRIO 000F – Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização de Contratos de Repasse, Convênios e Instrumentos Congêneres – **FISCON13**

Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação								
Código	20ZV						Tipo: Atividade	
Descrição	Fomento ao Setor Agropecuário							
Iniciativa	02XH - Apoio a projetos de desenvolvimento e fomento do setor agropecuário							
Objetivo	0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.							
Programa	2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização							
Unidade Orçamentária	22101 - MAPA							
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria							
Lei Orçamentária Anual - 2013								
Execução Orçamentária e Financeira								
Nº do subtítulo/Localizador	Natureza da Despesa	Dotação Recebida	Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		Perc utilizado %
			Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
0025-PB	339014	2.992,00	2.846,92	2.846,92	2.846,92	-	-	95,15
Execução Física da Ação - Metas								
Nº do subtítulo/Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			%	
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-	-	-	-

Fonte: LOA 2013/SIAFI GERENCIAL/ SIAFI/DPDAG

* A Coordenação deste PI não estabeleceu nenhum tipo de meta para a DPDAG, e, como os recursos são repassados via emenda parlamentar, as análises das Propostas/Planos de Trabalho são efetuadas por demanda. As metas trabalhadas dizem respeito à quantidade de Propostas que chegam à DPDAG e as que são analisadas por esta Divisão. Neste caso, em 2013, houve 100% de análises, ou seja, todas as propostas que chegaram, foram analisadas e encaminhadas.

2.2.3.5 - Análise Situacional

Das noventa e duas emendas analisadas, 89 (oitenta e nove) foram aprovadas, 1 (uma) foi rejeitada, 1 (uma) encontra-se em complementação e 1 (uma) não foi proposta, conforme observado acima. Também foram analisados e aprovados 25 (vinte e cinco) ajustes de Planos de Trabalho contemplados com recursos de Emendas Parlamentares relativos à exercícios anteriores;

Com relação às ações relativas ao PO FISCON, os recursos liberados foram destinados à fiscalização dos Contratos de Repasse celebrados entre o MAPA e as Prefeituras, através de Emendas Parlamentares, verificando-se *in loco* se os objetos previstos no Plano de Trabalho foram adquiridos e estavam sendo utilizados de acordo com o preconizado. Foram fiscalizados 08 (oito) contratos de repasse nos municípios de Lucena/PB, Araruna/PB, Dona Inês/PB, Arara/PB, Cuité/PB, Montadas/PB, Lagoa Seca/PB e Alagoa Grande/PB, contemplados com recursos de Emendas Parlamentares. Constatou-se que nesses oito municípios os bens adquiridos estavam em conformidade com o Plano de Trabalho e Objeto, não ocorrendo irregularidades. Analisando-se os valores repassados aos municípios (tabela abaixo) e os valores liberados para a atividade de fiscalização, verifica-se uma enorme diferença, de modo que a DPDAG/PB sugere que haja um aumento nas verbas destinadas à fiscalização dos contratos de repasse, com mais municípios sendo visitados pela fiscalização.

Espera-se que com os recursos das emendas parlamentares que sejam celebrados junto à Caixa Econômica Federal sejam beneficiados direta e indiretamente aproximadamente 155.505 (cento e cinquenta e cinco mil e quinhentos e cinco) produtores rurais dos municípios citados acima, conforme 4 (quatro) critérios estabelecidos:

- 1) Número de produtores rurais a serem atendidos, conforme declarado no Plano de Uso Racional e na Declaração do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS;
- 2) Estimativa com base no número de famílias x 4 (quatro) pessoas, conforme consta na Declaração do CMDRS;
- 3) Estimativa com base no número de comunidades contidas no Plano de Uso Racional x 100 (cem) pessoas em média;
- 4) Estimativa de 30% em média sobre a população rural total do município, calculada com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentados no campo de justificativa.

No decorrer do exercício de 2013, foram analisadas 92 (noventa e duas) Propostas/Planos de Trabalho, no valor total de R\$ 25.877.943,75, conforme descritos na tabela abaixo:

Tabela 18 – Contratos de Repasse 2012

Contrato de Repasse 2013			
MUNICÍPIO	SICONV	OBJETO	VALOR (R\$)

1. São José dos Ramos	030827/2013	Patrulha Mecanizada	351.000,00
2. Santa Inês	073820/2013	Patrulha Mecanizada	146.250,00
3. Nova Olinda	033789/2013	Patrulha Mecanizada	292.500,00
4. Coremas	040429/2013	Patrulha Mecanizada	195.000,00
5. Tacima	030831/2013	Patrulha Mecanizada	370.500,00
6. Cacimbas	073797/2013	Patrulha Mecanizada	195.000,00
7. Monteiro	041023/2013	Patrulha Mecanizada	487.500,00
8. Amparo	038946/2013	Patrulha Mecanizada	146.250,00
9. Livramento	043566/2013	Patrulha Mecanizada	146.250,00
10. São Bento	040232/2013	Patrulha Mecanizada	146.250,00
11. S. Sebastião de Lagoa de Roça	031618/2013	Patrulha Mecanizada	195.000,00
12. Boqueirão	031512/2013	Patrulha Mecanizada	370.500,00
13. Paulista	032665/2013	Patrulha Mecanizada	243.750,00
14. Caldas Brandão	031059/2013	Patrulha Mecanizada	370.500,00
15. Piancó	032672/2013	Patrulha Mecanizada	243.750,00
16. Campina Grande	043717/2013	Patrulha Mecanizada	1.657.500,00
17. Santana dos Garrotes	070006/2013	Patrulha Mecanizada	97.500,00
18. São Francisco	072578/2013	Patrulha Mecanizada	146.250,00
19. Monte Horebe	038897/2013	Patrulha Mecanizada	146.250,00
20. Fagundes	034565/2013	Patrulha Mecanizada	536.250,00
21. S. Sebastião de Lagoa Roça	039318/2013	Patrulha Mecanizada	156.000,00
22. Alagoa Grande	039273/2013	Patrulha Mecanizada	146.250,00
23. Caldas Brandão	039331/2013	Patrulha Mecanizada	175.500,00
24. Sobrado	039343/2013	Patrulha Mecanizada	243.750,00
25. Pocinhos	042974/2013	Patrulha Mecanizada	341.250,00
26. Lagoa Seca	051802/2013	Patrulha Mecanizada	438.750,00
27. Carrapateira	048269/2013	Patrulha Mecanizada	165.750,00
28. Bernardino Batista	042925/2013	Patrulha Mecanizada	156.000,00
29. Cacimbas	047720/2013	Patrulha Mecanizada	195.000,00
30. Massaranduba	048566/2013	Patrulha Mecanizada	146.250,00
31. Serra Grande	049059/2013	Patrulha Mecanizada	156.000,00
32. Prata	042786/2013	Patrulha Mecanizada	243.750,00
33. Santa Cruz	054440/2013	Recuperação de Estradas vicinais	487.500,00
34. Bom Sucesso	049125/2013	Patrulha Mecanizada	292.500,00
35. S. João do Rio do Peixe	044053/2013	Patrulha Mecanizada	292.500,00
36. Condado	042037/2013	Patrulha Mecanizada	146.250,00
37. Esperança	046954/2013	Patrulha Mecanizada	487.500,00

38. Caturité	046120/2013	Patrulha Mecanizada	156.000,00
39. Catolé do Rocha	054221/2013	Reforma e Recuperação do Centro de Abastecimento	341.250,00
40. Bananeiras	076811/2013	Reforma do Mercado Público Municipal	292.500,00
41. Caraubas	054601/2013	Patrulha Mecanizada	243.750,00
42. Cubati	054697/2013	Patrulha Mecanizada	156.000,00
43. Riachão do Poço	060210/2013	Patrulha Mecanizada	146.250,00
44. Caturité	055688/2013	Patrulha Mecanizada	175.500,00
45. Boa Vista	058190/2013	Patrulha Mecanizada	195.000,00
46. Cacimba de Dentro	055768/2013	Patrulha Mecanizada	292.500,00
47. Pedra Branca	065180/2013	Patrulha Mecanizada	170.625,00
48. Boa Ventura	055324/2013	Patrulha Mecanizada	341.250,00
49. Cacimba de Areia	063941/2013	Patrulha Mecanizada	170.625,00
50. Salgado de São Félix	056956/2013	Reforma e ampliação Mercado Público	585.000,00
51. Solânea	059100/2013	Patrulha Mecanizada	195.000,00
52. Guarabira	060236/2013	Reforma Mercado Central	458.250,00
53. Barra de Santa Rosa	062394/2013	Patrulha Mecanizada	145.500,00
54. São Francisco	064313/2013	Patrulha Mecanizada	146.250,00
55. Esperança	067388/2013	Construção Matadouro Público Municipal	682.500,00
56. Salgado de São Félix	067773/2013	Construção Matadouro Público Municipal	585.000,00
57. Damião	068463/2013	Patrulha Mecanizada	195.000,00
58. Soledade	067259/2013	Construção Matadouro Municipal	507.000,00
59. Pirpirituba	060879/2013	Construção Matadouro Municipal	487.500,00
60. Caiçara	079160/2013	Patrulha Mecanizada	146.250,00
61. Sumé	085460/2013	Patrulha Mecanizada	341.250,00
62. Monteiro ¹	086995/2013	Passagens Molhadas	487.500,00
63. Umbuzeiro	056962/2013	Construção Abatedouro Público	633.750,00
64. São Bentinho	075181/2013	Construção Passagem Molhada e Perfuração e Instalação de Poço Tubular	292.500,00
65. Piancó	088917/2013	Patrulha Mecanizada	370.500,00
66. São Francisco	090866/2013	Patrulha Mecanizada	195.000,00
67. Caturité	089222/2013	Patrulha Mecanizada	243.750,00
68. Santa Inês	089970/2013	Patrulha Mecanizada	146.250,00
69. Campina Grande	080766/2013	Patrulha Mecanizada	487.500,00
70. Livramento	068579/2013	Patrulha Mecanizada	97.500,00
71. Santa Inês	096704/2013	Patrulha Mecanizada	146.250,00
72. Barra de Santa Rosa	044901/2013	Patrulha Mecanizada	204.750,00
73. Jericó	092827/2013	Patrulha Mecanizada	146.250,00

74. Jericó	97632/2013	Patrulha Mecanizada	146.250,00
75. Logradouro	099294/2013	Construção Central Comercialização Agricultura Familiar	243.750,00
76. São Domingos	045919/2013	Patrulha Mecanizada	142.593,75
77. São José dos Cordeiros	045959/2013	Patrulha Mecanizada	142.593,75
78. Mogeiro	045728/2013	Patrulha Mecanizada	142.593,75
79. Congo	099377/2013	Patrulha Mecanizada	146.250,00
80. Cacimba de Areia	045336/2013	Patrulha mecanizada	143.325,00
81. São João do Cariri	046430/2013	Patrulha Mecanizada	142.593,75
82. Vista Serrana	061486/2013	Patrulha Mecanizada	114.075,00
83. Conde	045654/2013	Patrulha mecanizada	142.593,75
84. Cajazeiras	065503/2013	Patrulha Mecanizada	127.481,25
85. Cajazeirinhas	046345/2013	Patrulha Mecanizada	142.593,75
86. Manaira	098979/2013	Construção Matadouro Publico	438.750,00
87. Barra de São Miguel	044913/2013	Patrulha Mecanizada	204.750,00
88. Barra de São Miguel	042594/2013	Construção Matadouro Público	565.500,00
89. Cuité	042978/2013	Construção Matadouro Público	702.000,00
90. Monteiro	085126/2013	Reforma Mercado Público Municipal	487.500,00
91. Lastro 2	085952/2013	Patrulha Mecanizada	195.000,00
92. Lucena 3			146.250,00
TOTAL			25.877.943,75

Fonte: DPDAG/SFA-PB

- Observação¹ - Prefeitura Municipal de Monteiro /PB:

A Proposta/Plano de Trabalho Siconv 085126/2013, com valor do repasse de R\$ 487.500,00 tendo como objeto a Reforma de Mercado Público Municipal foi rejeitada, pois houve um equívoco por parte da Proponente, uma vez que no ofício do Parlamentar Senador Cicero Lucena, dirigido ao Senhor Ministro da Agricultura, consta claramente que o objeto é o de Construção de Passagens Molhadas, o que foi corrigido pela Proponente, conforme Siconv 086995/2013, cuja Proposta/Plano de Trabalho foram analisados e aprovados por esta DPDAG-SFA-PB.

- Observação² : Prefeitura Municipal de Lastro/PB:

Proposta/Plano de Trabalho Siconv 085952/2013, com valor do Repasse R\$ 195.000,00 de autoria do Deputado Leonardo Gadelha, cuja Emenda foi transferida pelo Deputado Leonardo Gadelha para o Município de São Francisco/PB com o número de Siconv 090866/2013, devidamente analisada e aprovada por esta DPDAG-SFA- PB. Ainda com relação à Proposta/Plano de Trabalho do Município de Lastro/PB com o Siconv 085952/2013 mantivemos contato direto com o Prefeito Senhor Wilmeson Emanuel Mendes Sarmiento no Gabinete do Superintendente Como a Proposta apresentou diversas pendências em relação à adequação do objeto proposto, colocamos em complementação e conversamos por telefone por diversas vezes, tendo o Prefeito alegado que ia buscar apoio de outro Parlamentar, e, como não foram feitas as complementações solicitadas, não foi possível viabilizar a análise e a aprovação do pleito.

- Observação³ : Prefeitura Municipal de Lucena/PB:

Repasse R\$ 146.250,00. Apesar de haver remetido ao Prefeito Senhor Marcelo Sales de Mendonça, o ofício de nº 02/2013/GAB-SFA-PB de 06.06.2013 e reiterado através do ofício nº 467/2013/GAB-SFA-PB em 07 de novembro de 2013, nos quais foram solicitadas providências para o cadastramento da proposta, a fim de gerar o número do Siconv, o referido Prefeito não tomou nenhuma providência, inviabilizando a análise e aprovação.

◆ PLANO ORÇAMENTÁRIO 0006 – Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Cadeias Produtivas Agrícolas – APOIOAGRI13

Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação								
Código	20ZV						Tipo: Atividade	
Descrição	Fomento ao Setor Agropecuário							
Iniciativa	02XH - Apoio a projetos de desenvolvimento e fomento do setor agropecuário							
Objetivo	0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.							
Programa	2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização							
Unidade Orçamentária	22101 - MAPA							
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria							
Lei Orçamentária Anual - 2013								
Execução Orçamentária e Financeira								
Nº do subtítulo/ Localizador	Natureza da Despesa	Dotação Recebida	Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		Perc utilizado %
			Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
0025-PB	339014	997,93	997,93	997,93	997,93	-	-	100
0025-PB	339036	442,50	442,50	442,50	442,50	-	-	100
TOTAL		1.440,43	1.440,43	1.440,43	1.440,43	-	-	100
Execução Física da Ação - Metas								
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante			%		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado			
	*							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores								
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
-	-	-	-	-	-	-		

Fonte: LOA 2013/SIAFI GERNAL/ SIAFI/DPDAG

* A Coordenação deste PO não estabeleceu nenhum tipo de meta para a DPDAG.

Resultados

Tabela 19 – Resultados alcançados da ação

Atividade	Quantidade	Unidade
1.1. Visita Técnica ao Centro de Pesquisa Caju (EMBRAPA TROPICAL CE), de 13 a 15 de março de 2013, com 02 técnicos, respectivamente, da SEDAP e da EMATER, e 06 agricultores de Boa Esperança e Vazante, município de Tacima/PB, os quais receberam dos pesquisadores informações sobre o novo manejo da cultura do caju, bem como o processamento da amêndoa da castanha em pequenas unidades da agricultura familiar.	01	Visita
1.2. Reunião Técnica do Projeto Piloto do Caju – Cultura Social, em 27 de junho de 2013 na Câmara Municipal de Tacima, conduzida pelo Assessor Estadual de Fruticultura da EMATER, cujo projeto tem por base técnica a Unidade Técnica Demonstrativa – U. T. D. Logo em seguida, o técnico do SENAR proferiu palestra do	01	Reunião

Programa Sertão Empreendedor. Esteve presente a reunião o Prefeito, o Superintendente do SENAR, FFA da SFA – PB, o Extensionista local e os presidentes da Associação da Boa Esperança e da Vazante.		
1.3. Em 05 de julho de 2013, projeto começou com o plantio de 2,5 ha de caju da variedade precoce CCP 76, em 04 (quatro) Unidades Técnicas de Demonstração – UTD's, nas localidades da Vazante, Boa Esperança e Água Boa. Na ocasião, os beneficiários receberam orientação técnica do Assessor Estadual de Fruticultura da EMATER e do Extensionista Local, sob a Coordenação do FFA da DPDAG/SFA – PB.	01	Visita
1.4. Elaboração do Projeto Estadual Piloto de Caju, pelos seguintes órgãos: DPDAG/SFA – PB/MAPA, EMATER – PB e EMEPA – PB. O documento para ser concluído levou em torno de 05 meses.	01	Projeto
1.5. Visita Técnica as U. T. D's do Projeto do Caju, durante fez-se uma avaliação sobre a evolução das unidades e foram as seguintes orientações: tutoramento das plantas novas; manter a cobertura morta ao redor das plantas, com proteção da incidência dos raios solares; colhimento de amostras para análise de fertilidade do solo e da água para fins de irrigação.	01	Visita
1.6. Reunião no Centro de Ciências Agrárias de Areia – UFPB, a fim de tratar do da Programação do Seminário de Abacaxicultura, previsto para 02/12/2013, em Lagoa Seca/PB. O evento será voltado, principalmente, para os produtores de abacaxi, técnicos da extensão rural, estudantes universitários, bolsistas, e contará com apoio institucional do CCA – UFPB, MAPA e BNB.	01	Reunião

Fonte: DPDAG/SFA -PPPB

2.2.3.5 - Análise Situacional

No projeto atividade Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas – APOIOAGRI13 os resultados alcançados, durante o exercício de 2013, foram muito abaixo do programado, em razão absoluta da falta de recursos financeiros para desenvolver os trabalhos a contento.

Para se ter idéia desta situação, a Coordenação de Produção Integrada de Cadeia Agrícola – CPIA/DEPROS/SDC/MAPA descentralizou apenas R\$ 1.460,00 (um mil quatrocentos e sessenta reais) no decorrer do presente exercício de 2013, com o objetivo específico de proporcionar a Visita Técnica de 02 técnicos da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca – SEDAP e da Empresa Estadual de Assistência e Extensão Rural – EMATER/PB, e 06 agricultores da agricultura familiar ao Centro Nacional de Pesquisa do Caju da EMBRAPA TROPICAL CE, os quais receberam dos pesquisadores informações sobre a inovação do manejo da cultura do caju, bem como do processamento da amêndoa da castanha do caju em pequenas unidades exploradas por agricultores familiares.

Como resultado desse trabalho, a DPDAG/SFA – PB conseguiu, em parceria com a SEDAP, a EMATER – PB e a EMEPA – PB, dá início a execução do Projeto Piloto de Caju – Cultura Social no município de Tacima/PB, nas localidades da Boa Esperança, Vazante e Água Boa, através da instalação de 04 (quatro) Unidades Técnicas Demonstrativas – UTD's, com variedade precoce CCP 76, totalizando 2,5 hectares. As mudas foram doadas pela EMEPA – PB, do convênio firmado entre o MDA e a Empresa Estadual de Pesquisa, o preparo das áreas para a implantação das unidades a prefeitura local assumiu as despesas, enquanto o plantio e os tratos culturais ficaram sob a responsabilidade dos agricultores.

No que diz respeito ao projeto de caju elaborado pelos órgãos acima mencionados, em que pese está dentro da programação estadual de soerguimento dessa lavoura de cunho social, no valor de R\$ 249.839,00 (duzentos e quarenta e nove mil e oitocentos e trinta e nove reais), será submetido mais uma vez a apreciação do MAPA no sentido de conveniá-lo com a EMEPA – PB, detentora de conhecimentos técnicos a altura de desenvolver o projeto no âmbito estadual juntamente com a EMATER – PB.

Finalmente, em razão da situação acima explanada, os trabalhos desenvolvidos pela DPDAG/SFA – PB se restringiu apenas a reuniões e visitas técnicas com os órgãos parceiros.

◆ OBJETIVO 0743 - Implementar e monitorar as ações do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), visando a mitigação dos gases de efeito estufa e adaptação aos efeitos diretos e indiretos das mudanças climáticas, de forma a aumentar a resiliência e eficiência das unidades e dos sistemas produtivos agropecuários (Decreto nº 7390/2010, Art. 6º, § 1º).

◆ INICIATIVA: 02WU - Promoção da substituição da agricultura tradicional por outra de base sustentável, conservacionista, tecnificada, de baixa emissão de gases de efeito estufa e elevada fixação de carbono no solo e nas plantas (Plano ABC).

◆ AÇÃO: 8593 – Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono.
- PLANO ORÇAMENTÁRIO 0001 – Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – **APOIOABC13**

◆ PLANO ORÇAMENTÁRIO 0001 – Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – **APOIOABC13**

Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação								
Código		8593						Tipo: Atividade
Descrição		Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono						
Iniciativa		02WU - Promoção da substituição da agricultura tradicional por outra de base sustentável, conservacionista, tecnificada, de baixa emissão de gases de efeito estufa e elevada fixação de carbono no solo e nas plantas (Plano ABC)						
Objetivo		0743 - Implementar e monitorar as ações do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), visando a mitigação dos gases de efeito estufa e adaptação aos efeitos diretos e indiretos das mudanças climáticas, de forma a aumentar a resiliência e eficiência das unidades e dos sistemas produtivos agropecuários (Decreto nº 7390/2010, Art. 6º, § 1º).						
Programa		2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização						
Unidade Orçamentária		22101 - MAPA						
Ação Prioritária		() Sim () Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013								
Execução Orçamentária e Financeira								
Nº do subtítulo/ Localizador	Natureza da Despesa	Dotação Recebida	Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		Perc utilizado %
			Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
Execução Física da Ação - Metas								
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante			%		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado			
	*							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores								
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
-	-	-	-		-	-		

Fonte: LOA 2013/SIAFI GERENCIAL/ SIAFI/DPDAG

* A Coordenação deste PO não estabeleceu nenhum tipo de meta para a DPDAG.

Resultados

Tabela 20- Resultados alcançados da ação

ATIVIDADE	QUANTIDADE	UNIDADE
01. Curso sobre elaboração de Projeto ABC, para técnicos do setor público agrícola e privado, 8 h de carga horária, durante o qual foram treinados 35 técnicos.	01	Curso
02. Reunião sobre a conceituação do Comitê Gestor do Plano ABC, que contou com 35 participantes de órgãos públicos e privados.	01	Reunião
03. Reuniões com os representantes dos órgãos públicos e privados que compõem o Comitê Gestor, publicação da portaria dos titulares e suplentes do comitê, as quais contaram 55 participantes.	04	Reunião
04. Reunião de Planejamento com o Subsecretário da Agropecuária da SEDAP, para a realização da Oficina a fim de Elaborar o Plano Estadual ABC.	01	Reunião
05. Participação do DPDAG na Semana Cultural de Tacima, com o objetivo de divulgar a Agricultura ABC na Paraíba, em cujo STAND recebeu a visita de 30 agricultores.	01	Semana Cultural

Fonte: DPDAG

2.2.3.5 - Análise Situacional

Em 25 de fevereiro de 2013 começaram as atividades do Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – Plano ABC na Paraíba, na sede da FAEPA/SENAR, com o I Encontro sobre o plano, durante o qual se definiu os critérios para instalação do Grupo Gestor ABC, concomitantemente houve o primeiro treinamento para 35 técnicos sobre a Elaboração de Projetos ABC.

O curso foi ministrado pela Assessora Técnica da Confederação da Agricultura e Pecuária – CNA, Emanuela Paranhos, proferindo na abertura do evento palestra de sensibilização sobre o Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – Plano ABC, e o técnico do Banco do Brasil Ênio Gualdi, que percorreu para o público alvo os seguintes módulos: Módulo 01 – Elaboração Projeto ABC; Módulo 02 – Cadastro Ambiental Rural; e Módulo 03 – Limite de Crédito.

Considerando a importância socioeconômica que o Plano ABC representa para a Agricultura da Paraíba, foi significativo o número de instituições públicas e privadas que se fizeram presentes: Sistema Faepa/Senar, SEBRAE/PB, OCB/PB, AVIEP, Sindileite, Sindalcool, Sindiacuçar, Sindfruta, CREA/PB, SFA – PB, SEDAP e suas vinculadas (EMATER, EMEPA, EMPASA, INTERPA) Secretaria Meio Ambiente, Prefeitura Municipal de João Pessoa, Embrapa – Campina Grande, Insa, UEPB, IFPB, UFPB – Centro de Ciências Agrárias de Areia, UFCG, Banco do Brasil, BNB, INCRA, MDA, COOPEAR e Conselho Estadual e Economia.

No exercício 2013 as atividades foram concluídas com a realização de 07 eventos (sessão ordinária, reuniões técnicas, palestras de sensibilização, curso, etc.), totalizando de 25 horas de carga horária e 124 participantes, conforme o quadro Tabela II.

No entanto, continua dependente, por parte da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agropecuário e Pesca – SEDAP, a realização da Oficina com o objetivo de Elaboração do Plano Estadual ABC na Paraíba, trazendo, conseqüentemente, significativos prejuízos ao andamento dos trabalhos, financiamento a agricultura de baixa emissão de carbono, a formalização de convênios com instituições públicas e privadas. Segundo compromisso assumido pelo Secretário da SEDAP, a elaboração do mencionado plano estar programado para o próximo exercício, 2014.

No que diz respeito à descentralização de crédito orçamentário, em 2013, não ocorreu por parte do MAPA, cujo programa ficou prejudicado sobre os resultados alcançados. Conclui-se, então, que não há a mínima condição de trabalhar sem recursos, e também o menor sentido.

♦ OBJETIVO 0744 - Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda.

♦ INICIATIVA: Código 02XB - Promoção do desenvolvimento da agricultura orgânica e controle da garantia da qualidade orgânica.

♦ AÇÃO: 8606 – Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica – Pró-Orgânico.

- PLANO ORÇAMENTÁRIO 0001 - Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-Orgânico – **DESENORG13**

- PLANO ORÇAMENTÁRIO 0003 - Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica – **CERTORGAN13**

♦ PLANO ORÇAMENTÁRIO 0001 - Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-Orgânico – **DESENORG13**

Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação								
Código	8606						Tipo: Atividade	
Descrição	Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica – Pró-Orgânico							
Iniciativa	Código 02XB - Promoção do desenvolvimento da agricultura orgânica e controle da garantia da qualidade orgânica							
Objetivo	0744 - Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda.							
Programa	2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização							
Unidade Orçamentária	22101 - MAPA							
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria							
Lei Orçamentária Anual - 2013								
Execução Orçamentária e Financeira								
Nº do subtítulo/ Localizador	Natureza da Despesa	Dotação Recebida	Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		Perc utilizado %
			Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
0025-PB	339014	231,59	231,59	231,59	231,59	-	-	100
0025-PB	339030	4.190,96	4.190,96	4.190,96	4.190,96	-	-	100
TOTAL		4.422,55	4.422,55	4.422,55	4.422,55	-	-	100
Execução Física da Ação - Metas								
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante			%		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado			
0025-PB	Promover o desenvolvimento da agricultura orgânica	Nº de produtores (Unid.)	225	-	225	100		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores								
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	

-	-	-	-	-	-	-
---	---	---	---	---	---	---

Fonte: LOA 2013/SIAFI GERNICIAL/ SIAFI/DPDAG

Resultados

Tabela 21 - Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PO	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
8606 – Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica – Pró-Orgânico	DESENG13 - Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-Orgânico	Nº de produtores (Unid.)	225	-	225	100
ATIVIDADE			QUANTIDADE	UNIDADE		
1.1. Distribuição de materiais didáticos relacionado com atividades de produção de alimentos orgânicos. Período: janeiro. Local: Escola Municipal General Rodrigo Otávio/João Pessoa.			100	Divulgação/Treinamento		
1.2. Reunião com representante da EMATER sobre realização de um seminário de agroecologia para os técnicos das ATERS e entrega de materiais didáticos. Período: janeiro. Local: EMATER/João Pessoa-PB.			01	Treinamento/Divulgação		
1.3. Distribuição de Indicador visual à Associação dos Agricultores Orgânicos da Zona da Mata e Agreste Paraibano Orgânica. Período: janeiro. Local: Feira Agroecológica do DNOCS.			01	Divulgação		
1.4. Reunião com os agricultores agroecológicos de Pedras de Fogo. Período: janeiro. Local: Pedra de Fogo/PB.			01	Reunião		
1.5. Reunião com a Presidente da Associação de Certificação Participativa dos Produtores Agroecológicos do Cariri Paraibano/ACEPAC e técnicos do MDA. Período: janeiro. Local: Campina Grande/PB			08	Reunião		
1.6. Reunião com Representante da EMBRABA ALGODÃO com fins de apoiar o VI COBRADAN-Congresso Brasileiro de Defensivos Agrícolas Naturais. Período: janeiro Local: Campina Grande/PB			01	Reunião		
1.7. Entrega de materiais bibliográficos sobre produção orgânica a Diretoria EMATER com fins de promover curso de capacitação aos técnicos da instituição. Período: fevereiro. Local: EMATER/João Pessoa			300	Curso de capacitação/Reunião		
1.8. Entrega de 03 Indicadores Visuais + 10 Banners. Período: fevereiro. Local: PROHORT/João Pessoa.			25	Divulgação/promoção das feiras		
1.9 Entrega de Sementes de leguminosas do programa Bancos Comunitários de Sementes e Adubação Verde ao presidente do Assentamento APOVANTE. Período: março. Local: João Pessoa.			07 Kg	Divulgação/promoção a agricultura familiar		
1.10. Reunião com o presidente da PROHORT sobre a Semana do Orgânico Período: março. Local: João Pessoa.			01	Reunião		
1.11. Participação do lançamento de produto de controle da Cochonilha do Carmim em palmas forrageiras Período: Abril. Local: Campina Grande.			50	Reunião		

1.12 Entrega de materiais didáticos sobre Agricultura Orgânica à EMBRAPA ALGODÃO para serem divulgados no COBRADAN Período: abril. Local: João Pessoa.	350	Divulgação/promoção
1.13. Reunião da CPOrg. Período: Abril. Local: Campina Grande.	35	Reunião
1.14. Entrega de materiais de divulgação da IX Semana da Produção Orgânica à EMATER. Período: maio Local: João Pessoa	350	Divulgação/promoção
1.15. Palestra no Projeto Viver bem no Semiárido. Período: maio Local: João Pessoa	50	Palestra
1.16. Participar da Oficina de Campo da IX Semana da Produção Orgânica. Período: maio Local: Lagoa Seca	30	Oficina
1.17. Entrega de materiais de divulgação da IX Semana da Produção Orgânica a PROHORT. Período: maio. Local: João Pessoa.	300	Divulgação/promoção
1.18. Participar do Seminário AGENDA BRASIL Período: junho. Local: João Pessoa	300	Capacitação
1.19. Participar de reunião com SEBRAE sobre processo de licenciamento e outorga de recursos hídricos para agricultores familiares Período: junho Local: SEBRAE/JP.	12	Capacitação
1.20. Curso de capacitação em Auditoria na aplicação dos mecanismos de garantia da qualidade orgânica Período: agosto. Local: Brasília.	01	Treinamento
1.21. Oficina Bancos Comunitários de Sementes de Leguminosas e Adubação Verde. Período: agosto. Local Alagoa Seca.	40	Capacitação
1.22. Entrega de materiais da produção orgânica para a SEMANA DA ALIMENTAÇÃO ao CONSEA – Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. Período: outubro. Local: Mamanguape.	250	Divulgação/promoção
1.23. Seminário de Agricultura Orgânica da Zona da Mata Sul Período: novembro. Local: Pedras de Fogo.	25	Palestra/Entrega de Aventais p/ os agricultores e materiais de Divulgação
1.24. IV Encontro Estadual do Projeto PAIS – Produção Agroecológica Integrada Sustentável Período: novembro. Local: Campina Grande.	90	Palestra/Entrega de Aventais/materiais didáticos e de divulgação
1.25. Participar do Lançamento Cadastro Ambiental Rural – SCAR Período: novembro Local: SUDEMA	50	Palestra
1.26. Entrega de Aventais aos agricultores Agroecológicos vinculados Associação dos Produtores Familiares Agroecológicos de Sumé – APFA'S	20	Aventais para divulgação e promoção das feiras agroecológicas

1.27. Entrega de Aventais aos agricultores Agroecológicos vinculados à Associação dos Agricultores Orgânicos de Jacaraú	20	Aventais para divulgação e promoção das feiras orgânicas
---	----	--

Fonte: DPDAG /SFA-PB

2.2.3.5 - Análise Situacional

A ação do desenvolvimento da Agricultura Orgânica no PO DESEENORG na capacitação dos agricultores, técnicos, promoção e divulgação dos produtos orgânicos através das feiras, entrega de materiais de identificação dos agricultores e das feiras, tais como entrega de aventais, Indicadores visuais, Banner etc., tendo como foco aumentar a oferta de alimentos orgânicos, incentivar o desenvolvimento da produção e ao mesmo tempo promover a credibilidade dos alimentos orgânico junto ao consumidor tiveram limitações, pelo forte contingenciamento na programação orçamentária.

Para que as metas programadas não fossem profundamente prejudicadas, foram desenvolvidas ações em parceria com outras instituições públicas e privadas com representatividade na Comissão da Produção Orgânica na Paraíba – CPOrg/PB que vieram a consubstanciar um resultado favorável no resultado final das metas alcançadas.

Como vemos no quadro acima as ações foram executadas integradas com os agricultores vinculados as OCS – Organismo de Controle Social, devidamente Cadastradas na SFA/PB e instituições envolvidas em ações diretas com atividades da produção e controle da qualidade orgânica.

Outro fator que devemos considerar foi sem dúvida a expansão da produção e comercialização dos alimentos orgânicos, por conta de uma demanda cada vez maior dos consumidores, durante o ano de 2013.

Certamente dentro de um contexto de contingenciamento orçamentário, tivemos que priorizar algumas ações que vieram a superar os desafios financeiros, tais como; trabalho de articulação junto aos nossos parceiros, um trabalho de divulgação e promoção das feiras agroecológicas, atualmente acima de 40 feiras distribuídas em todo o Estado. A presença dos técnicos do DPDAG/PB juntos aos eventos Estaduais, deixando claro a importância da SFA/PB na política pública em um plano de desenvolvimento sustentável da produção orgânica.

E, por fim, umas das metas de importância estratégica que não foi alcançada, foi o Curso de Plano de Manejo Orgânico nas unidades de produção dos agricultores. Tal curso tinha como finalidade capacitar agricultores com transferência de tecnologia melhorando sua produtividade e garantindo a credibilidade na qualidade dos produtos orgânicos, junto ao consumidor. Porém o forte contingenciamento orçamentário foi um fator fundamental na não execução desta meta.

♦ PLANO ORÇAMENTÁRIO 0003 - Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica – CERTORGAN13

Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação	
Código	8606 Tipo: Atividade
Descrição	Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica – Pró-Orgânico
Iniciativa	Código 02XB - Promoção do desenvolvimento da agricultura orgânica e controle da garantia da qualidade orgânica
Objetivo	0744 - Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda.
Programa	2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

Unidade Orçamentária			22101 - MAPA					
Ação Prioritária			() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária Anual - 2013								
Execução Orçamentária e Financeira								
Nº do subtítulo/ Localizador	Natureza da Despesa	Dotação Recebida	Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		Perc utilizado %
			Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
0025-PB	339014	1.393,83	1.393,83	1.393,83	1.393,83	-	-	100
0025-PB	339030	340,00	340,00	340,00	340,00	-	-	100
0025-PB	339033	1.467,50	1.467,50	1.467,50	1.467,50	-	-	100
TOTAL		3.201,33	3.201,33	3.201,33	3.201,33	-	-	100
Execução Física da Ação - Metas								
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante			%		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores								
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
-	-	-	-	-	-	-		

Fonte: LOA 2013/SIAFI GERENCIAL/ SIAFI/DPDAG

Resultados

Tabela 22 – Resultados alcançados da ação

AÇÃO	PO	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
8606 – Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica – Pró- Orgânico	CERTORGANI 3 - Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica	Unidade Controlada	-	-	-	-
PROCESSO	PO	PRODUTO	FÍSICO			
			Meta Prevista	Corrigida	Meta Realizada	%
01. Credenciamento de Entidades Certificadoras de Produtos Orgânicos por Técnicos do MAPA.	CERTORGANI 3	Unidade Controlada	12	-	12	100
ATIVIDADE			Quantidade		Unidade	
1.1 Responder denúncias da Ouvidoria do MAPA com relação à feira agroecológica da PROHORT. Data : Maio. Local : João Pessoa/PB.			01		Apuração	

1.2 Reunião com Pres. da ACEP com finalidade de discutir a criação de um SPG – Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica. Data : Julho. Local : João Pessoa/PB.	01	Reunião
---	----	---------

Fonte: DPDAG/SFA-PB

2.2.3.5 - Análise Situacional

O CERTORGAN tem como ação principal aplicação dos mecanismos de garantia da qualidade orgânica com a finalidade de garantir ao consumidor a identidade e a qualidade dos produtos orgânicos, sendo portanto uma atividade eminentemente fiscalizadora, exercida unicamente pelos fiscais do MAPA, portanto não podendo ser delegada ou executada em parceria com outras instituições, como no caso do DESENORG.

No ano de 2013, conforme tabela acima, ocorreu principalmente o cadastramento dos organismos de avaliação da conformidade orgânica, e, com relação à fiscalização das unidades controladas, tal atividade só ocorrerá no ano de 2014.

- PROGRAMA: 2105 – Programa de Gestão e Manutenção do MAPA.
- ◆ AÇÃO: 2000 – Administração da Unidade.
 - PLANO ORÇAMENTÁRIO 000H – Operação dos Serviços Administrativos da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – **OPERASDC13**
- ◆ PLANO ORÇAMENTÁRIO 000H – Operação dos Serviços Administrativos da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – **OPERASDC13**

Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação								
Código	2000					Tipo: Atividade		
Descrição	Administração da Unidade							
Iniciativa	-							
Objetivo	-							
Programa	2105 – Programa de Gestão e Manutenção do MAPA							
Unidade Orçamentária	22101 - MAPA							
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria							
Lei Orçamentária Anual - 2013								
Execução Orçamentária e Financeira								
Nº do subtítulo/ Localizador	Natureza da Despesa	Dotação Recebida	Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		Perc utilizado %
			Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
0025-PB	339030	5.056,48	4.028,67	4.028,67	3.812,48	216,19	-	79,67
0025-PB	339037	21.226,00	21.226,00	17.690,10	17.690,10	-	3.535,90	100
0025-PB	339039	360,83	215,21	215,21	215,21	-	-	59,64
0025-PB	339047	244,71	244,71	244,71	244,71	-	-	100
0025-PB	339092	945,28	945,28	945,28	945,28	-	-	100
TOTAL		27.833,30	26.659,87	23.123,97	22.907,78	216,19	3.535,90	95,78
Execução Física da Ação - Metas								

Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante			%
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
-	-	-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-	-	-	-

Fonte: LOA 2013/SIAFI GERENCIAL/ SIAFI/DPDAG

2.2.3.5 - Análise Situacional

O PO OPERASDC tem por finalidade dar suporte às atividades finalísticas da DPDAG.

Ao longo do ano de 2013, foram gastos R\$ 3.812,48 para deslocamento dos fiscais federais agropecuários, com o objetivo de realizar as atividades programadas e descritas neste Relatório.

O PO OPERASDC também custeou o pagamento salarial de funcionária terceirizada desta Divisão, como suporte administrativo para a execução das atividades finalísticas, num valor de R\$ 17.690,10. A manutenção de veículos, bem como o pagamento de taxas e seguros obrigatórios devidos ao DETRAN também foram custeados pelo OPERASDC.

Os restos a pagar processados referem-se à fatura de combustível que foi liquidada e não paga até 31/12/2013, em razão da inoperabilidade do sistema. O pagamento foi realizado em janeiro/2014, quando da normalização do sistema.

Os restos a pagar não processados referem-se a faturas de terceirização de mão de obra (apoio administrativo), relacionada ao mês de dezembro e a diferença de repactuação de setembro a dezembro/2013 e que somente serão emitidas em 2014.

Por fim, este PO relaciona-se diretamente com o apoio à gestão e manutenção das atividades da DPDAG.

Serviço de Apoio Administrativo - SAD

Equipe de Trabalho:

Mário Ângelo Cahino – Chefe até 08/08/2013, Portaria DOU nº 665

Fernanda Cabral Teixeira de Carvalho – Chefe a partir 08/08/2013, Portaria DOU nº 666

Hiula Nóbrega Leite – Agente Administrativo – Chefe Substituto

Rodrigo Alves de Macedo – Agente Administrativo – transferido em 29/03/2013

Adelina Stela Vasconcelos Batista de Souto – Agente Administrativo

Luiz Soares Leite – Assistente de Administração - NS

Marcos Antonio Felipe da Silva – Assistente Administrativo - NI

Marúzia de Borba Maranhão - Administradora

Lia Fontenelle Costa – Agente Administrativo

João Procópio de Alencar - Cedido CONAB

Aderval Primo Teodoro- Cedido CONAB

Antonio Reginaldo de Oliveira- Cedido CONAB

Jose Gomes de Lima - Cedido CONAB

Manoel do Nascimento-Cedido CONAB

Paulo Roberto Campos - Cedido CONAB

Francisco Inácio de Souza Filho - Cedido CONAB

Jose Inácio dos Santos-Cedido - CONAB

Setores Vinculados:

1. Seção de Atividades Gerais – SAG/SAD/SFA/PB;
 - 1.1. Setor de Material e Patrimônio – SMP/SAG/SAD/SFA/PB;
 - 1.2. Setor de Transportes – STR/SAG/SAD/SFA/PB;
 - 1.3. Setor de Protocolo – SPR/SAG/SAD/SFA/PB;
 - 1.4. Setor de Compras e Contratos – SCC/SAG/SAD/SFA/PB;
 - 1.5. Núcleo de Manutenção Predial – NMAP/SAG/SAD/SFA-PB;
2. Seção de Gestão de Pessoas – SGP/SAD/SFA/PB;
3. Seção de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF/SAD/SFA/PB.

O SAD dispõe do seguinte programa:

- PROGRAMA: 2105 – Programa de Gestão e Manutenção do MAPA.
- ◆ AÇÃO: 2000 – Administração da Unidade.

PLANO ORÇAMENTÁRIO 000A - Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas – **MANUTSFAS13**

Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação								
Código	2000						Tipo: Atividade	
Descrição	Administração da Unidade							
Iniciativa	-							
Objetivo	-							
Programa	2105 – Programa de Gestão e Manutenção do MAPA							
Unidade Orçamentária	22101 - MAPA							
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC						() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária Anual - 2013								
Execução Orçamentária e Financeira								
Nº do subtítulo/ Localizador	Natureza da Despesa	Dotação Recebida	Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		Perc utilizado %
			Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
0025-PB	339014	7.407,00	7.407,00	7.407,00	7.407,00	-	-	100
0025-PB	339030	87.110,28	81.499,62	38.685,05	37.894,69	790,36	42.814,57	93,56
0025-PB	339033	7.182,72	7.182,72	7.182,72	7.182,72	-	-	100
0025-PB	339036	4.779,66	4.779,66	-	-	-	4.779,66	100
0025-PB	339037	873.043,54	873.043,54	825.236,31	788.326,53	36.909,78	47.807,23	100
0025-PB	339039	277.314,62	258.833,73	221.483,03	214.883,92	6.599,11	37.350,70	93,34
0025-PB	339047	3.046,49	3.046,49	3.046,49	3.046,49	-	-	100
0025-PB	339092	3.664,70	3.664,70	3.664,70	3.664,70	-	-	100
0025-PB	339139	5.900,00	5.900,00	3.340,70	3.340,70	-	2.559,30	100
0025-PB	339192	3.118,81	3.118,81	3.118,81	3.118,81	-	-	100
0025-PB	449052	29.697,02	23.297,00	3.317,98	3.317,98	-	19.979,02	78,45

TOTAL		1.302.264,84	1.271.773,27	1.116.482,79	1.072.183,54	44.299,25	155.290,48	97,6
Execução Física da Ação - Metas								
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante			%		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado			
0025-PB	Este PO não tem meta definida pela Secretaria Executiva/MAPA, para as SFAs.	-	-	-	-	-		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores								
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
0025-PB	12.229,95	10.351,67	1.878,28	Este PO não tem meta específica definida pela Secretaria Executiva/o MAPA, para as SFAs	-	-		
0025-PB	796,61	796,61						
0025-PB	110.931,91	110.931,91						
0025-PB	27.291,60	23.019,91	4.271,69					
0025-PB	1.527,80	1.527,80						
0025-PB	181.391,03	157.563,14	23.827,89					

Fonte: LOA 2013/SIAFI GERENCIAL/ SIAFI/SePA

Quadro A.4.6 – Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ - 2012								
Identificação da Ação								
Código	4716							
Descrição	Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas							
Unidade Responsável	SE/MAPA							
Unidade Orçamentária	22101 – MAPA							
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00) - 2012								
Natureza de Despesa	Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	Perc. Utiliz. (%)
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
3390.14	16.044,69	16.044,69	16.044,69	16.044,69	-	-	16.044,69	100,00
3390.30	56.755,49	56.755,49	56.754,90	44.524,95	3.255,92	12.229,95	41.269,03	100,00
3390.33	14.888,52	14.888,52	14.888,52	14.888,52	-	-	14.888,52	100,00
3390.36	7.976,52	7.976,52	7.976,52	7.179,91	-	796,61	7.179,91	100,00
3390.37	1.071.954,44	1.071.954,44	1.071.954,44	961.022,53	7.776,94	110.931,91	953.245,59	100,00
3390.39	451.330,11	451.330,11	451.330,11	242.647,48	1.666,31	208.682,63	240.981,17	100,00
3390.47	2.217,98	2.217,98	2.217,98	2.217,98	-	-	2.217,98	100,00
3390.92	749,15	749,15	749,15	749,15	-	-	749,15	100,00
3390.93	2.720,52	2.720,52	2.720,52	2.720,52	-	-	2.720,52	100,00
3391.39	3.350,00	3.350,00	3.350,00	1.822,20	-	1.527,80	1.822,20	100,00
TOTAL	1.627.987,42	1.627.987,42	1.627.986,83	1.293.817,93	12.699,17	334.168,90	1.281.118,76	99,99
Metas do Exercício Para a Ação								
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira			
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada		
-	*	-	-	-	-	1.627.987,42	1.627.986,83	

Fonte: SIAFI GERENCIAL/SIAFI/SIPLAN/SePA

* Esse PI não tem meta específica definida pela Secretaria Executiva do MAPA, para as SFA's, em 2012.

Tabela 23 - Informações orçamentárias e financeiras da ação 2011

Informações orçamentárias e financeiras da ação 2011						
NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL/FINAL (R\$)	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADADA (R\$)	RP NÃO PROCESSADO (R\$)	VALORES PAGOS (R\$)	PERC UTILIZADO (%)

33.90.14	24.584,75	24.536,03	24.536,03	0,00	24.536,03	99,80
33.90.30	415.685,48	415.642,28	54.573,75	361.068,53	49.717,57	99,99
33.90.33	21.076,08	21.072,08	19.466,66	1.605,42	15.077,25	99,98
33.90.36	8.282,10	8.081,50	7.451,50	630,00	7.451,50	97,58
33.90.37	946.291,90	946.291,90	857.705,68	88.586,22	857.705,68	100,00
33.90.39	464.603,22	464.603,22	235.734,60	228.868,62	233.029,01	100,00
33.90.47	2.343,22	2.343,22	2.343,22	0,00	2.343,22	100,00
33.90.92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.90.93	249,50	249,50	249,50	0,00	249,50	100,00
33.91.39	9.620,81	9.620,81	4.494,76	5.126,05	4.494,76	100,00
33.91.92	1.256,22	1.256,22	1.256,22	0,00	1.256,22	100,00
44.90.51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44.90.52	229.500,00	222.369,62	3.990,00	218.379,62	3.990,00	96,89
TOTAL	2.123.493,28	2.116.066,38	1.211.801,92	904.264,46	1.199.850,74	99,65

Fonte: SIAFI GERENCIAL/SIAFI/SIPLAN/SePA

2.2.3.5 - Análise Situacional

O presente relatório tem por objetivo registrar os resultados obtidos na gestão do Serviço de Apoio Administrativo desta Superintendência Federal de Agricultura na Paraíba no período de 1º de janeiro de 2013 a 08 de agosto de 2013 demonstrando os resultados alcançados, ao longo desse período, num modelo de Administração Gerencial orientado para efetividade dos resultados.

Durante esse período, realizamos 07 (sete) reuniões para execução e acompanhamento dos trabalhos, manutenção dos terceirizados e renovação dos contratos firmados. Uma maior integração do apoio administrativo com as unidades técnicas também foi posta em prática, sem deixar de considerar as metas e normas traçadas pelo MAPA, para execução dos trabalhos, realizando uma gestão voltada principalmente para a melhoria da qualidade de vida dos servidores. Participamos de 01 (uma) reunião regional de Avaliação de Resultados das Ações Físicas e Orçamentárias da SFA da Região Nordeste, em Fortaleza (CE), de 16 a 19/julho/2013.

Manutenção da disciplina do uso de energia, por nós implantado em 2012, com eliminação do excesso de pontos de luz em algumas dependências externas e substituição de lâmpadas de voltagem excessiva, a exemplo da garagem que era iluminada, sem a mínima necessidade, por lâmpada de 1.600 watts

No tocante à parte física da Superintendência, realizamos melhorias que foram definidas através do pregão nº 06/2012, a saber: substituição de todo piso em porcelanato, revestimento das paredes de tijolo aparente, recuperação do teto do corredor e colocação de esquadrias de vidros (portas e janelas) da SFA/PB, no valor de R\$ 157.563,14 (cento e cinquenta e sete mil, quinhentos e sessenta e três reais e quatorze centavos), iniciada em janeiro de 2013, contratada com a GMIESKI E SANTOS LTDA e concluída durante o exercício.

A partir de Agosto de 2013, com a mudança na gestão do Serviço de Apoio Administrativo - SAD, houve uma melhoria na execução das atividades de administração geral, orçamentária e financeira dos recursos alocados à SFA-PB, em conjunto com a Seção de Planejamento e Acompanhamento - SePA e o Superintendente. Com isso, apesar da existência de alguns fatores intervenientes na liberação dos recursos orçamentários, houve a prorrogação de vigência de vários contratos, como o de fornecimento de energia elétrica, ENERGISA, no valor total de R\$157.200,00(cento e cinquenta e sete mil e duzentos reais) e os de prestação de serviços terceirizados, dentre outros, de fundamental importância para o bom funcionamento desta SFA-PB.

Sobre a segurança, realizou-se Pregão licitatório para a prestação de serviço de vigilância ostensiva, em prol da prevenção de possíveis acontecimentos que venham a comprometer a segurança dos servidores e dos bens públicos que aqui se encontram. Além disso, houve a aquisição de material de segurança para a prevenção e combate a incêndios e a aquisição de portões e de persianas em alumínio.

Em 09/02/2013, formalizamos um novo contrato de prestação de serviço de telefonia fixa com a TELEMAR norte leste S/A, no valor de R\$ 33.947,14 (trinta e três mil, novecentos e

quarenta e sete reais e quatorze centavos). Valor este, inferior ao do contrato anterior. Visamos, assim, obedecer ao princípio da economicidade na Administração pública e manter a efetividade do Serviço de Apoio Administrativo – SAD.

Da dotação recebida pelo PI MANUTSFAS em diárias e passagens aéreas, parte foi oriundo de transferência de crédito orçamentário da SFA/RN, sendo R\$ 764,75 em diárias e R\$ 2.189,60 em passagens aéreas. Esse fato ocorreu devido a ausência de contrato de aquisição de passagem aérea por aquela Unidade Gestora.

Os restos a pagar processados referem-se as faturas de combustível e correspondências (correios) que foram liquidadas e não pagas até 31/12/2013, em razão da inoperabilidade do sistema. O pagamento foi realizado em janeiro/2014, quando da normalização do sistema. Com relação à rubrica 3390.37 - terceirização de apoio administrativo, o pagamento não foi efetuado devido a falta de recurso financeiro.

Os restos a pagar não processados referem-se a:

- despesas com combustível, manutenção de veículo e ar condicionados, aluguel, energia, água e esgoto, correspondências (correios), limpeza, vigilância e imprensa nacional, relacionadas ao mês de dezembro, que somente em 2014 as faturas são emitidas;
- despesas com terceirização de mão de obra (apoio administrativo), do mês de dezembro e a diferença de repactuação de setembro a dezembro/2013, que somente serão emitidas em 2014;
- faturas de telefonia fixa, referentes ao período de setembro a dezembro/2013, que não foram liquidadas em razão das referidas faturas terem sido devolvidas para correção de valores;
- aquisição de materiais de expediente, informática, permanente e outros, no final do exercício de 2013, que serão liquidados e pagos após a entrega dos produtos, em 2014.

Do montante do crédito descentralizado, 2,34% não foi utilizado tendo em vista que quando da inscrição em restos a pagar o sistema não registrou alguns empenhos, originados das últimas licitações, referentes a aquisição de expediente, informática, permanente e serviços de terceiros.

Do montante dos restos a pagar não processados - exercícios anteriores, foram cancelados os valores conforme a seguir:

- R\$ 1.878,28 - no mês de dez/2012 não houve manutenção nos condicionadores de ar;
- R\$ 4.271,69 - o consumo referente às despesas com telefonia, correspondências, energia, água e esgoto foi menor do que os valores previstos;
- R\$ 23.827,89 - foi liquidado a menor, em razão de que durante a realização do serviço foi necessário fazer ajustes, o que resultou numa redução do quantitativo contrato.

No anexo I consta os eventos de capacitação que os servidores da área administrativa e finalística participaram em 2013. (ANEXO I)

2.3. Informações sobre outros resultados da gestão

Indicadores de desempenho da área finalística 2013

Tabela 24 - Eficácia - Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais – PCEANIMAL13

Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais – PCEANIMAL13	
Indicador	Índice de propriedade atendida - Ipa
Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre o nº de propriedade atendida realizada o nº de propriedade atendida programada
Cálculo 2013	$Ipa = 15.233 / 24.000 = 63,47\%$
Método de aferição	Sistema de Gestão Integrado – SGI/2013
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2013	63,47%
Resultado 2012	52,14%
Resultado 2011	133,84%
Resultado 2010	98,76%
Resultado 2009	100,20%
Resultado 2008	149,67%

Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções
-------------------------------------	------------------------------------

Fonte: SISA

Tabela 24.1 - Eficiência - Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais – PCEANIMAL13

Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais – PCEANIMAL13	
Indicador	Custo por propriedade atendida - Icpa
Tipo	Eficiência
Fórmula de cálculo	Relação entre o recurso financeiro aplicado e o nº a propriedade atendida realizada
Cálculo 2013	$Icpa = 47.520,53 / 15.233 = R\$ 3,12$
Método de aferição	Sistema de Gestão Integrado – SGI/2013
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2013	R\$ 3,12 (por propriedade atendida)
Resultado 2012	R\$ 3,83 (por propriedade atendida)
Resultado 2011	R\$ 1,81 (por propriedade atendida)
Resultado 2010	R\$ 21,19 (por propriedade atendida)
Resultado 2009	R\$ 4,18 (por propriedade atendida)
Resultado 2008	R\$ 6,82 (por propriedade atendida)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções.

Fonte: SISA

Tabela 24.2 - Eficácia - Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais – PCEVEGTAL13

Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais – PCEVEGTAL13	
Indicador	Índice de área controlada - Iac
Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre a área controlada realizada e a área controlada programada
Cálculo 2013	$Iac = 142.223 / 142.223 = 100\%$
Método de aferição	Sistema de Gestão Integrado – SGI/2013
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2013	100%
Resultado 2012	100%
Resultado 2011	100%
Resultado 2010	100%
Resultado 2009	100%
Resultado 2008	90,27%
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SISV

Tabela 24.3 - Eficiência - Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais – PCEVEGTAL13

Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais – PCEVEGTAL13	
Indicador	Custo por área controlada - Icac
Tipo	Eficiência
Fórmula de cálculo	Relação entre o recurso financeiro aplicado e a área controlada realizada por hectare
Cálculo 2013	$Icac = 3.096,95 / 142.223 = R\$ 0,02$
Método de aferição	Sistema de Gestão Integrado – SGI/2013
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2013	R\$ 0,02 (por hectare de área controlada)
Resultado 2012	R\$ 0,11 (por hectare de área controlada)
Resultado 2011	R\$ 0,12 (por hectare de área controlada)
Resultado 2010	R\$ 0,25 (por hectare de área controlada)
Resultado 2009	R\$ 0,91 (por hectare de área controlada)
Resultado 2008	R\$ 0,36 (por hectare de área controlada)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções.

Fonte: SISV

Tabela 24.4 - Eficácia - Vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de vegetais, seus produtos e insumos - VIGIFITO13

Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos – VIGIFITO13	
Indicador	Índice de fiscalização realizada - Ifr

Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre o nº de fiscalização realizada e o nº de fiscalização realizada programada
Cálculo 2013	$Ifr = 26 / 36 = 72,22 \%$
Método de aferição	Sistema de Gestão Integrado – SGI/2013
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2013	72,22 %
Resultado 2012	154,54%
Resultado 2011	90,23 %
Resultado 2010	113,76%
Resultado 2009	212,5 %
Resultado 2008	141,18%
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SISV

Tabela 24.5 - Eficiência - Vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de vegetais, seus produtos e insumos - VIGIFITO13

Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos – VIGIFITO13	
Indicador	Custo por fiscalização realizada - Icfrr
Tipo	Eficiência
Fórmula de cálculo	Relação entre o recurso financeiro aplicado e o nº de fiscalização realizada
Cálculo 2013	$Icfrr = 3.756,94 / 26 = R\$ 144,50$
Método de aferição	Sistema de Gestão Integrado – SGI/2013
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2013	R\$ 144,50 (por fiscalização realizada)
Resultado 2012	R\$ 255,19 (por fiscalização realizada)
Resultado 2011	R\$ 577,85 (por fiscalização realizada)
Resultado 2010	R\$ 808,47 (por fiscalização realizada)
Resultado 2009	R\$ 459,49 (por fiscalização realizada)
Resultado 2008	R\$ 367,88 (por fiscalização realizada)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SISV

Tabela 24.6 - Eficácia - Inspeção e fiscalização de produtos de origem vegetal – IPVEGETAL13

Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal – IPVEGETAL13	
Indicador	Índice de estabelecimento inspecionado - Iei
Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre o nº de estabelecimento inspecionado realizado e o nº de estabelecimento inspecionado programado
Cálculo 2013	$Iei = 106 / 97 = 109,27\%$
Método de aferição	Sistema de Gestão Integrado – SGI/2013
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2013	109,27%
Resultado 2012	119,35%
Resultado 2011	107,77 %
Resultado 2010	126,67%
Resultado 2009	96,44%
Resultado 2008	101,33%
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SISV

Tabela 24.7 - Eficiência - Inspeção e fiscalização de produtos de origem vegetal – IPVEGETAL13

Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal – IPVEGETAL13	
Indicador	Custo por estabelecimento inspecionado - Icei
Tipo	Eficiência
Fórmula de cálculo	Relação entre o recurso financeiro aplicado e o nº de estabelecimento inspecionado realizado
Cálculo 2013	$Icei = 122.285,09 / 106 = R\$ 1.153,63$
Método de aferição	Sistema de Gestão Integrado – SGI/2013
Responsável pelo cálculo	SePA

Resultado 2013	R\$ 1.153,63
Resultado 2012	R\$ 187,83
Resultado 2011	R\$ 308,64
Resultado 2010	R\$ 382,48 (por estabelecimento inspecionado)
Resultado 2009	R\$ 98,26 (por estabelecimento inspecionado)
Resultado 2008	R\$ 152,64 (por estabelecimento inspecionado)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SISV

Tabela 24.8 - Eficácia - Inspeção e fiscalização de produtos de origem animal – INPANIMAL13

Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal – INPANIMAL13	
Indicador	Índice de estabelecimento inspecionado - Iei
Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre o nº de estabelecimento inspecionado realizado e o nº de estabelecimento inspecionado programado
Cálculo 2013	Iei = 15 / 15 = 100 %
Método de aferição	Sistema de Gestão Integrado – SGI/2013
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2013	100%
Resultado 2012	100%
Resultado 2011	100 %
Resultado 2010	100%
Resultado 2009	100%
Resultado 2008	116,94 %
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SISA

Tabela 24.9 - Eficiência - Inspeção e fiscalização de produtos de origem animal – INPANIMAL13

Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal – INPANIMAL13	
Indicador	Custo por estabelecimento inspecionado - Icei
Tipo	Eficiência
Fórmula de cálculo	Relação entre o orçamento aplicado e o nº de estabelecimento inspecionado realizado
Cálculo 2013	Icei = 63.664,81 / 15 = R\$ 4.244,32
Método de aferição	Sistema de Gestão Integrado – SGI/2013
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2013	R\$ 4.244,32 (por estabelecimento inspecionado)
Resultado 2012	R\$ 3.717,41 (por estabelecimento inspecionado)
Resultado 2011	R\$ 3.065,26 (por estabelecimento inspecionado)
Resultado 2010	R\$ 593,89 (por estabelecimento inspecionado)
Resultado 2009	R\$ 701,02 (por estabelecimento inspecionado)
Resultado 2008	R\$ 498,12 (por estabelecimento inspecionado)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SISA

Tabela 24.10 - Eficácia - Padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos vegetais – PADCLASSI13

Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais – PADCLASSI 13	
Indicador	Índice de produto fiscalizado - Ipf
Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre nº de produto fiscalizado realizado e o nº de produto fiscalizado programado
Cálculo 2013	Ipf = 35.570 / 30.000 = 118,56 %
Método de aferição	Sistema de Gestão Integrado – SGI/2013
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2013	118,56%
Resultado 2012	103,80%
Resultado 2011	131,04 %
Resultado 2010	107,39%
Resultado 2009	156 %
Resultado 2008	102,56 %
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SISV

Tabela 24.11 - Eficiência - Padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos vegetais – PADCLASSI13

Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais – PADCLASSI13	
Indicador	Custo por produto fiscalizado - Icpf
Tipo	Eficiência
Fórmula de cálculo	Relação entre o recurso financeiro aplicado e o nº de produto fiscalizado realizado
Cálculo 2013	$Icpf = 171.467,32 / 35.570 = R\$ 4,82$
Método de aferição	Sistema de Gestão Integrado – SGI/2013
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2013	R\$ 4,82 (por produto fiscalizado)
Resultado 2012	R\$ 4,05 (por produto fiscalizado)
Resultado 2011	R\$ 4,67 (por produto fiscalizado)
Resultado 2010	R\$ 2,20 (por produto fiscalizado)
Resultado 2009	R\$ 1,11 (por produto fiscalizado)
Resultado 2008	R\$ 0,82 (por produto fiscalizado)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SISV

Tabela 24.12 - Eficácia - Fiscalização de insumos destinados à alimentação animal – FISCINAN13

Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal – FISCINAN13	
Indicador	Índice de fiscalização realizada - Ifr
Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre o nº de fiscalização realizada e o nº de fiscalização programada
Cálculo 2013	$Ifr = 142 / 190 = 74,74 \%$
Método de aferição	Sistema de Gestão Integrado – SGI/2013
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2013	74,74%
Resultado 2012	106,87%
Resultado 2011	111,27 %
Resultado 2010	127,11%
Resultado 2009	126,83 %
Resultado 2008	128,44%
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SEFAG

Tabela 24.13 - Eficiência - Fiscalização de insumos destinados à alimentação animal – FISCINAN13

Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal – FISCINAN13	
Indicador	Custo por fiscalização realizada - Icfr
Tipo	Eficiência
Fórmula de cálculo	Relação entre o recurso financeiro aplicado e o nº de fiscalização realizada
Cálculo 2013	$Icfr = 15.039,97 / 142 = R\$ 105,92$
Método de aferição	Sistema de Gestão Integrado – SGI/2013
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2013	R\$ 105,92 (por fiscalização realizada)
Resultado 2012	R\$ 133,66 (por fiscalização realizada)
Resultado 2011	R\$ 108,77 (por fiscalização realizada)
Resultado 2010	R\$ 93,85 (por fiscalização realizada)
Resultado 2009	R\$ 49,26 (por fiscalização realizada)
Resultado 2008	R\$ 73,90 (por fiscalização realizada)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SEFAG

Tabela 24.14 - Eficácia - Fiscalização de sementes e mudas – FISCALSEM13

Fiscalização de Sementes e Mudas – FISCALSEM13	
Indicador	Índice de fiscalização realizada - Ifr
Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre o nº de fiscalização realizada e o nº de fiscalização programada

Cálculo 2013	Ifr = 421 / 552 = 77,26 %
Método de aferição	Sistema de Gestão Integrado – SGI/2013
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2013	77,26%
Resultado 2012	105,72%
Resultado 2011	136,90 %
Resultado 2010	120,07%
Resultado 2009	109,18%
Resultado 2008	118,91%
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SEFAG

Tabela 24.15 - Eficiência - Fiscalização de sementes e mudas – FISCALSEM13

Fiscalização de Sementes e Mudanças – FISCALSEM13	
Indicador	Custo por fiscalização realizada - Icf
Tipo	Eficiência
Fórmula de cálculo	Relação entre o recurso financeiro aplicado e o nº de fiscalização realizada
Cálculo 2013	Icf = 58.869,98 / 421 = R\$ 139,83
Método de aferição	Sistema de Gestão Integrado – SGI/2013
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2013	R\$ 139,83 (por fiscalização realizada)
Resultado 2012	R\$ 106,67 (por fiscalização realizada)
Resultado 2011	R\$ 125,99 (por fiscalização realizada)
Resultado 2010	R\$ 567,06 (por fiscalização realizada)
Resultado 2009	R\$ 913,62 (por fiscalização realizada)
Resultado 2008	R\$ 415,71 (por fiscalização realizada)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SEFAG

Tabela 24.16 - Eficácia - Fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes – FISFECO13

Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes – FISFECO13	
Indicador	Índice de fiscalização realizada - Ifr
Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre o nº de fiscalização realizada e o nº de fiscalização programada
Cálculo 2013	Ifr = 139 / 153 = 90,84 %
Método de aferição	Sistema de Gestão Integrado – SGI/2013
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2013	90,84%
Resultado 2012	128,03%
Resultado 2011	110,61 %
Resultado 2010	112,12%
Resultado 2009	111,43 %
Resultado 2008	134,54%
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SEFAG

Tabela 24.17 - Eficiência - Fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes – FISFECO13

Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes – FISFECO13	
Indicador	Custo por fiscalização realizada - Icf
Tipo	Eficiência
Fórmula de cálculo	Relação entre o recurso financeiro aplicado e o nº de fiscalização realizada
29.652,00 Cálculo 2013	Icf = 48.998,77 / 139 = R\$ 352,51
Método de aferição	Sistema de Gestão Integrado – SGI/2013
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2013	R\$ 352,51 (por fiscalização realizada)
Resultado 2012	R\$ 224,64 (por fiscalização realizada)
Resultado 2011	R\$ 210,75 (por fiscalização realizada)

Resultado 2010	R\$ 263,21 (por fiscalização realizada)
Resultado 2009	R\$ 177,06 (por fiscalização realizada)
Resultado 2008	R\$ 96,03 (por fiscalização realizada)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SEFAG

Tabela 24.18 - Eficácia - Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de vegetais, seus produtos e insumos – VIGIAGRO13

Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos – VIGIAGRO13	
Indicador	Índice de partida inspecionada - Ipi
Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	Relação percentual entre o nº de partida inspecionada realizada e o nº de partida inspecionada programada
Cálculo 2013	$Ipi = 509 / 429 = 118,60\%$
Método de aferição	Sistema de Gestão Integrado – SGI/2013
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2013	118,60%
Resultado 2012	105,45%
Resultado 2011	117,04 %
Resultado 2010	146,41 %
Resultado 2009	240,28 %
Resultado 2008	147,10%
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SISV

Tabela 24.19 - Eficiência - Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de vegetais, seus produtos e insumos – VIGIAGRO13

Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos – VIGIAGRO13	
Indicador	Custo por partida inspecionada - Iepi
Tipo	Eficiência
Fórmula de cálculo	Relação entre o recurso financeiro aplicado e o nº de partida inspecionada realizada
Cálculo 2013	$Iepi = 27.114,47 / 509 = R\$ 53,27$
Método de aferição	Sistema de Gestão Integrado – SGI/2013
Responsável pelo cálculo	SePA
Resultado 2013	R\$ 53,27 (por partida inspecionada)
Resultado 2012	R\$ 10,89 (por partida inspecionada)
Resultado 2011	R\$ 57,09 (por partida inspecionada)
Resultado 2010	R\$ 20,33 (por partida inspecionada)
Resultado 2009	R\$ 6,84 (por partida inspecionada)
Resultado 2008	R\$ 19,85 (por partida inspecionada)
Disfunção estrutural ou situacional	Não foram identificadas disfunções

Fonte: SISV

Indicadores de Desempenho da Área Administrativa 2013

Tabela 25 – Indicadores da Área Administrativa 2013

SIGLA	TIPO	INDICADOR	FÓRMULA	CÁLCULO	Valor %
SGP					
Isartsa (%)	Eficácia	Servidores administrativos em relação ao total de servidores ativos	$(\text{N}^\circ \text{ de servidores Administrativos} / \text{N}^\circ \text{ total de servidores ativos}) \times 100$	$(54 / 96) \times 100 =$	54,25%
Ialimed (%)	Eficácia	Índice de dias de afastamento por licença médica dos servidores	$\text{Afastamento em dias dos servidores} / (\text{N}^\circ \text{ de servidores totais} \times \text{período considerado em dias}) \times 100$	$1.218 / (96 \times 365) \times 100 =$	3,48%
Ialimed (%)	Eficácia	Índice de Servidores afastados por Licença Médica	$(\text{N}^\circ \text{ de servidores afastados} / \text{N}^\circ \text{ total de Servidores ativos}) \times 100$	$(18 / 96) \times 100 =$	18,75%
Iaffa (%)	Eficácia	Índice de Servidores FFA com afastamento por licença médica	$(\text{N}^\circ \text{ de FFA afastados} / \text{N}^\circ \text{ total de FFA ativos}) \times 100$	$(08 / 31) \times 100 =$	25,81%
Iagtec (%)	Eficácia	Índice de Servidores AISIPOA-AAA com afastamento por licença médica	$(\text{N}^\circ \text{ de AISIPOA-AG.ATIV. AGROP. afastados} / \text{N}^\circ \text{ de AISIPOA-AG.ATIV. Total}) \times 100$	$(03 / 11) \times 100 =$	27,27%
Iaadm (%)	Eficácia	Índice de servidores Administrativos com afastamento por licença médica	$(\text{N}^\circ \text{ de Administrativos afastados} / \text{N}^\circ \text{ total de administrativos ativos}) \times 100$	$(07 / 54) \times 100 =$	12,96%
Iaap (30d) (%)	Eficácia	Índice de Concessão de Aposentadoria em 30 dias	$(\text{N}^\circ \text{ de aposent. concedidas} / \text{N}^\circ \text{ de aposent. solicitadas}) \times 100$	$(16 / 16) \times 100 =$	100%
Ipapc	Eficiência	Produtividade na concessão de aposentadoria	$\text{N}^\circ \text{ de aposentadoria concedidas} / \text{N}^\circ \text{ de servidores envolvidos na ação.}$	$16 / 2 =$	08
SCC/SMP					
Icfplic (%)	Eficácia	Conformidade dos Processos licitatórios (empenhados)	$(\text{N}^\circ \text{ de processos licitatórios concluídos (empenhados)} / \text{N}^\circ \text{ de processos iniciados}) \times 100$	$(5 / 6) \times 100 =$	83,33%
Iplic	Eficiência	Produtividade na conclusão de Processos de licitação.	$\text{N}^\circ \text{ de processos licitatórios concluídos} / \text{N}^\circ \text{ de servidores envolvidos}$	$5 / 4 =$	1,25
Iaalm (%)	Eficácia	Índice de atendimento do Almojarifado	$(\text{N}^\circ \text{ de solicitações de materiais atendidos} / \text{N}^\circ \text{ de materiais solicitados}) \times 100$	$(1.205 / 1.775) \times 100 =$	67,89%
SEOF					
Ieof(%)	Eficácia	Execução Orçamentária e Financeira	$(\text{Créditos empenhados} / \text{Créditos provisionados}) \times 100$	$(1.271.773,27 / 1.302.264,84) \times 100 =$	97,66%
Icfd (%)	Eficácia	Índice de Conformidade das diárias	$(\text{N}^\circ \text{ de diárias aptas para pagamento} / \text{N}^\circ \text{ de diárias recebidas}) \times 100$	$(524 / 524) \times 100 =$	100%
Icfg(%)	Eficácia	Índice de Conformidade Contábil	$(\text{N}^\circ \text{ de conformidades atribuídas sem restrição} / \text{N}^\circ \text{ total de registros de conformidades}) \times 100$	$(08 / 12) \times 100 =$	66,67%
Ippd	Eficiência	Produtividade no pagamento de diárias	$\text{N}^\circ \text{ de diárias pagas} / \text{N}^\circ \text{ de servidores envolvidos}$	$524 / 4 =$	131
Iemp	Eficiência	Produtividade na emissão de empenho	$\text{N}^\circ \text{ de empenhos emitidos} / \text{N}^\circ \text{ de servidores envolvidos}$	$1.479 / 4 =$	369,75

Fonte: SePA/SFA-PB

3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.2. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		x			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.		x			
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		x			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		x			
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		x			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		x			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		x			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		x			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		x			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		x			

Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		x			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		x			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
Análise Crítica:					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3.4. Sistema de Correição

O Sistema de Correição está centralizado na CGPAD/SE, na sede do MAPA, sendo a Coordenação Geral de Processo Administrativo Disciplinar - CGPAD também Coordenadora do Sistema CGU/PAD, no MAPA. Informamos ainda que todos os dados pertinentes ao Sistema CGU/PAD, no MAPA, foram prestados pela citada Coordenação. O ato legal foi instituído através da Portaria MAPA/SE nº 37, de 19/03/2008, publicada no boletim de Pessoal nº 09, de 31/03/2008.

Em 25/05/2012, os servidores Karina Yokoyama de Mello e José Euvaldo Padilha participaram da 1ª Reunião de Trabalho por intermédio de videoconferência na sede da SFA-PB, realizada pelo MAPA. Em 12/12/12, dois servidores da SFA-PB, Karina Yokoyama de Mello e Lúcio Flávio Ayres de Albuquerque foram treinados no Sistema de Gestão de Processos Administrativos Disciplinares – CGU/PAD. A servidora Karina Yokoyama de Mello é cadastradora no Sistema CGU/PAD, designada através da Portaria nº 72 de 25/05/2011, publicada no Boletim de Pessoal/SFA-PB, de 30/05/2011.

3.5. Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Consta o cadastramento de um processo que encontra-se em andamento:
- 21000.006123/2013-57- Processo Administrativo Disciplinar, que foi efetuado pela comissão que se encontra na SFA/ES. A SFA/PB não efetuou nenhum cadastro em 2013.

4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1. Execução das despesas

4.1.2. Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ					
Recebidos SE/CGOF	130101		SAD			
			22101.20.122.2105.2000 OPEASSIST13	-	-	50.889,13
			22101.20.122.2105.2000 MANUTSFAS13	-	-	1.272.567,82
			22101.20.122.2105.2000 CAPACITA13	-	-	15.477,90
			TOTAL SE	-	-	1.338.934,85
Recebidos SDC/CGOF	130101		DEPDAG			
			22101.20.122.2105.2000 OPERASDC13	-	-	27.833,30
			22101.20.665.2014.8606 CERTORGAN13	-	-	3.201,33
			22101.20.608.2014.20ZV APOIOAGRI13	-	-	1.440,43
			22101.20.608.2014.20ZV INDGRAF13	-	-	6.894,61
			22101.20.665.2014.8606 DESENORG13	-	-	4.422,55
			22101.20.608.2014.20ZV REGENAGRO13	-	-	237,86
			22101.20.608.2014.20ZV FISCON13	-	-	2.992,00
			TOTAL SDC	-	-	47.022,08
Recebidos SDA/CGOF	130101		SISA			
			22101.20.609.2028.20ZW FEBREAFTO13	-	-	18.934,66
			22101.20.609.2028.20ZW PCEANIMAL13	-	-	49.228,05
			22101.20.125.2028.20ZX INPANIMAL13	-	-	63.938,70
			22101.20.665.2028.4723 INSUASA13	-	-	158.990,00
			SUBTOTAL	-	-	291.091,41
			SISV			
22101.20.125.2028.20ZX FISCORGEN13	-	-	17.867,80			

			22101.20.125.2028.20ZX IPVEGETAL13	-	-	156.062,66
			22101.20.125.2028.20ZX PADCLASSI13	-	-	154.947,95
			22101.20.609.2028.20ZW PCEVEGETAL13	-	-	3.824,00
			22101.20.125.2028.20ZX VIGIAGRO13	-	-	27.404,77
			22101.20.125.2028.20ZX VIGIFITO13	-	-	4.059,31
			SUBTOTAL	-	-	364.166,49
			SEFAG			
			22101.20.125.2028.20ZX FISCINAN13	-	-	19.706,37
			22101.20.125.2028.20ZX FISPROVET13	-	-	23.567,46
			22101.20.125.2028.20ZX FISCGENE13	-	-	2.673,00
			22101.20.125.2028.20ZX FISAGROT13	-	-	4.990,85
			22101.20.125.2028.20ZX FISCALSEM13	-	-	53.395,02
			22101.20.125.2028.20ZX FISFECO13	-	-	51.604,48
			SUBTOTAL	-	-	155.937,18
			TOTAL SDA	-	-	811.195,08
Recebidos CGAL	130016	-	22101.20.609.2028.20ZW LANAGRO13	-	-	29.999,66
			TOTAL GERAL	-	-	2.227.151,67
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ					
Recebidos SE/CGOF	130101	-	SAD			
			22101.20.122.2105.2000 MANUTSFAS13	29.697,02	-	-
Recebidos SDA/CGOF	130101	-	SEFAG			
			22101.20.125.2028.20ZX FISCALSEM13	8.227,00	-	-
			SISV			
			ERPROMOSDA	841.010,00	-	-
			22101.20.125.2028.20ZX PADCLASSI13	19.436,88	-	-
			TOTAL GERAL	898.370,90	-	-

Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ					
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

Fonte: SIAFI GERENCIAL/ SIAFI

4.1.3. Realização da Despesa

4.1.3.5. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	1.206.015,22	939.197,49	1.163.038,37	911.922,56
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	1.206.015,22	939.197,49	1.163.038,37	911.922,56
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	298.230,32	636.187,00	285.662,78	636.103,49
h) Dispensa	210.477,72	569.869,55	206.847,18	569.786,04
i) Inexigibilidade	87.752,60	66.317,45	78.815,60	66.317,45
3. Regime de Execução Especial	20.359,49	21.536,90	20.359,49	21.536,90
j) Suprimento de Fundos	20.359,49	21.536,90	20.359,49	21.536,90
4. Pagamento de Pessoal (k+l+m)	236.760,20	387.709,01	236.297,01	387.709,01
k) Pagamento em Folha - auxílio funeral	49.254,32	71.309,03	49.254,32	71.309,03
l) Diárias	183.876,18	305.068,98	183.412,99	305.068,98
m) Diárias - colaborador eventual	3.629,70	11.331,00	3.629,70	11.331,00
5. Indenizações e restituições	1.414,38	3.940,32	1.414,38	3.940,32
6. Outros	1.019.408,02	275.970,00	19.408,02	275.970,00
n) Convênio	1.000.000,00	275.970,00	-	275.970,00
o) Despesas exercícios anteriores	19.408,02	-	19.408,02	-

7. Total (1+2+3+4+5+6)	2.782.187,63	2.264.540,72	1.726.180,05	2.237.182,28
-------------------------------	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------

Fonte: SIAFI GERENCIAL/SIAFI

4.1.3.6. Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1 – Despesas de Pessoal								
3190.08 - Outros benefícios assistenciais		71.309,03		71.309,03				71.309,03
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes								
3390.37 - Locação de mão de obra	1.101.739,46	1.134.759,77	1.009.851,31	1.023.827,86	91.888,15	110.931,91	972.941,53	1.016.050,92
3390.39 - Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	388.441,72	553.317,55	326.803,51	344.634,92	61.638,21	208.682,63	314.533,27	342.968,61
3390.14 - Diárias - Pessoal Civil	183.876,18	305.068,98	183.876,18	305.068,98	-	-	183.412,99	305.068,98
Demais elementos do grupo	464.228,18	552.539,31	409.883,77	519.699,93	54.344,41	32.839,38	244.529,40	501.784,74
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4 – Investimentos								
4430.42 - Auxílios	841.010,00	-	841.010,00	-	-	-	-	-
4490.52 - Equipamentos e M. Permanente	50.960,88	-	10.762,86	-	40.198,02	-	10.762,86	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI GERENCIAL/SIAFI

OBS: Em 2012 a descentralização orçamentária dos Outros benefícios assistenciais, foi na rubrica 3190.08 (Despesas de Pessoal) e em 2013 na 3390.08 (Outras Despesas Correntes). Em 2013 o valor correspondente a essa despesa está somado com os demais elementos do grupo - Outras Despesas Correntes.

4.1.3.7. Análise crítica da realização da despesa

O contingenciamento orçamentário e atraso na liberação de recurso financeiro, ocorridos no exercício de 2013 não prejudicaram o resultado das metas físicas programadas nos diversos PO's desta Unidade Jurisdicionada.

4.3. Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro A.4.3 - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	R\$ 27.358,44	R\$ 27.358,44	-	-
2011	-	-	-	-
...	-	-	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	R\$ 352.453,92	R\$ 289.056,19	R\$ 9.974,52	R\$ 53.423,21
2011	R\$ 106.339,00	R\$ 99.497,71	R\$ 6.839,00	R\$ 2,29
...	-	-	-	-

Fonte: SIAFI GERENCIAL/SIAFI

4.3.1. Análise Crítica

Com relação ao saldo de restos a pagar não processados temos a informar o seguinte:

► 2011 – do montante inscrito, R\$ 99.500,00 refere-se a aquisição de esquadrias de vidro que no ato da abertura do processo da licitação esta Unidade Gestora não tinha disponibilidade orçamentária suficiente para licitar o serviço de retirada das existentes para colocação das novas esquadrias. No final de 2012 foi disponibilizado crédito orçamentário para licitar o serviço de retirada e instalação das esquadrias, pregão nº 06/12. A empresa responsável pelas esquadrias de vidro assinou um Termo de Compromisso para entregar o material licitado, atendendo ao cronograma de execução do contrato nº 01/2013, que foi executado em 2013. O restante do montante refere-se à aquisição de materiais permanentes, na sua maioria. Como esses materiais são considerados importantes para a SFA/PB, o setor competente fez vários contatos com os fornecedores, para viabilizar a entrega dos mesmos. Dentre elas, a empresa Magno Suetone

Ferreira da Silva foi punida com impedimento de licitar por 02 (dois) anos em 29/01/2013, por não ter entregado o material. Os valores cancelados referem-se às despesas de custeio que foram faturadas a menor com relação valor estimado em dezembro e materiais empenhados diversos não entregues pelos fornecedores.

► 2012 - do montante inscrito, R\$ 181.391,03 refere-se ao serviço no piso, teto e esquadrias, oriundo do pregão 06/2012, cuja sessão pública foi realizada no dia 05/12/2012 e o contrato assinado em 15/01/2013. O restante do montante inscrito refere-se à aquisição de material de processamento de dados e demais despesas de custeio da SFA/PB. Os valores cancelados referem-se às despesas de custeio que foram faturadas a menor em relação ao valor estimado em dezembro e materiais empenhados diversos não entregues pelos fornecedores, destacando a empresa Lecita que oficializou a SFA/PB que estava encerrando as atividades comerciais, portanto não poderia cumprir a nota de empenho. Quanto ao saldo a pagar em 31/12/13, R\$ 29.595,32 está relacionado a última medição do pregão 06/2012 e R\$ 23.827,89 será cancelado em 2014, tendo em vista que os quantitativos previstos na licitação não foram atingidos integralmente, sendo liquidado o valor de R\$ 157.563,14.

4.4. Transferências de Recursos

4.4.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro A.4.4.1 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência

Posição em 31.12.2013

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Superintendência Federal de Agricultura na Paraíba									
CNPJ: 00.396.895/0020-98					UG/GESTÃO: 130024				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
01	Nº no SICONV 755951/2011	SEDAP-PB	2.875.630,00	306.280,00	275.970,00	925.730,00	22/08/2011	31/12/2015	A
01	755774/2011	SEDAP-PB	14.092.340,21	1.411.031,91	-	-	04/07.2011	31/12/2015	
02	*	Prefeituras	*	*	*	*	*	*	*

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Cooperação
- 4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: DPDAG/SISA

* A DPDAG não possui esta informação, pois somente analisa e dá parecer sobre os diversos pleitos apresentados nas Propostas/Planos de Trabalho a serem contratados pela CAIXA mediante a utilização do Instrumento de Contrato de Repasse. Conforme Portaria Ministerial nº 1.052, de 23 de outubro de 2013, a qual modificou a redação da Portaria nº 1.232 de 23 de dezembro de 2008 em seu artigo 7º: “A CAIXA é o Agente Operador contratado pelo MAPA para prestar serviços, na condição de mandatária da União Federal, com vistas à operacionalização, avaliação técnica, acompanhamento, vistoria, medição da execução das propostas e análise e prestação de contas dos contratos de repasse”. Portanto, qualquer informação referente aos contratos de repasse deve ser efetuada junto à CAIXA, uma vez que a mesma não comunica à DPDAG informações referentes aos contratos de repasse analisados por esta Divisão.

4.4.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.4.4.2 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Superintendência Federal de Agricultura na Paraíba					
CNPJ:	00.396.895/0020-98					
UG/GESTÃO:	130024					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio		01	01		275.970,00	649.760,00
Contrato de Repasse	*	*	*	*	*	*
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais						

Fonte: DPDAG/SISA

* A DPDAG não possui esta informação, pois somente analisa e dá parecer sobre os diversos pleitos de contratos de repasse. Conforme Portaria Ministerial nº 1.052, de 23 de outubro de 2013, artigo 7º: “A CAIXA é o Agente Operador contratado pelo MAPA para prestar serviços, na condição de mandatária da União Federal, com vistas à operacionalização, avaliação técnica, acompanhamento, vistoria, medição da execução das propostas e análise e prestação de contas dos contratos de repasse”. Portanto, qualquer informação referente aos contratos de repasse deve ser efetuada junto à CAIXA, uma vez que a mesma não comunica à DPDAG informações referentes aos contratos de repasse analisados por esta Divisão.

4.4.3. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Quadro A.4.4.3 – Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ Valores em R\$ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse. 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Superintendência Federal de Agricultura na Paraíba					
CNPJ: 00.396.895/0020-98		UG/GESTÃO: 130024			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)			
		Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse	
2013	Contas Prestadas	Quantidade			**
		Montante Repassado			**
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			**
		Montante Repassado			**
2012	Contas Prestadas	Quantidade	01		**
		Montante Repassado	649.760,00		**
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			**
		Montante Repassado			**
2011	Contas Prestadas	Quantidade	01*		**
		Montante Repassado	159.953,44		**
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			**
		Montante Repassado			**
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	01/2008		**
		Montante Repassado	704.060,00		**

Fonte: DPDAG/SISA

* As prestações de contas são enviadas pelas convenientes à CAIXA ECONÔMICA, onde existe um setor responsável por sua análise.

** Conforme Portaria Ministerial nº 1.052, de 23 de outubro de 2013, artigo 7º, “A CAIXA ECONÔMICA é o Agente Operador contratado pelo MAPA para prestar serviços, na condição de mandatária da União Federal, com vistas à operacionalização, avaliação técnica, acompanhamento, vistoria, medição da execução das propostas e análise e prestação de contas dos contratos de repasse.

4.4.4. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Quadro A.4.4.4 – Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse.

Posição 31/12
em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Superintendência Federal de Agricultura na Paraíba						
CNPJ: 00.396.895/0020-98			UG/GESTÃO: 130024			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos		
				Convênios	Contratos de Repasse	
2013	Quantidade de Contas Prestadas					
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada			
			Quantidade Reprovada			
			Quantidade de TCE			
			Montante Repassado (R\$)			
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			
			Montante Repassado (R\$)			
			Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		
				Quantidade Reprovada		
	Quantidade de TCE					
	Montante Repassado (R\$)					
	2012	Contas Analisadas	Quantidade de contas prestadas			
Quantidade Aprovada						
Quantidade Reprovada						
Quantidade de TCE						
Montante repassado						
Contas NÃO Analisadas		Quantidade				
	Montante repassado (R\$)					
2011	Quantidade de Contas Prestadas				01	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			01	
		Quantidade Reprovada				
		Quantidade de TCE				
		Montante Repassado				
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade				
Montante Repassado						
Exercício Anterior a 2011	Contas NÃO Analisadas	Quantidade				
		Montante Repassado				

Fonte: DPDAG e SISA

4.4.5. Análise Crítica

A DPDAG no ano de 2013 analisou e aprovou 89 (oitenta e nove) Propostas/Planos de Trabalho no montante de R\$ 25.049.193,75, mas deste total apenas foram empenhados 64(sessenta e quatro) Propostas/Planos de Trabalho no valor global de R\$ 16.547.193,75 referentes à modalidade Contratos de Repasse.

Ressalta-se, mais uma vez, o fato de que a DPDAG somente analisa e dá parecer nos Planos de Trabalho encaminhados pelas prefeituras. Cabe à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL a celebração dos referidos Contratos, verificação de adimplência, operacionalização e vistoria dos mesmos.

Infelizmente há uma falha de comunicação do processo de celebração de Contratos de Repasse no que tange à troca de informações da Caixa com a DPDAG, em relação aos contratos efetivamente celebrados pela mesma.

4.5. Suprimento de Fundos

4.5.1. Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo

Quadro A.4.5.1 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica) Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013	-	-	-	-	119	24.437,71	24.437,71
2012	-	-	-	-	100	18.508,70	18.508,70
2011	-	-	-	-	102	19.991,92	19.991,92

Fonte: SIAFI GERENCIAL/SIAFI

4.5.3. Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

Quadro A.4.5.3 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador Valores em R\$ 1,00

Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Código da UG 1	130024	Limite de Utilização da UG	R\$ 88.000,00		
JOAQUIM DE O. SANTOS	425.304.824-20	2.000,00	-	3.161,00	3.161,00
MARCIO AYRON C. DE ALMEIDA	507.190.334-20	2.000,00	-	1.395,00	1.395,00
WILTON RIBEIRO PINHO	242.489.087-00	2.000,00	-	473,45	473,45
MARCOS JOSE P. DE SOUZA	247.557.454-20	2.000,00	-	589,12	589,12
GILBERTO BENEVUTO DA SILVA	136.285.504-91	2.000,00	-	1.249,93	1.249,93
JOSE NOIRTO MONTEIRO	131.476.764-04	2.000,00	-	376,01	376,01
FABIO ANTONIO DA C. CARVALHO	165.942.231-00	2.000,00	-	905,33	905,33
JOSE GARCIA DA SILVA	172.631.154-68	2.000,00	-	1.087,98	1.087,98
JOSE DOS SANTOS	181.128.034-04	2.000,00	-	740,00	740,00
GILWAN DE CARVALHO RODRIGUES	203.634.194-20	2.000,00	-	4.485,88	4.485,88

FRANCISCO RODRIGUES DE LIMA	226.000.191-20	2.000,00	-	1.284,56	1.284,56
CLENES ANTONIO P. DE SOUZA	247.478.661-91	2.000,00	-	1.342,69	1.342,69
JOAO BATISTA DE ALMEIDA	131.967.584-00	2.000,00	-	383,02	383,02
JOSE PEREIRA DA CUNHA	938.791.568-91	2.000,00	-	1.502,03	1.502,03
ADRIANA ARAUJO C. TRUTA	646.360.894-72	2.000,00	-	819,01	819,01
RAIMUNDO LUIZ DA SILVA	806.800.978-72	2.000,00	-	170,00	170,00
ROBERTO CARLOS R. DE MOURA	799.596.951-15	2.000,00	-	881,05	881,05
ALEXANDRE AGRA DUARTE	361.420.774-91	2.000,00	-	220,00	220,00
JONAS FRANCISCO DE OLIVEIRA	203.154.064-53	2.000,00	-	2.293,92	2.293,92
MANOEL OCTAVIO S. DA MOTA	093.739.328-29	2.000,00	-	629,71	629,71
VIVIANE ALMEIDA	186.567.144-49	2.000,00	-	448,02	448,02
Total Utilizado pela UG			-	24.437,71	24.437,71
Código da UG 2			- Limite de Utilização da UG		-
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
Total Utilizado pela UG			-	-	-
Total Utilizado pela UJ			-	24.437,71	24.437,71

Fonte: SIAFI GERENCIAL/SIAFI

4.5.4. Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Quadro A.4.5.4 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	108	20.359,49	98	21.536,90	89	20.807,24

Fonte: SIAFI GERENCIAL/SIAFI

4.5.5. Análise Crítica

A necessidade, na sua maioria, de utilização do cartão de pagamento do governo federal – CPGF, na modalidade fatura, se dá para atender as despesas emergenciais com aquisições de combustíveis para os veículos oficiais, em viagem de objeto de serviço.

5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.

5.1. Estrutura de pessoal da unidade

5.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

5.1.1.1. Lotação

Quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	110	103	1	17
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	110	103	1	17
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	101	95	1	17
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	9	9	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	2	2	2	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	112	106	3	17

Fonte: Extrator-SIAPE

5.1.1.2. Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)*	7
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)**	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0

3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	7

Fonte: Extrator-SIAPE

**O total de servidores cedidos contempla todos os servidores/empregados na situação "08". Não possuímos informações quanto à divisão de quais servidores estão ou não em exercício de cargos em comissão nos órgãos aos quais encontram-se cedidos. O número nesta linha refere-se aos cedidos, somado ao número de servidores/empregados contido na célula 'B7'.*

***Tratam-se dos empregados anistiados que se encontram em Exercício Externo, § 7 do Art. 93 da Lei 8.112/90*

5.1.2. Qualificação da Força de Trabalho

5.1.2.1. Estrutura de Cargos e de Funções

Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	7	7	3	3
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	7	7	3	3
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	5	1	3
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	-	2	2	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas*	13	13	0	1
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	13	13	-	1
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-

3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	20	20	3	4
--	-----------	-----------	----------	----------

Fonte: Extrator-SIAPE

*Soma do total de ocupantes das funções dos grupos FCT (Função Comissionada Técnica), FGR (Função Gratificada) e RGM (Representação de Gabinete).

5.1.2.2. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	-	2	8	27	24
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	2	8	27	24
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	2	1	2	11	4
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	2	-	-	2	3
2.3. Funções Gratificadas	-	1	2	9	1
3. Totais (1+2)	2	3	10	38	28

Fonte: Extrator-SIAPE

5.1.2.3. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	-	-	2	4	19	36	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	2	4	19	36	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	-	-	-	-	3	17	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	1	6	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	2	11	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	-	2	4	22	53	-	-	-

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Extrator-SIAPE

5.1.3. Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Venci-mentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2013	8.590.604,75	9,02	1.856.447,03	698.062,06	388.127,26	111.459,28	20.671,55	296.528,78	154.628,24	12.116.537,97
	2012	6.622.732,14	-	5.931.043,22	1.370.634,76	382.129,33	105.325,00	3.905,20	29.399,63	30.849,92	14.476.019,20
	2011	6.298.483,19	-	5.733.782,15	1.476.671,29	387.865,28	115.354,00	2.711,79	8.000,00	24.507,72	14.047.375,42
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	298.854,05	-	27.807,91	-	20.454,04	9.901,00	4.733,75	-	-	361.750,75
	2012	69.960,63	-	156,04	719,96	3.151,08	1.738,00	-	-	-	75.725,71
	2011	331.919,22	-	28.128,44	2.687,46	18.874,17	12.103,98	2.536,43	-	103,64	396.353,34
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	1.101.092,29	108.991,45	86.491,66	91.404,44	37.364,82	13.115,67	57,40	-	23.664,00	1.462.181,73
	2012	799.750,93	102.389,23	545.205,10	171.020,50	35.163,69	11.450,61	3.049,22	-	-	1.668.029,28
	2011	665.870,66	106.102,97	719.656,12	192.544,69	24.333,82	16.284,19	-	-	-	1.724.792,45
Servidores ocupantes de Funções gratificadas-											
Exercícios	2013	906.831,65	62.656,92	93.562,13	40.832,15	62.035,26	16.264,87	224,03	-	16.638,20	1.199.045,21
	2012	747.390,17	62.498,57	181.957,24	44.539,03	51.199,02	12.306,56	2.556,25	-	15.462,24	1.117.909,08
	2011	708.553,57	60.157,67	189.499,06	46.287,35	50.913,53	12.458,55	-	-	16.807,56	1.084.677,29
Exercícios	Anos	Total	Média Mês								
	2013	15.139.515,66	1.261.626,31								
	2012	17.337.683,27	1.444.806,94								
	2011	17.253.198,50	1.437.766,54								

Fonte: Extrator-SIAPE

5.1.4. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.1.4.1. Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Quadro A.5.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral*	154	16
1.1. Voluntária	-	45
1.2. Compulsória	-	-
1.3. Invalidez Permanente	-	1
1.4. Outras	-	-
2. Proporcional*	76	-
2.1. Voluntária	-	-
2.2. Compulsória	-	-
2.3. Invalidez Permanente	-	-
2.4. Outras	-	-
3. Totais (1+2)*	230	16

Fonte: Extrator-SIAPE/SGP

**Com base nas informações obtidas pelo DW, não foi possível classificar os fundamentos de aposentadoria, uma vez que são inúmeros e vários não são apresentados de forma clara.. Foi possível apenas classificar os tipos de aposentadoria, entre integral ou proporcional, com base no atributo "PROP APOSENTADORIA" presente no DW/Siapenet.*

5.1.4.2. Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.1.4.2 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	142	-
1.1. Integral	101	-
1.2. Proporcional	41	-
2. Em Atividade	259	38
3. Total (1+2)	401	38

Fonte: Extrator-SIAPE/SGP

5.1.5. Cadastramento no SISAC

5.1.5.1. Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

Quadro A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	16	03	16	03
Concessão de pensão civil	10	15	10	15
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	04	-	04
Totais	26	22	26	22

Fonte: SGP

5.1.5.2. Atos Sujeitos à comunicação ao TCU

Quadro A.5.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	-	-	-	-
Cancelamento de concessão	-	01	-	01
Cancelamento de desligamento	-	-	-	-
Totais	-	01	-	01

Fonte: SGP

5.1.5.3. Regularidade do cadastro dos atos no SISAC

Quadro A.5.1.5.3 – Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	-	-	-	-
Concessão de aposentadoria	09	06	01	-
Concessão de pensão civil	07	03	-	-
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	-	-	-
Total	16	09	01	-
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	-	-	-	-
Cancelamento de concessão	-	-	-	-
Cancelamento de desligamento	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

Fonte: SGP

5.1.5.4. Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

A.5.1.5.4 – Atos Sujeitos a Remessa Física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Pensões graciosas ou indenizatórias	-	-	-	-
Outros atos fora do SISAC (especificar)	-	-	-	-
Totais	-	-	-	-

Fonte: SGP

5.1.6. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

As providências adotadas pela SFA/PB para identificar possíveis acumulações de cargos, funções e empregos públicos, se faz através do preenchimento obrigatório pelo servidor/empregado publico/cargo em comissão formulários padronizado do Ministério da Agricultura – Declaração de Acumulação de Cargos Público no Ato de Admissão de Posse.

Para pensionistas, faz-se através do preenchimento obrigatório de Formulário padronizado do Ministério da Agricultura – Declaração de Acumulação de Pensão no Ato da Concessão da Pensão Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

5.1.7. Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Providências adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de cargos, Funções e Empregos Públicos, detectados CGU/PB:

1.1. inicialmente foi constituída Comissão Especial através da Portaria GAB/SFA-PB N° 026, de 25 de abril de 2013, publicada no BP N° 08 de 30 de abril de 2013, para apuração em 60 (sessenta) dias, dos possíveis casos de acumulação de cargo, conforme orientação do Ofício Circular acima citado;

1.2. conforme relatório que nos foi encaminhado pela CGU-Regional/PB, através de CD, foram detectados 26 (vinte e seis) casos, entre servidores ativos/inativos e instituidor de pensão;

1.3. procedeu-se a abertura de 26 (vinte e seis) processos administrativos, observando-se que 01 (um) processo referiu-se a empregado cedido da CONAB/PB a esta Superintendência, tendo sido enviado àquela Companhia de Abastecimento na Paraíba, para providências;

1.4. foram encaminhadas Notificações a todos os servidores relacionados como possíveis acumuladores de cargos públicos, expondo a situação a ser apurada e solicitando documentos que comprovassem cada caso a ser analisado, além do preenchimento de Termo de Declaração de Cargos, Empregos ou Funções Públicas;

1.5. foram encaminhados Ofícios aos Órgãos vinculantes solicitando informações complementares aos documentos que nos foram apresentados, fato que ainda aguardamos retorno referente ao Processo n° 21032.000701/2013-74, pertencente ao servidor ativo, Hermes Ferreira Barbosa;

1.6. através do Ofício GAB/SFA-PB N° 279/2013, à CGU-Regional /PB, solicitamos prorrogação de prazo, onde nos foi concedido mais 30 (trinta) dias para encerramento dos trabalhos da Comissão, tendo como prazo final o dia 03.07.2013;

1.7. após análise pela Comissão, os processos foram despachados ao Gabinete do Superintendente com o parecer de legalidade/ilegalidade conforme o caso, para apreciação e conclusão;

1.8. do total de 25 (vinte e cinco) processos analisados, apurou-se:

- 14 (quatorze) situações concluídas pela legalidade;
- 10 (dez) situações entendidas como ilegais (inativos);
- 01 (uma) situação pendente (ativo).

1.9. foram encaminhadas 10 (dez) Notificações a inativos, com a finalidade de apresentação de defesa/recurso.

5.1.8. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Tabela 26 – Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

SIGLA	TIPO	INDICADOR	FÓRMULA	CÁLCULO	Valor %
SGP					
Isartsa (%)	Eficácia	Servidores administrativos em relação ao total de servidores ativos	$(\text{N}^\circ \text{ de servidores Administrativos} / \text{N}^\circ \text{ total de servidores ativos}) \times 100$	$(54 / 96) \times 100 =$	54,25%
Ialimed (%)	Eficácia	Índice de dias de afastamento por licença médica dos servidores	$\text{Afastamento em dias dos servidores} / (\text{N}^\circ \text{ de servidores totais} \times \text{período considerado em dias}) \times 100$	$1.218 / (96 \times 365) \times 100 =$	3,48%
Ialimed (%)	Eficácia	Índice de Servidores afastados por Licença Médica	$(\text{N}^\circ \text{ de servidores afastados} / \text{N}^\circ \text{ total de Servidores ativos}) \times 100$	$(18 / 96) \times 100 =$	18,75%
Iaffa (%)	Eficácia	Índice de Servidores FFA com afastamento por licença médica	$(\text{N}^\circ \text{ de FFA afastados} / \text{N}^\circ \text{ total de FFA ativos}) \times 100$	$(08 / 31) \times 100 =$	25,81%
Iagtec (%)	Eficácia	Índice de Servidores AISIPOA-AAA com afastamento por licença médica	$(\text{N}^\circ \text{ de AISIPOA-AG.ATIV.AGROP. afastados} / \text{N}^\circ \text{ de AISIPOA-AG.ATIV. Total}) \times 100$	$(03 / 11) \times 100 =$	27,27%
Iaadm (%)	Eficácia	Índice de servidores Administrativos com afastamento por licença médica	$(\text{N}^\circ \text{ de Administrativos afastados} / \text{N}^\circ \text{ total de administrativos ativos}) \times 100$	$(07 / 54) \times 100 =$	12,96%
Iaap (30d) (%)	Eficácia	Índice de Concessão de Aposentadoria em 30 dias	$(\text{N}^\circ \text{ de aposent. concedidas} / \text{N}^\circ \text{ de aposent. solicitadas}) \times 100$	$(16 / 16) \times 100 =$	100%
Ipapc	Eficiência	Produtividade na concessão de aposentadoria	$\text{N}^\circ \text{ de aposentadoria concedidas} / \text{N}^\circ \text{ de servidores envolvidos na ação.}$	$16 / 2 =$	08
Fonte: SGP/SFA-PB					

5.2. Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

5.2.1. Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.5.2.1 – Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da Unidade Jurisdicionada

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2013	2012	2011		
-	-	-	-	-	-
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão					
NÃO EXISTE TERCEIRIZADOS NAS ATIVIDADES INERENTES AS CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DO MAPA					

Fonte: SGP

5.2.2. Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Quadro A.5.2.2 – Autorizações para Realização de Concursos Públicos ou Provimento Adicional para Substituição de Terceirizados

Nome do Órgão Autorizado a Realizar o Concurso ou Provimento Adicional	Norma ou Expediente Autorizador, do Exercício e dos dois Anteriores		Quantidade Autorizada de Servidores
	Número	Data	
-	-	-	-
A SFA/PB NÃO REALIZA CONCURSO PÚBLICO. NO ÚLTIMO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2009, PUBLICADO NO DOU EM 30/10/2009, REALIZADO PELO MAPA, NÃO FOI DISPONIBILIZADO VAGA PARA A SFA/PB.			

Fonte: SGP

5.2.3. Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.2.3 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante														
Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DA PARAÍBA														
UG/Gestão: 130024/00001							CNPJ: 00.396.895/0020-98							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natu-reza	Identificação do con- trato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2009	L	O	11/2009	24.270.795/0001-16	16.12.2009	15.12.2010								P
2011	V	O	03/2011	09.222.175/0001-18	01.03.2011	29.02.2012		2	-	2	-	-		P
2011	V	O	05/2011	09.222.175/0001-18	20.06.2012	19.06.2013	-	2						E

Observações: Contrato 03/2011 vigilância ostensiva na SEDE e contrato 05/2011 nas UTRA's. O contrato 11/2009 não possui exigência de escolaridade.

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: SCC/SFA-PB

5.2.4. Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.5.2.4 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante														
Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DA PARAÍBA														
UG/Gestão: 130024/0001							CNPJ: 00.396.895/0020-98							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2012	3	O	06/2012	00.323.090/0001-	16.09.2011	16.09.2011	12	3	6	15	1	1		A

				51		3							
2012	4; 5; 7; 8 e 9	O	07/2012	10.339.944/0001-41	10.09.2012	10.09.2013	5	3	-	2			A

Observações: Contrato 03/2011 vigilância ostensiva na SEDE e contrato 05/2011 nas UTRA's.

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SCC/SAG/SFA-PB

5.2.5. Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4

LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

O serviço de limpeza e conservação, Contrato 11/2009, com a empresa JOÃO BATISTA FERREIRA NEVES (J B NEVES SERVICE), inscrita no CNPJ sob n.º 24.270.795/0001-16, estabelecida na Rua João Batista de Melo, 106 – A, Centro, Cabedelo – PB, teve uma diminuição da área externa tendo em vista determinação do Secretário Executivo, quando da prorrogação da vigência até 14 de junho de 2013, passando após essa data a ser com área externa a ser limpa, menor, conforme o contido no Ofício 420/2013-SE/MAPA, de 20 de maio de 2013. A definição da Secretaria Executiva do MAPA, de diminuir o contrato justifica-se pela diminuição da dotação orçamentária prevista na LOA 2013, para o custeio no PI MANUTSFAS, de 11% com relação ao orçamento do PI MANUT de 2012, o que inviabiliza a manutenção dos contratos de prestação de serviços, da forma atual, devido aumento dos salários das categorias envolvidas. O contrato em tela foi apostilado em 2012, com o valor de R\$ 36.167,87 (trinta e seis mil, cento e sessenta e sete reais e oitenta e sete centavos) mensal, totalizando R\$ 434.014,44 (quatrocentos e trinta e quatro mil, quatorze reais e quarenta e quatro centavos), para doze meses, na natureza de despesa 339037, fonte de recurso 0100000000, PI MANUTSFAS13. O valor previsto na pré-proposta orçamentária para 2013, após o corte informado no início deste ano, para o referido serviço é de R\$ 23.719,55 (vinte e três mil, setecentos e dezenove reais e cinquenta e cinco centavos), por mês, totalizando R\$ 284.634,60 (duzentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e trinta e quatro reais e sessenta centavos), em doze meses. O contrato em tela é dividido em limpeza da área interna, que continua a mesma e não se pretende alterar, e limpeza da área externa, onde foi sugerido haver a diminuição, pois neste tipo de área podemos deixar algumas partes sem limpeza freqüente. A área interna de 3.654,07 m² representa R\$ 9.624,91 do valor do contrato, enquanto a externa de 20.153,93 m² representava R\$ 26.542,95. Levando-se em conta o valor possível de pagamento, o valor da área externa deverá ser R\$ 14.094,64 (23.719,55 – 9.624,91), o que se traduziu deixar a área externa em 10.702,08 m². Concluindo, o novo valor do contrato ficou em R\$ 23.719,55 representando uma diminuição de 34,42%.

VIGILÂNCIA OSTENSIVA

O contrato 03/2011 com vigência até 01/07/2013, referente aos serviços terceirizados de vigilância ostensiva na Sede da SFA-PB, derivado do Pregão 02/2011, composto por dois postos 12x36 horas noturnos e um posto 12x36 horas diurno, com a empresa SHANALLY - SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 09.222.175/0001-18, cujo valor mensal era de R\$ 16.929,96 (dezesesseis mil, novecentos e vinte e nove reais e noventa e seis centavos). Após apostilamento pela Convenção Coletiva de Trabalho 2013/2014, assinado em 14 de junho de 2013, foi aditivado em 28/06/2013, prorrogando a vigência para até 01 de março de 2014 e diminuindo um posto diurno e um dos noturnos, ficando com apenas um posto 12 x 36 horas noturno, no valor de R\$ 5.866,50 (cinco mil, oitocentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos) mensais; representando uma diminuição de 65,35% do contrato. Isso devido as restrições orçamentárias conforme o contido no Ofício 420/2013-SE/MAPA. O contrato 5/2011, de vigilância armada nas UTRAs, em postos de 44 horas semanais diurnas, não foi prorrogado.

APOIO ADMINISTRATIVO

Os contratos n.º 06 e 07/2012, foram prorrogados mantendo o mesmo quantitativo original do objeto.

5.2.6. Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	

1. Nível superior	6	6	3	3	22.614,87
1.1 Área Fim	1	1	-	-	2.897,87
1.2 Área Meio	5	5	3	3	19.716,80
2. Nível Médio	2	1	-	-	1.639,00
2.1 Área Fim	1	1	-	-	335,00
2.2 Área Meio	1	-	-	-	1.304,00
3. Total (1+2)	8	7	3	3	24.253,67
Fonte: SGP					

6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

6.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

O Setor de Transporte da SFA-PB opera atualmente com equipe formada por 12 (doze servidores), distribuídas em funções conforme abaixo discriminado:

Equipe de Trabalho

Jonas Francisco de Oliveira – Chefe do STR/SFA-PB

José Célio Martins Silva - Assistente de Operações

Elias Gomes de Araujo Neto – Assistente Administrativo

Sandoilton Laurindo Firmino de Almeida – Apoio Administrativo – terceirizado

Adílio Nélio Batista – Manutenção de Veículos - terceirizado

Clenes Antonio Inácio Oliveira – Motorista

José dos Santos – Motorista

José Pereira da Cunha – Motorista

José Garcia da Silva - Motorista

Francisco Rodrigues de Lima – Motorista

Fábio Antonio da Costa Carvalho – Motorista

Alexandro da Silva – limpeza e conservação

A frota de veículos jurisdicionada na SFA/PB tem sua gestão calcada na legislação contida na INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 03 e no Art. 10 do Decreto 6.403 de 17 de março de 2008.

A frota de veículos sob a responsabilidade da SFA/PB é entre os elementos de apoio logístico o de maior importância nas atividades desenvolvidas por este órgão público, uma vez que os trabalhos de fiscalização de produtos agropecuários e as atividades de apoio administrativo, executados na capital e no interior do Estado, dependem diretamente de veículos revisados e em bom estado de conservação.

A SFA-PB possui 27 veículos classificados como IV/C-3 (fiscalização), 13 veículos classificados como IV/A (transporte de servidores a serviço) e 01 veículo classificado como IV/B-2 (transporte de carga pesada). Os veículos jurisdicionados na SFA-PB possuem média de idade de aproximadamente 07 anos de uso.

Anualmente, a SFA/PB, elabora o Plano de Alienação e Aquisição de Veículos (PAAV), conforme instruções regulamentares em vigor com o objetivo de adequar a frota

A SFA-PB utiliza a modalidade AQUISIÇÃO em detrimento da LOCAÇÃO por questões de economicidade, uma vez que os custos de locação por veículo seriam bastante elevados em comparação com os gastos auferidos com a manutenção executada em cada veículo da frota.

A SFA/PB tem no SCVA (sistema de controle de veículos automotores) e em programas internos como Planos de Manutenção Preventiva e Corretiva, executada conforme manuais dos fabricantes, como mecanismo de controle, os quais têm apresentados excelentes resultados no que diz respeito à economicidade e na eficiência dos serviços prestados na área de transportes.

Atividades desenvolvidas pelo STR/SFA-PB

No período compreendido entre janeiro a dezembro, a equipe de trabalho do STR/SFA-PB, operando com uma frota composta por 41 veículos; emitiu 2.104 ordens de saídas de veículos e 312 ordens de abastecimentos para um consumo de 23.977,619 L (litros) de combustível necessários para que fossem trafegado um percurso de 224.714 km em atividades administrativas e de fiscalização de produtos agropecuários. Os veículos utilizados pela fiscalização (IV/C-3) percorreram 185.627 km, os veículos utilizados para transportar servidores a serviço (IV/A) percorreram 38.576 km e o veículo de carga pesada (IV/B-2) 511 km. Os custos totais apurados com a frota de veículos da SFA-PB, relativos a esse exercício de 2013 são da ordem de R\$ 105.065,43, incluindo-se aqui os valores gastos com combustíveis, lubrificantes e manutenções com substituições de peças.

- Durante o referido período foram executadas nos veículos da SFA-PB 60 manutenções preventivas, 30 manutenções corretivas e 57 trocas de óleo lubrificantes, substituição de pneus em 03 veículos e 41 renovações de emplacements.
- As ações acima elencadas foram fundamentais na conservação dos veículos pertencentes à SFA-PB e principalmente na segurança dos condutores quando das atividades desenvolvidas no cumprimento de suas funções.

Tabela 26 – Programação Executada 2013

Programação Executada / 2013	
ATIVIDADES	QUANTIDADE
Frota de veículo oficial	41
Emissão de ordem de saída de veículos oficial	2.104
Emissão de ordem de abastecimento	312
Km rodados da frota	224.714
Programar veículo para atender solicitações de serviços	-
Programar emplacements conforme tabela pelo DETRAN	-
Cadastro de veículo no Sistema de Controle de Veículo Automotivo - SCVA	-
Cadastro de ordem de saída de veículo no sistema SCVA	-
Cadastro de manutenção de veículo no sistema SCVA	-
Cadastro de abastecimento de veículo no sistema SCVA	-
Controle da autorização para conduzir veículo oficial	-
Vistoria nos veículos oficial quando da saída e retorno em viagem a serviço	-
Arquivar em pasta individual para cada veículo ordem de saída, combustível e manutenção	-
Supervisionar a limpeza e manutenção dos veículos	-
Elaborar relatório mensal e anual do consumo de combustível	-
Elaborar relatório anual da programação executada no final do exercício	-

Fonte: STR

Tabela 26.1 – Atividades Executadas Relativas à Manutenção Automotiva

Atividades Executadas Relativas à Manutenção Automotiva	
57 Trocas de óleos lubrificantes	
60 Revisões preventivas	
30 Manutenções corretivas	
41 Renovações de emplacements	
Custo Total da Manutenção Automotiva (R\$)	
PNEUS	2.268,00
PEÇAS	29.998,66
SERVIÇOS	3.605,81
TOTAL	35.872,47
Custo Operacional da Frota (R\$)	
EMPLACAMENTO	10.786,98

CONSUMO DE COMBUSTÍVEL (23.977,619 L)	58.405,98
PNEUS	2.268,00
PEÇAS	29.998,66
SERVIÇOS	3.605,81
TOTAL	105.065,43

Fonte: STR/SAD/SFA-PB

Tabela 26.2 – Discriminação dos gastos de combustíveis

Discriminação dos Gastos de Combustíveis (L)	
SEDE	12.095,80
UTRA – CG	3.444,00
UTRA-PATOS	-
S. DE FUNDO	6.264,70
Abastecimento Externo	2.173,12
TOTAL	23.977,62

Fonte: STR

Tabela 26.3 – Relação da frota da SFA-PB por grupo - 2013

Relação da Frota da SFA-PB por Grupo - 2013			
GRUPO	VEÍCULO	PLACA	ANO
SEFAG	S - 10	MNS - 4276	2007
	BLAZER	MOC - 2019	2004
	CORSA	NPX - 3299	2009
	S - 10	NPX - 3319	2009
	RANGER	NQA - 7444	2011
SISV	RANGER	MOT - 0900	2003
	PÁLIO	MNN - 2462	2007
	PÁLIO	MNN - 2472	2007
	S - 10	MNS - 4456	2007
	RANGER	NQA - 7544	2011
	RANGER	NQA - 7584	2011
SISA	FRONTIER	MNF - 9084	2005
	S - 10	MNS - 4256	2007
	RANGER	MOS - 8584	2002
	FRONTIER	MNF - 9064	2005
	PÁLIO	MNK - 1531	2007
	S - 10	MNS - 4266	2007
	LOGAN	HNT - 5857	2010
XTERRA	MNW - 1316	2007	
DPDAG	S - 10	MNS - 4386	2007
	LOGAN	HSH - 2334	2009
UTRA - C. GRANDE	CORSA	MOK - 3252	2010
	FRONTIER	MNF - 9094	2005
	GOL	MNI - 1085	2005
	RANGER	NPW - 4936	2009
	FRONTIER	MNI - 1135	2005
UTRA - PATOS	S - 10	MNS - 4376	2007

	PRISMA	NPX - 3309	2009
GAB	PAJERO	MOM - 5763	2009
	PÁLIO	MNN - 2432	2007
TRANSPORTE	BAÚ	MOQ - 1260	2000
	GOL	MOL - 2499	2004
	GOL	MMX - 7842	1999
	PARATI	MOG - 2168	1999
	ESCORT	MON - 8375	2002
	CORSA	MNB - 5763	2004
	CORSA	MNB - 5843	2004
	PARATI	MOC - 2029	2004
	GOL	MOL - 2669	2005
	GOL	MOL - 2489	2004
	TRANSIST	MOO - 0311	2011

Fonte: STR

Tabela 26.4 – Relação de consumo de combustível com suprimento em 2013

Relação de Consumo de Combustível com Suprimento em 2013			
MÊS	KM RODADO	LITROS	VALOR (R\$)
JANEIRO	1.174	64,80	138,01
FEVEREIRO	5.585	623,20	1.446,10
MARÇO	13.102	1.550,70	3.674,80
ABRIL	10.828	845,70	1.984,80
MAIO	5.742	512,80	1.225,60
JUNHO	12.619	882,20	2.065,90
JULHO	5.115	325,60	751,00
AGOSTO	5.018	391,00	961,90
SETEMBRO	6.329	455,40	1.074,30
OUTUBRO	2.205	187,90	445,00
NOVEMBRO	3.350	228,80	548,50
DEZEMBRO	2.674	196,60	481,70
TOTAL	73.741	6.264,70	14.797,61

Fonte: STR

Tabela 26.5 – Programação executada em 2010 a 2013

Programação Executada de 2010 a 2013								
ATIVIDADES	2010		2011		2012		2013	
	QUANT.	VALOR (R\$)	QUANT.	VALOR (R\$)	QUANT.	VALOR (R\$)	QUANT.	VALOR (R\$)
Ordem de saída de veículos oficial	2.962	-	2.481	-	2.369	-	2.104	-
Ordem de Abastecimento	1.232	-	923	-	759	-	312	-
Frota de veículo oficial	50	-	44	-	42	-	41	-
Km rodados da frota	458.921 km	-	305.457 km	-	295.236 KM	-	224.714	-
Combustível consumido	46.909,07 L	104.844,68	35.372,33 L	73.463,29	31.925,42 L	71.399,06	23.977,62 L	58.405,98
Comb. Consumido Sede	32.885,19	-	22.529,271	-	20.959,03	-	12.095,80	-
Comb. Consumido UTRA/C.G	6.065,11	-	3.659,56	-	1.927,50	-	3.444,00	-
Comb. Consumido UTRA/Patos	5.867,00	-	2.763,30	-	2.031,68	-	-	-
Comb. Consumido Suprimento de Fundo	2.091,77	-	6.420,20	-	5.797,40	-	6.264,70	-
Abastecimento Externo	-	-	-	-	1.209,81	-	2.173,12	-
Custo de manutenção da frota	-	79.580,81	-	37.995,16	-	46.458,98	-	46.659,45
Consumo de pneus	-	6.320,50	-	12.118,60	-	10.858,32	-	2.268,00
Consumo de peças	-	51.045,78	-	11.562,98	-	18.477,25	-	29.998,66
Serviço de manutenção	-	12.183,55	-	3.669,56	-	8.034,85	-	3.605,81
Emplacamento	-	10.030,98	-	10.644,02	-	9.088,56	-	10.786,98
TOTAL MANUTENÇÃO DA FROTA	-	184.425,49	-	111.458,45	-	117.858,04	-	105.065,43

Fonte: STR

Tabela 26.6 – Consumo de combustível e manutenção mecânica por veículo

Consumo de Combustível e Manutenção Mecânica por Veículo											
VEÍCULO	PLACA	ANO	SETOR	COMBUSTÍVEL	EMPLACAMENTO	PNEUS	QUANT. LITRO	VALOR NOTA (R\$)	KM ROD	MANUTENÇÃO (R\$)	TOTAL (R\$)
TRANSIT	MOO - 0311	2011	STR	DIESEL	366,82	-	724,436	1.688,00	5.376	-	2.054,82
RANGER	MOT - 0900	2003	SISV	DIESEL	234,40	-	110,37	251,56	903	440,67	926,63
GOL	MNI - 1085	2005	UTRA-CG	FLEXPPOWER	227,90	-	215,480	611,61	1.932	236,25	1.075,76
FRONTIER	MNI - 1135	2005	UTRA-CG	DIESEL	232,61	-	532,952	1.233,43	5.272	992,46	2.458,50
BAÚ	MOQ - 1260	2000	STR	DIESEL	287,78	-	20,00	45,98	511	1.486,53	1.820,29
XTERRA	MNW - 1316	2007	SISA	DIESEL	233,30	-	1.333,873	3.082,34	12.376	594,16	3.909,80
PALIO	MNK - 1531	2007	SISA	FLEXPPOWER	225,59	-	315,910	875,53	3.217	675,85	1.776,97
BLAZER	MOC - 2019	2004	SEFAG	GASOLINA	229,38	-	271,011	762,42	1.470	60,00	1.051,80
PARATI	MOC - 2029	2004	STR	FLEXPPOWER	229,38	-	210,020	581,86	2.038	808,36	1.619,60
PARATI	MOG - 2168	1999	STR	ALCOOL	233,69	-	-	-	-	-	233,69

PÁLIO	MNN - 2432	2007	GAB	FLEXPPOWER	225,59	620,00	466,309	1.291,74	4.414	1.257,20	3.394,53
LOGAN	HSB - 2334	2009	DPDAG	FLEXPPOWER	226,62	-	536,363	1.505,84	7.156	229,03	1.961,49
PÁLIO	MNN - 2462	2007	SISV	FLEXPPOWER	225,76	-	628,646	1.740,06	6.847	230,03	2.195,85
PÁLIO	MNN - 2472	2007	SISV	FLEXPPOWER	225,76	-	351,80	975,33	3.811	-	1.201,09
GOL	MOL - 2489	2004	STR	FLEXPPOWER	229,38	-	704,670	1.961,71	5.568	1.005,85	3.196,94
GOL	MOL - 2499	2004	STR	ALCOOL	229,38	-	-	-	-	-	229,38
GOL	MOL - 2669	2004	SAD	FLEXPPOWER	229,38	-	412,456	1.136,31	3.577	1.155,28	2.520,97
CORSA	NPX - 3299	2009	SEFAG	FLEXPPOWER	229,38	620,00	495,547	1.364,49	5.894	-	2.213,87
CORSA	MOK - 3252	2010	UTRA-CG	FLEXPPOWER	225,25	-	491,172	1.405,11	5.252	-	1.630,36
PRISMA	NPX - 3309	2009	SISA	FLEXPPOWER	229,38	-	187,118	529,64	2.122	318,60	1.077,62
S - 10	NPX - 3319	2009	SEFAG	DIESEL	234,09	-	1.643,957	3.738,60	15.847	1.001,28	4.973,97
S - 10	MNS - 4256	2007	SISA	DIESEL	233,30	-	473,737	1.058,18	4.717	433,08	1.724,56
S - 10	MNS - 4266	2007	SISA	DIESEL	233,30	-	1.051,32	2.411,04	9.352	2.171,42	4.815,76
S - 10	MNS - 4276	2007	SEFAG	DIESEL	233,30	-	422,264	963,58	4.327	151,20	1.348,08
S - 10	MNS - 4376	2007	UTRA-PATOS	DIESEL	233,30	-	949,356	2.164,70	8.853	955,80	3.353,80
S - 10	MNS - 4386	2007	DEPDAG	DIESEL	233,30	-	888,591	2.063,82	8.584	427,68	2.724,80
S - 10	MNS - 4456	2007	UTRA-CG	DIESEL	233,30	-	764,619	1.760,87	7.484	2.777,76	4.771,93
RANGER	NPW - 4936	2009	SISV	DIESEL	233,30	-	498,692	1.155,24	4.663	4.311,69	5.700,23
PAJERO	MOM - 5763	2009	GAB	DIESEL	231,33	-	767,28	1.712,21	5.104	3.183,27	5.126,81
CORSA	MNB - 5763	2004	STR	FLEXPPOWER	226,62	-	718,462	1.898,07	6.555	616,04	2.740,73
CORSA	MNB - 5843	2004	STR	FLEXPPOWER	226,62	-	614,897	1.691,24	5.433	985,74	2.903,60
LOGAN	HNT - 5857	2010	SISA	FLEXPPOWER	229,04	-	647,51	1.800,32	8.073	-	2.029,36
GOL	MMX - 7842	1999	STR	ALCOOL	225,59	-	-	-	-	-	225,59
RANGER	NQA - 7444	2011	SEFAG	DIESEL	231,33	-	1.577,432	3.585,60	14.449	1.827,66	5.644,59
RANGER	NQA - 7544	2011	SISV	DIESEL	231,33	-	1.572,191	3.567,36	12.799	1.493,28	5.291,97
ESCORT	MON - 8375	2002	UTRA -CG	GASOLINA	227,90	-	-	-	-	-	227,90
RANGER	NQA - 7584	2011	SISV	DIESEL	231,33	-	1.041,934	2.387,41	8.955	787,18	3.405,92
RANGER	MOS - 8584	2002	SISA	DIESEL	231,33	-	-	-	-	-	231,33
FRONTIER	MNF - 9064	2005	SISA	DIESEL	231,33	-	204,886	476,50	2.050	434,01	1.141,84
FRONTIER	MNF - 9084	2005	SISA	DIESEL	231,33	-	476,25	1.126,91	4.502	1.235,73	2.593,97
FRONTIER	MNF - 9094	2005	SISV	DIESEL	231,33	1.028,00	1.601,498	3.676,31	15.231	1.321,38	6.257,02
RANGER	NQA - 7424	2011	SFA-CE	DIESEL	231,33	-	-	-	-	-	231,33
RANGER	NQK - 7475	2011	SFA-CE	DIESEL	231,33	-	-	-	-	-	231,33
RANGER	NQK - 7625	2011	SFA-CE	DIESEL	231,33	-	-	-	-	-	231,33
RANGER	NQK - 7545	2011	SFA-CE	DIESEL	231,33	-	-	-	-	-	231,33
RANGER	NQK - 7115	2011	SFA-CE	DIESEL	231,33	-	-	-	-	-	231,33
RANGER	NQA - 7624	2011	SFA-SE	DIESEL	-	-	54,61	125,056	-	-	125,06
TOTAL GERAL					10.786,98	2.268,00	23.977,62	58.405,98	224.714	33.604,47	105.065,426

Fonte: STR

Tabela 26.7 – Consumo de pneus e material de expediente via almoxarifado - 2013

Consumo de Pneus e Material de Expediente via Almoxarifado Exercício 2013						
DATA	VEÍCULO	PLACA	SETOR	MATERIAL	QUANT.	VALOR
19/11/2013	PÁLIO	MNN - 2432	GAB	PNEU	04	620,00
19/11/2013	CORSA	NPX - 3299	SEFAG	PNEU	04	620,00
22/05/2013	FRONTIER	MNF - 9094	UTRA-CGE	PNEU	02	1.028,00
TOTAL						2.268,00
OBS.:						2.780,30
TOTAL GERAL						5.048,30

Fonte: STR

6.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário

6.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	Paraíba	02	02
	Cabedelo	1	1
	Campina Grande	1	1
	município "n"	-	-
	UF "n"	-	-
	município 1	-	-
	município 2	-	-
	município "n"	-	-
Subtotal Brasil		02	02
EXTERIOR	PAÍS 1	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade "n"	-	-
	PAÍS "n"	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade "n"	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		02	02

Fonte: SMP/SAG/SFA-PB

6.2.3. Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

Quadro A.6.2.3 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União Sob Responsabilidade da UJ

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados							
130024 - SFA-PB	1965.0027.500-7	3	*	05/11/2009	3.089.322,69	-	26.773,00
130024 - SFA-PB	1981.00049.500-9	3	*	16/08/2011	287.605,48	-	-
* O sistema SPIUNET não forneceu o valor histórico do imóvel.							
Vazios							
-	-	-	-	-	-	-	-
Total							26.773,00

Fonte: SMP/SFA-PB

Análise Crítica

Os bens imóveis identificados no quadro A.6.2.3, registrados no SPIUNET, pertinente ao patrimônio da SFA/PB, estão em bom estado de conservação. Não temos evidência de bens imóveis fora do patrimônio da União, decorrente da existência de algum impedimento legal, para regularização.

6.3. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro A.6.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros da UJ	
		Exercício 2013	Exercício 2012
BRASIL	Paraíba	1	1
	Patos	1	1
	município 2	-	-
	município “n”	-	-
	UF “n”	-	-
	município 1	-	-
	município 2	-	-
	município “n”	-	-
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR	PAÍS 1	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade “n”	-	-
	PAÍS “n”	-	-
	cidade 1	-	-
	cidade 2	-	-
	cidade “n”	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte: SMP/SAG/SFA-PB

7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

7.1. Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.7.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
3	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
2	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
2	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
2	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
3	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
3	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
3	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
2	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
3	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
2	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
2	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
3	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
3	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
2	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2013.
2	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
3	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
1	Aprovou, para 2013, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.

2	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
2	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
1	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2013, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
x	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2013.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
1	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
1	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
2	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
2	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTI's anteriores.
2	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
1	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
1	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
1	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
2	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
2	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
1	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
2	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
3	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
3	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
4	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
3	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
3	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
3	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(4) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
x	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
x	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo	

questionário.
<p>(1) nunca: significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.</p> <p>(2) às vezes: significa que a afirmativa vez ou outra é aplicada ao contexto da UJ.</p> <p>(3) usualmente: significa que a afirmativa é aplicada ao contexto da UJ com frequência.</p> <p>(4) sempre: significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.</p>

7.1.1. Análise Crítica

Informamos que existe uma pendência a sanar que é um problema na parte elétrica rede 220 W. Esse problema foi detectado nos cabeamentos da estrutura do prédio local. Será necessário a troca de todo cabeamento da rede não estabilizada.

8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis					
Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).			X		
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 			X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 				X	
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 				X	
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).		X			

<p>9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade. 	x				
<p>10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.</p>			x		
<p>11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</p>		x			
<p>12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</p>			x		
<p>Considerações Gerais:</p> <p>ITEM 1 – No pregão 02/2013 relacionado a aquisição de material de processamento de dados foi utilizado a descrição de computador de TI VERDE, do MPOG. No pregão 06/2013 referente à aquisição de material de consumo foi exigido papel A4 branco com certificação FSC.</p> <p>ITEM 3 – O contrato nº 11/2011 derivado do pregão nº 11/2011 referente à manutenção de veículo foi exigido a comprovação de licenciamento ambiental para participar do processo licitatório e o contrato nº 09/2011 derivado do pregão nº 02/2012 inerente a manutenção de ar condicionado foi exigido o descarte ambientalmente adequado das peças e materiais originários da contratação, continuam vigentes.</p> <p>ITEM 5 - Essa UJ tem poço artesanal e utiliza a água para a manutenção das instalações. Com relação ao consumo de energia esta Superintendência adotou medidas de otimização ao consumo, disciplinando o horário de funcionamento condicionadores de ar para que sejam todos desligados no horário do almoço (12h00 às 14h00) e no final do expediente às 17h30 e as luzes internas deverão ser apagadas das 12h00 às 14h00. O contrato nº 08/2012 com companhia elétrica – ENERGISA possui a modalidade tarifária VERDE. Foram adquiridos refrigeradores com a exigência de consumo “A”.</p> <p>ITEM 6 - Todo o papel adquirido em 2012 por esta UJ foi reciclável e ainda há disponibilidade no estoque do Almoxarifado. No pregão nº 06/2013 referente a aquisição de material de consumo isso não foi repetido devido as reclamações dos diversos serviços, seções e setores de que o uso do papel reciclado danificou algumas impressoras.</p> <p>ITEM 7 – Foram recarregados cartuchos de impressoras.</p> <p>ITEM 9 – Não possuímos o plano ainda, mas o MAPA possui a Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS que solicitou a indicação a esta SFA-PB de responsáveis pela elaboração do nosso. Estamos pesquisando no portal cpsustentavel.planejamento.gov.br e no Relatório de Diretrizes aos PLS do MPOG, visando iniciar a elaboração do PLS da SFA-PB em 2014.</p> <p>ITEM 10 – Nas aquisições de bens e produtos buscamos descrever o objeto de forma a conseguir a melhor qualidade possível.</p> <p>ITEM 12 – Temos o projeto da coleta seletiva desde 2009, que continua a ser executado pela empresa contratada para os serviços de limpeza e conservação: Associação dos Catadores de Reciclados de Cabedelo – ACARI.</p>					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p> <p>Fonte: SCC/SAG/SePA</p>					

8.2. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Tarifa hora sazonal verde (TARIFA VERDE) da ENERGISA/PB	01/06/2010			Redução de aproximadamente 10,07% no valor da fatura e no consumo em W de 10,28% a partir da adesão em relação ao ano anterior.		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel (resmas)	526	653	683	6.000,00	7.088,34	7.200,27
Água (m ³)	505	1.103	1.697	5.425,30	10.120,99	12.950,53
Energia Elétrica (W)	331.953	313.614	331.396	121.127,07	157.496,23	156.300,14
			Total			

Fonte: SMP/SFA-PB

9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1. Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

9.1.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Fomos auditados pela Controladoria Geral da União na Paraíba – CGU/PB em 2012, não recebemos recomendações e não foi gerado Plano de Providência.

Recebemos o Certificado de Auditoria Anual de Contas Nº 201203393, de 10/07/2012 onde o encaminhamento das contas dos responsáveis foi pela regularidade.

9.1.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Fomos auditados pela Controladoria Geral da União na Paraíba – CGU/PB em 2012, não recebemos recomendações e não foi gerado Plano de Providência.

Recebemos o Certificado de Auditoria Anual de Contas Nº 201203393, de 10/07/2012 onde o encaminhamento das contas dos responsáveis foi pela regularidade.

9.2. Tratamento de Recomendações do OCI

9.2.1. Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

Fomos auditados pela Controladoria Geral da União na Paraíba – CGU/PB em 2012, não recebemos recomendações e não foi gerado Plano de Providência.

Recebemos o Certificado de Auditoria Anual de Contas Nº 201203393, de 10/07/2012 onde o encaminhamento das contas dos responsáveis foi pela regularidade.

9.2.2. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Fomos auditados pela Controladoria Geral da União na Paraíba – CGU/PB em 2012, não recebemos recomendações e não foi gerado Plano de Providência.

Recebemos o Certificado de Auditoria Anual de Contas Nº 201203393, de 10/07/2012 onde o encaminhamento das contas dos responsáveis foi pela regularidade.

9.4. Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

9.4.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	02	02	19
	Entregaram a DBR	02	02	19
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte: SGP/SFA-PB

9.4.2. Situação do Cumprimento das Obrigações

Com relação às pessoas que não cumpriram a obrigação de entregar a DBR, notificamos o servidor para entrega da DBR. Na SFA-PB, a Seção de Gestão de Pessoas é a unidade interna incumbida de gerenciar a recepção das DBR. Não existe sistema informatizado para gerenciamento da recepção das DBR. A forma de recepção das DBR é em papel. Não existe análise das DBR. As DBR são preservadas pelo arquivo da Seção de Gestão de Pessoas e após 05 anos são encaminhados ao Setor de Protocolo, setor responsável pelo Arquivo Geral da Superintendência Federal de Agricultura.

9.5. Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Não ocorreu nenhuma evidência no que se refere a caso de dano ao erário no ano de 2013.

9.6. Alimentação SIASG E SICONV

Quadro A.9.6 – Modelo de Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG

DECLARAÇÃO

Eu, **Maria Zilma Moreira Gonçalves da Costa**, CPF nº 220.125.754-04, engenheira, exercido no Setor de Compras e Contratos da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Paraíba declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Cabedelo/PB, 30 de janeiro de 2014.

MARIA ZILMA MOREIRA GONÇALVES DA COSTA
Chefe do Setor de Compras e Contratos – SCC/SFA-PB
CPF: 220.125.754.04
(83) 3216.6324/3216.6310

Quadro A.9.6 – Modelo de Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **Edson Arnaldo Cavalcanti Loureiro**, CPF nº 072.493.574-68, Chefe da Divisão de Defesa Agropecuária – DDA, engenheiro agrônomo, exercido na Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Paraíba, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Cabedelo, 19 de fevereiro de 2014.

Edson Arnaldo Cavalcanti Loureiro
Chefe da Divisão de Defesa Agropecuária – DDA/SFA-PB
CPF: 072.493.574-68

10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

10.1 Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.

Não se aplica a esta UJ. As informações referentes ao item estarão contidas no Relatório de Gestão do MAPA.

10.2. Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade.

Não se aplica a esta UJ. As informações referentes ao item estarão contidas no Relatório de Gestão do MAPA.

10.3 Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade

Não se aplica a esta UJ. As informações referentes ao item estarão contidas no Relatório de Gestão do MAPA.

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1. Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Os procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em especial, nas NBC T 16.9 e NBC T 16 foram observados Coordenação de Contabilidade da UJ que, em contato permanente com a Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CSG a qual foi a responsável por implantar por software de gestão ASI, módulos de patrimônio mobiliário e almoxarifado onde o motivo maior da contratação da empresa Link Data foi exatamente a implantação do módulo de depreciação/amortização. Porém a empresa até 31/12/2013 não concretizou a parte da Amortização, restando à Contabilidade aplicar restrição contábil neste item. A implantação parcial dos bens quanto a depreciação decorreu durante o exercício de 2013 em algumas unidades gestoras. Diante do exposto, esclarece:

- a) A UJ está aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 (somente depreciação dos bens a partir de 2010), porém não está aplicando os dispositivos da NBC T 16.10 quanto as reavaliações e/ou redução ao valor recuperável anteriores a 2010 e a partir de 2010;
- b) A CCONT/SPOA expediu à CSG/SPOA a Mensagem SIAFI nº 2013/1998142, em 27/11/2013 solicitando providências imediatas para o atendimento da NBCT 16.10 que refere-se a implantação da Amortização relativa as aquisições de bens intangíveis;
- c) A Macrofunção SIAFI Web 02.03.30 orienta que a metodologia a ser adotada para estimar a vida útil econômica de um ativo deve ser:
 - (1) a capacidade de geração de benefícios futuros;
 - (2) o desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não;
 - (3) a obsolescência tecnológica;
 - (4) os limites legais ou contratuais sobre o uso ou a exploração do ativo. Nos casos de bens que passaram por reavaliação ou redução a valor recuperável, durante a vida útil do bem, a depreciação, a amortização ou a exaustão devem ser calculadas e registradas sobre o novo valor. Os procedimentos de reavaliação e redução ao valor recuperável não provocam alteração da capacidade de geração de benefícios futuros de um bem, por isso não causam modificação na tabela de vida útil. Porém a Unidade CSG que contratou a Link Data para implantar o módulo de depreciação/amortização, não providenciou e nem manifestou cronograma para a ação disposta na NBCT 16.10;
- d) A metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão utilizado por toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional é o método das quotas constantes;
- e) As taxas de depreciação utilizadas para os cálculos são as estabelecidas na Macro função SIAFI Web 02.03.30.

11.2. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1. Declaração Plena

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRIC. PEC. E ABASTECIMENTO SFA/PB		130024	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.			
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília	Data	31/12/2013
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC nº	006624/T-8

RESULTADOS e CONCLUSÕES

Neste tópico, a Decisão Normativa TCU nº 127/2013, no Item 5 da alínea D, recomenda a UJ informar sobre a sua atuação frente aos objetivos definidos para o exercício e as principais ações a serem desenvolvidas no exercício seguinte para mitigar as dificuldades encontradas.

Do ponto de vista macro, a análise da atuação da UJ, frente aos objetivos traçados para cada exercício, é realizada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, tomando por base a avaliação quantitativa e qualitativa do conjunto de metas, referenciado pelos indicadores de desempenho de eficácia e eficiência.

A avaliação quantitativa refere-se à mensuração das metas físicas, associadas aos Planos Orçamentários (PO's) em função dos indicadores de desempenho correspondentes.

Estes parâmetros de análise desenvolvidos e aprimorados pelo MAPA indicam que a SFA/PB alcançou as metas físicas a que se propôs no presente exercício, tendo em vista que o conjunto de ações efetivamente realizadas propiciou a execução das metas planejadas em níveis significativamente satisfatórios. Das metas físicas programadas para o exercício com relação a execução, obtivemos o resultado abaixo, considerando que o desempenho da instituição é aferido em uma escala percentual que vai de 0% a 100%:

- ◆ 60% das metas o resultado alcançado foi entre 90 e 118%;
- ◆ 30% das metas o resultado alcançado foi entre 70 e 80%;
- ◆ 10% das metas o resultado alcançado foi entre 60 e 70%.

Por fim, com base nas categorias de análise das metas físicas operacionais definidas pelo MAPA para a SFA/PB, a avaliação geral da SFA/PB no ano de 2013 foi satisfatória uma vez que a maioria (60%) das metas alcançou um percentual que se situou entre 90% e 118%, o que é considerado um desempenho satisfatório.

Documentos e sistemas oficiais pesquisados na elaboração do Relatório de Gestão Individual da SFA/PB – 2013

- ◆ Instrução Normativa TCU nº 63, de 01/09/2010;
- ◆ Instrução Normativa TCU nº 72, de 15/05/2013;
- ◆ Decisão Normativa TCU nº 127, de 15/05/2013;
- ◆ Portaria TCU nº 175, de 09/07/2013;
- ◆ Portaria CGU nº 133, de 18/01/2013;

- ◆ PPA 2012-2015 do MAPA;
- ◆ Portaria MAPA 428, de 09/06/2010;
- ◆ Relatórios de Gestão da SFA/PB, exercício 2012;
- ◆ SGI – Sistema de Gestão Integrada
- ◆ POA MANUTSFAS 2013
- ◆ SIAFI;
- ◆ SIAFI GERENCIAL.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1. Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

Demonstrativo de Capacitação dos Servidores da SFA/PB - Ano 2013.

ANEXO I

DEMONSTRATIVO DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DA SFA/PB - ANO 2013											
Servidor (a)	Categoria Funcional	Serviço, seção, setor.	PO	Curso/Evento	Período/ Local/ Realização	Carga Horária (h/a)	Taxa de Inscrição (R\$)	Passagem Aérea (R\$)	Valor Suprim. (R\$)	Diária. Participan te (R\$)	Diária. Motorista (R\$)
ÁREA ADMINISTRATIVA											
Seção de Gestão de Pessoas - SGP											
Karina Yokoyama de Mello	NI	SGP	Curso a Distância	Assentamento Funcional Digital- Operador SEGEP	01 a 30/11/13 A distância	20	-	-	-	-	-
	NI	SGP	Curso a Distância	Assentamento Funcional Digital- Fiscal SEGEP	01 a 30/11/13 A distância	25	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				02		45	-	-	-	-	-
TOTAL SGP				02		45	-	-	-	-	-
Seção de Apoio Operacional e Divulgação / SAOD / STI											
Josinéa de Ataíde Morais	NI	STI	CAPACITA	Curso de Formação de Multiplicadores para nova Versão do SCDP	Brasília- DF 11 a 14/11/13	16	-	1.829,50	-	809,67	-
TOTAL INDIVIDUAL				01		16	-	1.829,50	-	809,67	-
TOTAL SAOD				01		16	-	1.829,50	-	809,67	-
Seção de Planejamento e Acompanhamento – SePA											
Maria do Socorro Niculau da Cunha	NI	SePA	MANUTSF AS	Participar de Avaliação de Resultados das Ações Físicas e Orçamentárias das SFA's da Região Nordeste	16 a 19/07/13 Fortaleza- CE	16	-	646,32	-	770,58	-
	NI	SePA	CAPACITA	Treinamento Novo CPR Aprovado no PAEC- 2013 em Conjunto Disseminamos as Normas do Encerramento do Exercício 2013 com Inovações para 2014	Fortaleza- CE 18 a 21/11/13	16	-	1.712,42	-	770,58	-

TOTAL INDIVIDUAL				02	32	-	2.358,74	-	1.541,16	-	
Ary Bonifácio de Farias	NI	SePA	CAPACITA	Treinamento em Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI Gerencial	02 a 06/09/13 Brasília- DF	24	-	857,50	-	1.019,13	-
TOTAL INDIVIDUAL				01	24	-	857,50	-	1.019,13	-	
TOTAL SePA				03	56	-	3.216,24	-	2.560,29	-	
Serviço de Apoio Administrativo – SAD											
Mário Ângelo Cahino	NI	SAD	MANUT	Avaliação de Resultados das Ações Físicas e Orçamentárias das SFA's da Região Nordeste	16 a 19/07/13 Fortaleza- CE	16	-	646,32	-	770,58	-
TOTAL INDIVIDUAL				01	16	-	646,32	-	770,58	-	
TOTAL SAD				01	16	-	646,32	-	770,58	-	
Gabinete do Superintendente – GAB											
Lúcio Aurélio Braga Matos	NI	GAB	MANUT	Participar de Avaliação de Resultados das Ações Físicas e Orçamentárias das SFA's da Região Nordeste	16 a 19/07/13 Fortaleza- CE	16	-	646,32	-	915,48	-
TOTAL INDIVIDUAL				01	16	-	646,32	-	915,48	-	
TOTAL GAB				01	16	-	646,32	-	915,48	-	
Seção de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF											
Eduardo Marcelo Meira	NI	SEOF	CAPACITA	Treinamento Novo CPR Aprovado no PAEC-2013 em Conjunto Disseminamos as Normas do Encerramento do Exercício 2013 com Inovações para 2014	Fortaleza-CE 18 a 21/11/13	16	-	374,44	-	734,77	-
TOTAL INDIVIDUAL				01	16	-	374,44	-	734,77	-	
Enoque Gomes de Alencar	NI	SEOF	CAPACITA	XI Semana de Administração	07 a 13/07/2013 Salvador-BA	40	-	1.050,32	-	1.390,83	-

				Orçamentária e Financeira e Contratações Públicas								
TOTAL INDIVIDUAL				01	40	-	1.050,32	-	1.390,83	-		
TOTAL SEOF				02	56	-	1.424,76	-	2.125,60	-		
Setor Material e Patrimônio - SMP												
Maria Zilma Moreira Gonçalves da Costa	NS	SMP	CAPACITA	XI Semana de Administração Orçamentária e Financeira e Contratações Públicas	07 a 13/07/2013 Salvador-BA	40	-	1.050,32	-	1.390,83	-	
TOTAL INDIVIDUAL				01	40	-	1.050,32	-	1.390,83	-		
Agostinho Lopes Filho	NI	SMP	-	Treinamento em Sistemas de Convênios-SICONV	12 a 16/08/13 João Pessoa- PB	40	-	-	-	-	-	
TOTAL INDIVIDUAL				01	40	-	-	-	-	-		
TOTAL SMP				02	80	-	1.050,32	-	1.390,83	-		
TOTAL DA ÁREA ADMINISTRATIVA				12	289		8.813,46		8.572,45			
ÁREA TÉCNICA												
Divisão de Defesa Agropecuária - DDA												
Edson Arnaldo C. Loureiro	FFA	DDA	-	Capacitação Técnica em Processo Administrativo	11 a 15/03/13 João Pessoa-PB	40	-	-	-	-	-	
TOTAL INDIVIDUAL				01	40	-	-	-	-	-		
TOTAL DDA				01	40	-	-	-	-	-		
Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal - SISV												
Jamir Mascena de Sousa	FFA	SISV	VIGIAGRO 13	Capacitação de Técnicos em Classificação de Trigo	07 a 13/07/13 Campo Grande/Aquidauana - MS	40	-	1.863,90	-	1.314,13	-	

TOTAL INDIVIDUAL				01	40	-	1.863,90	-	1.314,13	-	
Adriana Araújo Costa Truta	FFA	SISV	FISCORGE N13	Curso de Biossegurança do MAPA sobre Princípios de Análise de Risco de OGM's	18 a 24/08/13 Brasília- DF	40	-	1.384,88	-	1.243,33	-
			FISCORGE N13	Curso sobre Métodos de Detecção de OGM	09 a 13/09/13 Pedro Leopoldo-MG	40	-	1.404,32	-	729,43	-
TOTAL INDIVIDUAL				02	80	-	2.789,20	-	1.972,76	-	
Raimundo Luiz da Silva	FFA	SISV	PADCLASS I 13	Encontro dos Chefes de SISV's e outros	20 a 24/05/13 Vitória- ES	40	-	950,70	-	912,93	-
TOTAL INDIVIDUAL				01	40	-	950,70	-	912,93	-	
TOTAL SISV				04	160	-	5.603,80	-	4.199,82	-	
Serviço de Inspeção e Saúde Animal - SISA											
Janete Vatanabe Okamoto Lima	FFA	SISA	PCEANIMAL 13	Curso de Defesa Sanitária Mormo	09 a 15/06/13 Cananéia- SP	40	-	2.110,32	-	1.160,73	-
	FFA	SISA	FEBREAFTO 13	Participar de Reunião sobre Ampliação de Zona Livre de FEBRE AFTOSA	18 a 21/06/13 Brasília-DF	16	-	1.558,08	-	811,88	-
TOTAL INDIVIDUAL				02	56	-	3.668,40	-	1.972,61	-	
Antonio Hybernon da Silva	FFA	SISA	PCEANIMAL 13	Participar de reunião referente a elaboração do projeto de ampliação da zona livre de peste suína clássica do Brasil	06 a 08/05/13 Brasília- DF	24	-	1.152,08	-	604,64	-
	FFA	SISA	PCEANIMAL 13	Encontro Nacional de Defesa Sanitária Animal	01 a 06/12/13 Foz do Iguaçu- PR	40	-	2.073,90	-	983,73	-
	FFA	SISA	FEBREAFTO 13	Treinamento de atualização em doenças vesiculares e atendimento a notificações para os serviços do SVE	23 a 27/09/2013 Solânea/PB	40	-	-	-	711,73	-

TOTAL INDIVIDUAL				03	104	-	3.225,98	-	2.300,10	-	
Elisângela Luiza de Sousa Marques	FFA	SISA	INPANIMAL 13	III Congresso de Apicultura e Meliponicultura	20 a 22/11/2013 Campina Grande-PB	24	-	-	-	214,65	214,65
	FFA	SISA	INPANIMAL 13	Seminário sobre SISBI-SUASA	13/08/13 João Pessoa/PB	08	-	-	-	-	-
TOTOAL INDIVIDUAL				02	32	-	-	-	214,65	214,65	
Vandberg Barbosa Braz	FFA	SISA	INPANIMAL 13	Participar de Workshop internacional sobre o bem estar dos animais de produção	11 a 14/06/2013 São Pedro/SP	24	-	1.757,88	-	551,68	-
	FFA	SISA	PCEANIMAL 13	Participar de reunião com representantes no programa nacional de sanidade dos Suídeos	05 a 08/08/2013 Recife/PE	24	-	-	-	675,58	-
	FFA	SISA	INPANIMAL 13	Seminário sobre SISBI-SUASA	13/08/13 João Pessoa/PB	08	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				03	56	-	1.757,88	-	1.227,26	-	
Márcio Ayron Cavalcanti de Almeida(31.177)	FFA	SISA	-	Seminário sobre SISBI-SUASA	13/08/13 João Pessoa/PB	08	-	-	-	-	-
	FFA	SISA	-	I Encontro do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal	23 a 26/04/13 Gramado/RS	24	-	Custeado p/ MAPA	-	Custeado p/ MAPA	-
TOTAL INDIVIDUAL				02	32	-	-	-	-	-	
Gilberto Bevenuto da Silva	Ag. de Ativ. Agropecuária	SISA	INPANIMAL 13	Seminário sobre SISBI-SUASA	13/08/13 João Pessoa/PB	08	-	-	-	82,98	-
TOTAL INDIVIDUAL				01	08	-	-	-	-	82,98	-
Daniel Rodrigues Viana	Ag. de Inspeção de Prod. Agrop.	SISA	INPANIMAL 13	Seminário sobre SISBI-SUASA	13/08/13 João Pessoa/PB	08	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				01	08	-	-	-	-	-	-

Bernadete Pereira de Sousa	Ag. de Inspeção de Prod. Agrop.	SISA	INPANIMAL 13	Seminário sobre SISBI-SUASA	13/08/13 João Pessoa/PB	08	-	-	-	-	-
TOTAL INDIVIDUAL				01		08	-	-	-	-	-
TOTAL SISA				15		272	-	8.652,26	-	5.797,60	214,65
Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários - SEFAG											
Carlos Augusto Ferreira de Carvalho	FFA	SEFAG	FISCALSEM 13	Reunião Técnica da Programação, Acompanhamento e Avaliação das Ações Desenvolvidas pela Fiscalização de Insumos Agrícolas	17 a 21/06/13 Brasília- DF	24	-	1.945,08	-	1.243,33	-
TOTAL INDIVIDUAL				01		24	-	1.945,08	-	1.243,33	-
João Batista de Almeida	FFA	SEFAG	-	Atualização e Produção de Sementes e Mudanças de Espécies Florestais Nativas e Exóticas	01 a 05/04/13 Curitiba- PR	24	-	Custeado pelo MAPA	-	912,93	-
	FFA	SEFAG	FISCALSEM 13	Reunião Técnica de Fiscalização de Sementes	20 a 24/05/13 Campo Grande - MS	24	-	1.364,80	-	912,93	-
TOTAL INDIVIDUAL				02		48	-	1.364,80	-	1.825,86	-
Mageciene Chaves de Oliveira	FFA	SEFAG	CERTORGA N13	I Reunião de Produção Orgânica da Paraíba	17/04/13 Campina Grande- PB	08	-	-	-	71,55	-
TOTAL INDIVIDUAL				01		08	-	-	-	71,55	-
TOTAL SEFAG				04		80	-	3.309,88	-	3.140,74	-
Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG											
Cilene Medeiros de Araújo	FFA	DPDAG	CAPACITA1 3	Curso de Gestão de Documentos Públicos e Treinamento do SIGED	18 a 24/08/13 Brasília- DF	40	-	648,08	-	1.467,53	-
TOTAL INDIVIDUAL				01		40	-	648,08	-	1.467,53	-
Manoel Octávio Silveira da Mota	FFA	DPDAG	INDIGRAF13	III Reunião Ordinária do Fórum da Fruticultura da Boroborema	03/04/13 Campina Grande- PB	08	-	-	-	71,55	-

	FFA	DPDAG	APOIOAGRI 13	Oficina de Trabalho do Fórum da Fruticultura	10/04/13 Campina Grande- PB	08	-	-	-	71,55	-
	FFA	DPDAG	INDGRAF13	I Encontro Internacional e indicação geográfica, patrimônio cultural e queijos de leite cru	02 a 7/06/2013 Belo Horizonte/M G	40	-	1.163,42	-	1.178,43	-
	FFA	DPDAG	DESENOGR1 3	IV Encontro Estadual do Projeto do PAIS	16 a 17/10/13 Sumé- PB	16	-	-	-	231,59	-
	FFA	DPDAG	CERTORGA N13	Oficina para Novos Auditores em Mecanismo de Garantia para Qualidade Orgânica	26 a 30/08/13 Brasilia- DF	32	-	1.467,50	-	1.019,13	-
TOTAL INDIVIDUAL				05		104	-	2.630,92	-	2.572,25	-
Virgínio Carneiro da Silva	FFA	DPDAG	DESENOGR1 3	IV Encontro Estadual do Projeto PAIS	16 a 17/10/13 Sumé-PB	16	-	-	-	231,59	-
TOTAL INDIVIDUAL				01		16	-	-	-	231,59	-
TOTAL DPDAG				07		160	-	3.279,00	-	4.271,37	-
TOTAL DA ÁREA ADMINISTRATIVA				12		289		8.813,46		8.572,45	-
TOTAL DA ÁREA TÉCNICA				31		712		20.844,94		17.409,53	214,65
TOTAL SFA/PB				43		1.001		29.658,40		25.981,98	214,65